

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO 2017/2018

Direitos Humanos e
Antropologia em Ação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

<http://portal.abant.org.br>

SUMÁRIO

QUEM SOMOS	04
APRESENTAÇÃO	10
EVENTOS	13
REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS	24
31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	28
PRÉ-EVENTOS	28
Seminário Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo	28
Pré-evento Seminário "Casa, Corpo E Políticas Da Terra"	29
CONFERÊNCIAS	30
SOLO, DUETO, TERCETO E QUARTETO	31
RODA DE CONVERSA	32
LANÇAMENTO DE LIVROS	33
REUNIÕES DE TRABALHO	37
PROGRAMAÇÃO DA DIRETORIA DA ABA	39
ABINHA	44
COMUNICAÇÕES DA ABA	46
MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS	46
2017	46
2018	50
MOÇÕES	55
TV ABA	56

BOLETINS INFORMATIVOS	60
2017	60
2018	61
ASSOCIADOS	64
1ª CHAMADA 2017	64
2ª CHAMADA 2017	64
3ª CHAMADA 2017	65
1ª CHAMADA 2018	66
2ª CHAMADA 2018	67
3ª CHAMADA 2018	68
PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	70
MEDALHA ROQUETTE PINTO	70
PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS	70
PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES	71
PRÊMIO LÉVI-STRAUSS	71
PRÊMIO PIERRE VERGER	72
PUBLICAÇÕES DA ABA	74
E-BOOKS	74
LIVROS IMPRESSOS	80
VIBRANT	81
NOVOS DEBATES	84
RELATÓRIOS DE COMITÊS E COMISSÕES	85
COMISSÕES	85
Assuntos Indígenas	85
Direitos Humanos	95

Educação, Ciência e Tecnologia	101
COMITÊS	105
Antropologia Visual	105
Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas	113
Gênero e Sexualidade	115
Laudos Antropológicos	119
Migrações e Deslocamentos	123
Patrimônios e Museus	126
Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos	140
Quilombos	156
Assuntos Internacionais	169
OUTROS RELATÓRIOS	170
Relatório da Reunião de Posse do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (março de 2018)	170
Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (novembro de 2018)	171
Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (janeiro de 2019)	173

QUEM SOMOS

Presidente

Lia Zanotta Machado (UnB)

Vice-Presidente

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Secretário Geral

Cristhian Teófilo da Silva (UnB)

Secretária Adjunta

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Tesoureiro

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)

Tesoureira Adjunta

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Diretor

Fabio Mura (UFPB)

Diretora

Claudia Turra Magni (UFPEL)

Diretor

Lorenzo Macagno (UFPR)

Diretora

Regina Facchini (Unicamp)

Assessorias Especiais de Apoio à Presidência

Meio Ambiente

Andrea Zhouri (UFMG)

Deborah Bronz (UFF)

Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)

TV ABA

Coordenador: Alex Giuliano Vailat (UFPE)

Vice Coordenadora: Claudia Turra Magni (UFPEL)

COMISSÕES E COMITÊS DA ABA

Comissão de Assuntos Indígenas – CAI

Coordenador: Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)
Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)
Artionka Manuela Góes Capiberibe (Unicamp)
Estêvão Martins Palito (UFPB)
Fabio Mura (UFPB)
Maria Helena Ortolan (UFAM)
Ricardo Verdum (UFRGS)

Comissão de Direitos Humanos

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)
Gisele Fonseca Chagas (UFF)
Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Juliana Gonçalves Melo (UFRN)
Patrice Schuch (UFRGS)

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Coordenadora: Ceres Karam Brum (UFSM)
Vice Coordenadora: Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC)
Ana Paula Mendes Miranda (UFF)
Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)
Marion Teodósio de Quadros (UFPE)

Comissão de Ética

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Carmen Silvia Rial (UFSC)
Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Vice Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Laura Moutinho (USP)

Conselho Editorial

Alicia Norma González de Castells (UFSC)
Andrea L. M. Zhouri (UFMG)
Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)
Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)
Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)
Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)
Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI)
Carmen Silvia Rial (UFSC)
Cláudia Turra Magni (UFPEL)
Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF)
Lea Carvalho Rodrigues (UFCE)
Levi Marques Pereira (UFGD)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Maria Eunice de Souza Maciel (UFGS)
Maria Filomena Gregori (UNICAMP)
Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Patrícia Silva Osorio (UFMT)
Renata de Castro Menezes (UFRJ)
Soraya Fleischer (UnB)
Wilson Trajano Filho (UnB)

Comitê Antropologia Visual

Coordenadora: Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)
Alex Giuliano Vailat (UFPE)
Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro (UERJ)
Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)
Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ)
Nilson Almino de Freitas (UVA)
Rumi Regina Kubo (UFRGS)
Viviane Vedana (UFSC)

Comitê de Assuntos Internacionais:

Coordenadora: Carmen Silvia Rial (UFSC)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Renato Monteiro Athias (UFPE)

Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Coordenadora: Soraya Fleischer (UnB)
Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)
Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)

Comitê Deficiência e Acessibilidade

Coordenadora: Adriana Abreu Magalhães Dias (Unicamp)
Anahi Guedes de Mello (UFSC)
Debora Diniz Rodrigues (UnB)
Everton Luis Pereira (UnB)
Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS)
Nádia Elisa Meinerz (UFAL)
Valéria Aydos (UFRGS)
Viviane Fernandes Conceição dos Santos (UNIT)

Comitê Estudos Africanos

Coordenador/as: Andrea de Souza Lobo (UnB), Laura Moutinho (USP), Wilson Trajano Filho (UnB)
Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Comitê Gênero e Sexualidade

Coordenador: Sergio Luís Carrara (UERJ)
Vice Coordenadora: Isadora Lins França (Unicamp)
Ana Paula da Silva (UFF)
Camilo Braz (UFG)
Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA)
Cláudia Fonseca (UFRGS)
Fabíola Rohden (UFRGS)
Fátima Weiss de Jesus (UFAM)
Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)
Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)
Heloisa Buarque de Almeida (USP)
Júlio Assis Simões (USP)
Laura Lowenkron (UERJ)
Regina Facchini (Unicamp)
Rozeli Maria Porto (UFRN)

Comitê Inserção Profissional do Antropólogo

Coordenador: Leonardo Leocádio (MPF-DF)
Breno Trindade da Silva (IEPHA-MG)
Cassio Noronha Inglez de Sousa (Consultor-DF)
Gustavo Hamilton de Sousa Menezes (FUNAI-DF)
Márcio Martins dos Santos (MPF-TO)
Mariana Balen Fernandes (UFBA)
Roberto Alves de Almeida (INCRA-DF)

Comitê Laudos Antropológicos

Coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Vice Coordenadora: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF/UFPA)

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE)

Comitê Migrações e Deslocamentos

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Vice Coordenador: Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Adriana Piscitelli (PAGU/UNICAMP)

Liliana Sanjurjo (UERJ/CEMI-UNICAMP)

Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)

Comitê Patrimônio e Museus

Coordenadora: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Vice Coordenadora: Simone Pondé Vassallo (UFF)

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Renato Monteiro Athias (UFPE)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

José do Nascimento Junior (FIOCRUZ/COC)

Mario de Souza Chagas (UNIRIO)

Patrícia Silva Osório (UFMT)

Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Goeldi)

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Coordenador: Stephen Baines (UnB)

Vice Coordenadora: Andrea Zhouri (UFMG)

Gersem José dos Santos Luciano

Russell Parry Scott (UFPE)

Walmir Pereira (Unisinos)

Comitê Quilombos

Coordenadora: Raquel Mombelli (UFSC)

Vice-Coordenador: Aderval Costa Filho (UFMG)

Consultores/as: Eliane Cantarino O'dwyer (UFPA), Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM), Rosa Elisabeth Acevedo Marin (UFPA) e Ilka Boaventura Leite (UFSC)

Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)

Cintia Beatriz Müller (UFBA)

Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos (UnB)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

Ricardo Cid Fernandes (UFPR)

Sandro José da Silva (UFES)

Sonia Regina Lourenço (UFMT)

APRESENTAÇÃO

Caras associadas e caros associados,

Apresentamos a vocês o Relatório de Atividades da Gestão 2017/2018 da Associação Brasileira de Antropologia. Nesta gestão, nos propusemos a fortalecer a presença da ABA na esfera pública em defesa dos direitos à diversidade cultural, dos direitos relacionados a gênero e sexualidade, dos direitos das minorias e pela plena igualdade cidadã e igualdade racial. Tratava-se de um contexto de recrudescimento das forças adversárias aos direitos socioculturais. Nesse sentido, o presente relatório traz muito mais do que uma prestação de contas a suas associadas e associados. Ele também representa um testemunho do engajamento da comunidade antropológica durante dois anos decisivos para o futuro democrático do país e para a efetivação dos direitos fundamentais conquistados com a Constituição de 1988.

Dada a conjuntura política adversa aos direitos socioculturais e territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das populações tradicionais, e aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, acrescidas das ameaças de retrocessos nos direitos à diversidade sexual e de gênero, a antropologia passou a ser objeto de ataques e depreciações que ameaçam o livre exercício da profissão. Mas não só. A liberdade religiosa e a laicidade do Estado foram confundidas e colocadas em jogo em alguns projetos legislativos.

Em resposta, nossa gestão investiu na produção de um trabalho de organização e articulação do conhecimento antropológico com vista à defesa dos direitos ameaçados e sua disseminação pelas redes sociais e TVABA, além da refundação de seu portal eletrônico. O sucesso dessas iniciativas foi alcançado graças à captação de recursos que possibilitaram obter assessoria jurídica e de comunicação, que garantiram sua atuação como associação científica independente e respeitada em múltiplas frentes, como a atuação de defesa dos direitos indígenas, de trabalhadores rurais, de quilombolas, de antropólogos e indigenistas diante da CPI FUNAI/INCRA II, estando presente em todas as reuniões públicas da Comissão, assim como a incidência diante dos gabinetes parlamentares, órgãos de promoção dos direitos humanos, audiências públicas etc., além de contribuir para os debates envolvendo a ética na pesquisa antropológica, a política científica para as Ciências Humanas e Sociais - neste caso em

articulação com a SBS, ABCP, ANPOCS, SBPC, dentre outras. A ABA foi ainda a instituição que ficou encarregada do apoio organizacional à realização do 18º Congresso da IUAES na UFSC em julho de 2018, estabelecendo um acordo entre ABA e a IUAES, parceria que garante a importância contínua que a ABA tem sempre dado ao desenvolvimento da antropologia brasileira e suas relações com a antropologia mundial.

Este relatório pode ser lido, portanto, como o resultado de uma gestão comprometida com o apoio aos direitos sociais das populações com quem a antropologia tem construído respeitosamente seu conhecimento, mas também como registro histórico da defesa que se fez necessária das próprias antropólogas e antropólogos, quem, no livre exercício da profissão, têm sido atacadas e atacados simplesmente por fundamentar com seu conhecimento o direito humano à identidade cultural.

Diante do importante papel desempenhado pela ABA como associação comprometida com a defesa dos direitos fundamentais e humanos de modo cientificamente embasado, a ABA acolheu 353 novas sócias e sócios e promoveu 59 mudanças de categoria. Mais que nunca, a comunidade antropológica organizada através da ABA se mostrou crucial para atuar na esfera pública a partir da especificidade do conhecimento científico e etnográfico acumulado por suas e seus praticantes.

Em sintonia com esse espírito de engajamento e compromisso, a Gestão 2017/2018 realizou a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia com o tema: "Direitos Humanos e Antropologia em Ação", de 09 a 12 de dezembro de 2018 na Universidade de Brasília. A escolha de Brasília para sediar a reunião foi motivada pela concentração de antropólogas e antropólogos atuantes em instituições de ensino superior, na pós-graduação e na graduação, vinculados aos cursos de Antropologia, Ciências Sociais, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Saúde Coletiva, Artes, dentre outros. Brasília também concentra antropólogas e antropólogos que atuam em outras instâncias da sociedade civil e do Estado e profissionais de outras disciplinas que atuam em estreita relação com a Antropologia como operadores do direito, profissionais da área da saúde, defensores de direitos humanos, dentre outros. Organismos do Estado brasileiro responsáveis pela elaboração de políticas públicas e organismos de cooperação internacional também fazem de Brasília uma cena da antropologia em ação. Operadores de direito leigos, atuando em programas de ampliação do acesso à justiça e políticas afirmativas pela igualdade de gênero e racial; representantes de povos e populações tradicionais, segmentos organizados da sociedade civil, bem como grupos sociais particularmente discriminados pela orientação sexual, etnicidade, classe social, deficiência, entre outras formas de discriminação cada vez mais circulam e se estabelecem em Brasília como espaço de articulação de suas lutas sociais e demanda por direitos.

Sendo assim, visando promover e divulgar a contribuição da Antropologia e do conhecimento antropológico, bem como sua prática, junto à sociedade, a 31ª RBA enfatizou a promoção e efetivação dos direitos da diversidade. Foram cerca de 2.000 participantes, com expressiva participação de mulheres do Norte e Nordeste do Brasil e mais de 15 países representados, compreendendo a América Latina, Estados Unidos, Canadá e Europa.

A RBA, aliada às oficinas, workshops, seminários, simpósios, audiências públicas, dentre outras atividades e eventos realizados pela Gestão 2017/2018, qualificaram o debate sobre temas controversos apresentados pela comunidade política, por gestores de políticas públicas ou demandados por organizações da sociedade civil e pelas próprias coletividades implicadas. As participações dos integrantes da Gestão nestes espaços trouxeram qualificação das ações que objetivaram a promoção e proteção dos direitos humanos. Foi feito acompanhamento das comissões do Conselho Nacional de Direitos Humanos e conseguido o estreitamento das relações e comunicações com Ouvidorias, Defensorias e setores do Ministério Público que se dedicam ou articulam questões dos direitos humanos.

Pelo presente relatório, registra-se a continuidade das atividades que vêm sendo realizadas com sucesso pelas gestões anteriores, apoiadas sempre pelo trabalho de suas comissões, comitês e representações, e que marcam a tradição e o prestígio da ABA no cenário nacional e internacional. Através dele apresentamos nossa gratidão à crescente comunidade antropológica, às associadas e associados e nossos apoiadores na defesa dos direitos à diversidade sociocultural.

Lia Zanotta Machado

Presidente da ABA (Biênio 2017/2018)

EVENTOS

1) **Atividades da ABA na 69ª Reunião Anual da SBPC**

16 a 22 de julho de 2017, no campus Pampulha da UFMG - Belo Horizonte/MG

- a) Segunda-feira, 17/7/17
15h30 às 18h00

Atividade: Mesa-Redonda

Título: DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS: AVANÇOS E RETROCESSOS EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Coordenador: Fabio Mura (UFPB)

Participantes: Fabio Mura (UFPB), Ricardo Verдум (UFRGS) e Rubem Caixeta de Queiroz (UFMG)

Programação:

<http://ra.sbpnet.org.br/belohorizonte/wp-content/uploads/2017/06/programacao-69RA-SBPCAfroelIndigena.pdf>.

- b) Quarta-feira, 19/7/17
15h30 às 18h00

Atividade: Mesa-Redonda

Título: GÊNERO, DESIGUALDADES, EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: DESAFIOS PARA POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Coordenador: Lia Zanotta Machado (UnB)

Participantes: Lia Zanotta Machado (UnB), Rozeli Maria Porto (UFRN) e Regina Facchini (UNICAMP)

Programação:

<http://ra.sbpnet.org.br/belohorizonte/wp-content/uploads/2017/06/programacao-69RA-datas.pdf>.

2) **Atividades da ABA no 41º Encontro Anual da Anpocs**

26 a 27 de outubro de 2017, Caxambu/MG

- a) CF4 - Lia Zanotta Machado (UnB)

Dia 25/10/17, quarta-feira, das 11h15 às 12h45, sala 5, Anfiteatro Caxambu – Hotel Glória

Apresentador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Lia Zanotta Machado é professora titular de Antropologia da Universidade de Brasília e Presidente da Associação Brasileira de Antropologia na gestão 2017-2018. Foi coordenadora da área de antropologia e arqueologia da CAPES de 2011 a 2014. Ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e ex-membro de comitê de monitoramento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Foi Professora Visitante da Universidade de Columbia na Cátedra Ruth Cardoso (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: violência contra a mulher, saúde e direitos reprodutivos, violência doméstica, gênero e família, antropologia do gênero, antropologia das políticas públicas de saúde e segurança, práticas jurídicas, e relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil e América Latina.

Título: *Por que os antropólogos(as) incomodam?*

O recrudescer do conservadorismo na atual crise política nacional se contrapõe aos direitos sociais por reconhecimento e por igualdade. Não só. Constrói uma narrativa acusatória à antropologia e às ciências sociais exigindo um conhecimento científico “neutro” e descontextualizado. Estão em jogo no mundo político, categorias e conceitos utilizados pela antropologia e pelas ciências sociais: diversidade cultural, gênero e direitos. O relatório da CPI FUNAI/INCRA propôs o indiciamento de 21 antropólogos(as), além de indígenas e indigenistas. Está em jogo a metodologia antropológica etnográfica profunda que não pode se subtrair ao saber que se constitui relacionalmente a partir de uma observação participante. O Relatório da CPI Funai/Inkra chega a tomar o conhecimento prévio ou atual que o antropólogo tem da sociedade analisada como “fraude” e “conluio”. O conservadorismo descaracteriza os direitos indígenas e quilombolas e retrocede ao conceito de cultura reificada, onde ser indígena ou ser quilombola implica em não performar nenhum costume ou valor da “sociedade mais ampla”. Está posta na berlinda política o fazer antropológico e a relevância do intelectual público na defesa dos direitos fundamentais. Projetos da Câmara dos Deputados querem a criminalização das mulheres que interrompem a gravidez mesmo quando decorrente de estupro e produzindo risco de morte. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 aprovado pelo Congresso Nacional retira de seus objetivos o combate à discriminação de gênero e o combate à homofobia. A teoria de gênero é desterritorializada acusatoriamente como “ideologia de gênero”. O apelo à “maioria religiosa” e à “família tradicional” alavancam a manipulação do religioso pelo neoconservadorismo moral ancorado na atual legislatura. Tudo se quer passar como se as narrativas do mundo político fossem neutras e imparciais. Cabe às ciências sociais afirmarem que, se a construção da metodologia científica não se reduz a um ponto de vista pois obedece a procedimentos construídos no próprio campo, dele, no entanto, não pode prescindir. A inserção no mundo relacional é condição para a produção do ponto de vista e para o reconhecimento das posições dos sujeitos no mundo relacional. Os antropólogos(as) incomodam. Por produzirem conhecimento e por se manifestarem em defesa dos direitos fundamentais.

b) FR6 - Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos

Coordenação: Lia Zanotta Machado (UnB, ABA), Antonio Carlos de Motta Lima (UFPE, ABA),

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) possui uma história notadamente marcada pela presença atuante de seus membros na esfera pública, fazendo convergir a excelência da produção do conhecimento acadêmico e de pesquisa com diferentes tipos de demandas, geralmente relacionadas ao reconhecimento e garantias de direitos dos chamados atores sociais da diversidade. Na atual conjuntura política nacional, devido ao forte compromisso da antropologia com a defesa dos direitos que preservam, protegem e promovem a diversidade sociocultural, a igualdade racial e de gênero no Brasil, os antropólogos passaram a ser alvo de frequentes ataques que, inclusive, ameaçam e depreciam o exercício de suas expertises. A partir dessa tensão, o Fórum pretende refletir sobre o papel da antropologia e dos antropólogos face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de ações do Estado. Além disso, convida cientistas sociais e de áreas afins, bem como representantes de instituições públicas governamentais e não governamentais a refletirem coletivamente sobre que tipo de conhecimento tem sido produzido, como isso tem impactado questões de interesse público (conflitos ambientais, territoriais, gênero e sexualidade, raça, etnicidade, patrimônio, educação, entre outros) e seus reflexos em políticas voltadas para os direitos fundamentais. Por fim, pretende-se ampliar a discussão sobre novos cenários éticos e políticos a partir dos quais a produção do conhecimento científico tem sido, muitas vezes, depreciada ou até mesmo criminalizada.

1ª Sessão: Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: gênero, sexualidade, raça e patrimônio

Dia 24/10/17, terça-feira, das 17h30 às 19h30, sala 7 – Hotel Glória

Coordenadora de sessão: Regina Facchini (UNICAMP, ABA)

Debatedoras: Marcia Lima (USP), Flávia Biroli (UnB)

Expositores: Júlio Simões (USP) e Isadora Lins França (Unicamp), Lorenzo Macagno (UFPR), Izabela Maria Tamaso (UFG)

2ª Sessão: Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: populações indígenas, quilombolas, tradicionais, questões ambientais

Dia 25/10/17, quarta-feira, das 17h30 às 19h30, sala 7 – Hotel Glória

Coordenador de sessão: Antonio Carlos Souza Lima (MN/UFRJ)

Debatedora: Jane Beltrão (UFPA), Emilia Pietrafesa de Godoi (Unicamp)

Expositores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Henyo Trindade Barreto Filho (UnB), Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Luciano Maia (Procurador da 6 Câmara)

3ª Sessão: Tensões e diálogos: a atuação científica em novos cenários políticos

Dia 26/10/17, quinta-feira, das 17h30 às 19h30, sala 7 – Hotel Glória

Coordenador de sessão: Antonio Carlos de Motta Lima (UFPE, ABA)

Debatedores: Sérgio Luis Carrara (Uerj), Debora Duprat (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão)

Expositores: Fabiano Santos (IESP-UERJ, ANPOCS), Carlos Benedito Martins (UnB, SBS), Renato Monseff Perissinotto (UFPR, ABCP), Luciano Mendes de Faria Filho (Fórum de Ciências Humanas), Lia Zanotta Machado (UnB, ABA).

3) Ciclo de Palestras “Encontro com a História” - Mesa-Redonda “Direitos Patrimoniais, indígenas e quilombolas nos 30 anos da Assembleia Nacional Constituinte”.

Data: 27/02/2018, 14h30

Local: Museu da Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Organização: Museu da Astronomia e Ciências Afins (MAST) e Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Participantes:

Maria Helena Versiani (Museu da República)

Antônio Augusto Arantes (Unicamp, Comitê Patrimônios e Museus da ABA)

Priscilla Faulhaber (MAST)

Marcia Chuva (Unirio)

4) Palestra “Crianças, Povos Indígenas e Direitos: controvérsias identitárias e sensibilidades jurídicas a partir de Belo Monte”

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia, convidam para palestra “Crianças, Povos Indígenas e Direitos: controvérsias identitárias e sensibilidades jurídicas a partir de Belo Monte”, da professora Jane Felipe Beltrão (UFPA e CDH/ABA)

Data: 09/03 (10h)

Local: UFF, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 516

Link: <https://www.facebook.com/events/273808913151929/>

Apoio: InEAC

Coordenação: Lucía Eilbaum (PPGA/UFF, CDH/ABA, INCT/InEAC)

Debatedora: Eliana Cantarino O (PPGA/GEAM/UFF, INCT/InEAC)

Resumo

Os efeitos sociais produzidos pela instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu (Altamira-Pará) repercutem, ainda hoje, em Altamira e diversos municípios vizinhos, efeitos que afetam sobremaneira a vida de moradores/as, especialmente aqueles/as que vivem na chamada Volta Grande do Xingu e as margens do Rio Xingu, em especial, os povos e populações tradicionais que tiveram seus territórios uma vez mais dilacerado, sendo obrigados a deslocamentos forçados. A situação se torna, a cada dia mais crítica, comprometendo o presente e o futuro de crianças e jovens que possuem suas identidades e infâncias afetadas por sensibilidades jurídicas que “não lhes permite

a vida segundo seus próprios termos". Os "sequestros brancos" de crianças indígenas e as imposições de um sistema jurídico hegemônico produz, inicialmente pânico, na sequência ações pautadas pelo "humanismo etnocêntrico" e a cada passo violam-se os direitos diferenciados – étnicos ou não – desrespeitando e corroendo a legislação nacional e internacional.

5) Jornada Intercultural Brasil-França – os efeitos do pós-estruturalismo: Derrida, Foucault, Deleuze, Guatarri, Castoriadis...

Data: 20 e 21/03/2018

Mesa do dia 21/03/2018: Estruturalismo e pós-estruturalismo em diálogo com a Antropologia

Participantes:

Lia Zanotta Machado (Presidente da ABA/UnB)

Julie Cavignac (UFRN)

Antonio Motta (UFPE)

Mediadora: Nara Galvão (UFPE/IRB)

Apoio: Associação Brasileira de Antropologia

6) **Seminário Nossas Vidas Importam – ativismos, violência institucional e direitos humanos. Diálogos Brasil-Argentina**

29 e 30/05/2018

Auditório do ICHF (UFF)

Organização:

Grupo de Pesquisas em Antropologia do Direito e Moralidades – GEPADIM/NUFEP/UFF

Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia – CDH/ABA

INCT-InEAC

Apoio:

Capes

29/05

10h – **Abertura**

Lucía Eilbaum (INCT-InEAC – CDH/ABA), Flavia Medeiros (PPGA/UFF e INCT-InEAC), Maria Pita (UBA/Conicet) e Roberto Kant de Lima (INCT-InEAC)

10h30 – **Painel 1: ativismos, militância e “direitos humanos”**

Participantes:

Buba Aguiar (Fala Akari)

Deley de Akari (Fala Akari)

Gonzalo Bugatto (Movimiento Evita) e Miliano Ulloa (Argentina)

Mônica Cunha (Movimento Moleque, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado)

Ivanir Mendes de Souza (AMB, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo de Estado, Frente Estadual pelo Desencarceramento RENFA e Ocupação Manoel Congo)

Moderadora: Lucía Eilbaum (UFF)

14h – Painel 2: Do luto à luta: experiências de mobilização e demanda por direitos

Participantes: Ana Paula de Oliveira (Mães de Manguinhos, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado)

Maria Dalva Correa da Silva (Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado)

Vanesa Orieta (Familiares e Amigos de Luciano Arruga)

Raquel Wittis (Comisión de Derechos Humanos Zona Norte)

Natasha Neri (pesquisadora, documentarista e apoiadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência)

Moderadora: Maria Pita

17h30 – Roda pela memória das vítimas de violência institucional

30/05

10h – Painel 3: na defesa dos “Direitos Humanos”: estratégia de ação e iniciativas civis

Participantes:

Renata Neder (Anistia Internacional)

Monique Cruz (Justiça Global e Frente Estadual pelo Desencarceramento)

Julieta Riquelme (Multisetorial contra Violencia Institucional)

Marcela Perelman (CELS)

Macarena Sabin Paz (equipo de salud mental CELS)

Moderadora: Mirian Alves (UFF)

14h – Painel 4: Quem é o “Estado”? iniciativas públicas em diálogo

Participantes:

Gizele Martins (Comunicadora e ativista da Maré, Comissão de Direitos Humanos/ALERJ)

Patrícia Oliveira (Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo de Estado, Frente Estadual pelo Desencarceramento)

Lucas Pedretti (Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, ex-pesquisador da Comissão da Verdade do Rio)

Renata Souza (Pós-Doutoranda em Mídia e Cotidiano – UFF, Ex-chefe de Gabinete de Marielle Franco)

Moderador: Lenin Pires (UFF)

17h – **Cine-Debate: campanhas, imagens e performances**

Participantes:

Maria Pita (UBA)

Exibição do filme “Bostigados” (CELS e União Europeia)

Fernando Souza e Gabriel Barbosa (Quiprocó Filmes)

Exibição do documentário “Nossos Mortos têm Voz”

Eugenia Cozzi (UBA e UNR)

Exibição do vídeo de intervenção teatral “Yo Sabía – a Jonatan Herrera lo mato la policia) Multisectorial contra la violencia institucional, Rosario, Argentina)

Exibição do trailer do documentário “Auto de Resistência” (de Natasha Neri e Lula Carvalho)

Moderadora: Flavia Medeiros.

7) **Oficina Gênero, sexualidade e direitos fundamentais: o conhecimento científico em questão**

Data: 05/06/2018, terça-feira, das 9h às 19h

Proposta: Oficina de trabalho promovida pela ABA em colaboração com seu Comitê de Gênero e Sexualidade. O objetivo da atividade é dialogar com associações científicas, movimento social e operadores do direito em torno de temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos tendo como horizonte a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade. Pretende-se debater o impacto desse conhecimento sobre questões de interesse público e políticas públicas; o tratamento que tem recebido na esfera pública brasileira; suas implicações éticas e políticas e possíveis cenários, inclusive de colaboração, futuros.

Organização:

Regina Facchini (Diretoria Regional Sudeste; Comitê Gênero e Sexualidade/ABA)

Isadora Lins França (Comitê Gênero e Sexualidade/ABA)

Sérgio Carrara (Comitê Gênero e Sexualidade/ABA)

Júlio Assis Simões (Comitê Gênero e Sexualidade/ABA)

Local: Auditório da Ação Educativa - Rua General Jardim, 660 - Vila Buarque, São Paulo (SP)

Dinâmica de trabalho: a atividade foi desenhada como uma oficina de trabalho propositiva, na qual a participação de todas/os é esperada.

Programação

09h00 - **Abertura:** Lia Zanotta Machado (Presidenta da Associação Brasileira de Antropologia)

Regina Facchini (coordenação da Oficina/Associação Brasileira de Antropologia)

09h30 – Mesa: **Atual conjuntura das políticas e direitos sexuais e reprodutivos no país: desafios e possibilidades**

Coordenação: Isadora Lins França (Associação Brasileira de Antropologia)

Participantes:

Sérgio Carrara (Associação Brasileira de Antropologia)

Sônia Corrêa (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; Sexuality Policy Watch)

Julian Rodrigues (Aliança Nacional LGBTI e Movimento Nacional de Direitos Humanos)

Keila Simpson (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)

Kenarik Boujikian (Tribunal de Justiça de SP; Associação Juízes para a Democracia)

Sergio Suiama (GT Direitos Sexuais e Reprodutivos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF)

Lia Zanotta Machado - (Associação Brasileira de Antropologia)

14h00 – Painel: **A produção de conhecimento em tempos sombrios: articulações com gênero e sexualidade**

Coordenação: Júlio A. Simões (Associação Brasileira de Antropologia)

Participantes:

Ricardo Mariano (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)

Elisabeth Macedo (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)

Liliane de Oliveira Caetano (Conselho Federal de Serviço Social)

Cristiane Cabral (Associação Brasileira de Saúde Coletiva)

Maria Amélia Veras (Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo)

16h-19h - **Debate aberto e propositivo: construindo possíveis futuros**

Coordenação: Regina Facchini (Associação Brasileira de Antropologia)

Provocação inicial: Lia Zanotta Machado (Associação Brasileira de Antropologia)

8) **Seminário Laudos, Questões territoriais & Direitos Humanos: Antropologia em Ação**

26/06/2018

Local do evento: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)
Endereço: Av. Gov. José Malcher, 474 – Nazaré

Organizadores/as

Eliane Cantarino O'Dwyer – UFF/UFPA
Jane Felipe Beltrão – UFPA
Antonio Carlos Cruz Villas – secretário-PPGA
Osmarina Gato Barbosa – secretária-PAPIT

Realização

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Comitê Laudos Antropológicos & Comissão de Direitos Humanos

Apoio

Unidades acadêmicas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) | Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)
Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) | Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)

Proposta

Laudos, Questões territoriais & Direitos Humanos: Antropologia em Ação é seminário promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) por intermédio do Comitê Laudos Antropológicos e da Comissão de Direitos Humanos, que traz como tema Povos Indígenas e Populações Tradicionais em tempos urgentes, pois pretende discutir questões referentes às condições de elaboração de laudos antropológicos assentados em diálogo com as ações que os interlocutores requisitam dos/as antropólogos/as em benefício de um Brasil que exige respeito e cumprimento de preceitos constitucionais em relação a Demarcação já ! e Justiça Plural !

26.jun.2018, terça-feira

Mesa Redonda 1: Laudos antropológicos e Direitos Humanos, experiências diversas

Participantes: Jane Felipe Beltrão – UFPA; Lucía Eillbaum – UFF; e Sérgio Góes Telles Brissac – MPF-CE;
Debatedor: Rodrigo Oliveira – MPF-Santarém-PA
Horário: pela manhã, de 9h às 12h
Local: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Mesa Redonda 2: Demandas por Laudos e possibilidades de ação

Participantes: Katiane Silva – UFPA; Fábio Mura – e UFPB; Alexandra Barbosa da Silva – UFPB

Debatedor: Marco Antônio Delfino – MPF-MS

Horário: à tarde de 14h às 17h

Local: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Mesa Redonda 3: Conflitos Ambientais e Liberdade Acadêmica

Participantes: Andrea Zhouri – UFMG; Uwira Xakriabá – UFPA; Ana Flávia Moreira Santos – UFMG

Debatedora: Rosa Elizabeth Acevedo-Marin – UFPA

Horário: pela noite, de 17h30 às 20h30

Local: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

27.jun.2018, quarta-feira

Mesa Redonda 4: Projetos de construção da nação: terras tradicionalmente ocupadas e estratégias de redefinição do Estado no Brasil e América Latina

Participantes: Eliane Cantarino O'Dwyer – UFF|UFPA; Pablo Quintero – UFRGS; e Gersem dos Santos Luciano – UFAM

Debatedor: Alexandre Soares – MPF-São Luiz-MA

Horário: manhã de 9h às 12h

Local: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Pós-evento

28.jun.2018, quinta-feira

Reunião de trabalho do Comitê Laudos Antropológicos

Participantes: membros do Comitê Laudos Antropológicos e da Comissão de Direitos Humanos da ABA

Horários: pela manhã de 9h30 às 12h30

Local: Auditório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

9) Segurança Pública, Violência e Direitos Humanos

Data: 27 e 28/08/2018

Auditório do ICHF/UFF

27/08

14h – Apresentação e boas vindas

Lucía Eilbaum (UFF, CHD/ABA)

Lorenzo Macagno (UFPR, ABA)

Abertura: Lia Zanotta Machado (UnB, ABA)

14h30 - **Mesa 1 - Militarização, segurança pública e direitos humanos**

Lenin Pires (DSP/INEAC/UFF);
Sílvia Ramos (CESEC/UCAM, Observatório da Intervenção);
Paul Amar (Universidade de Califórnia, Santa Bárbara/EUA);
Roberto Kant de Lima (INCT/Ineac/UFF)
Coordenadora: Cristina Marins (PPGA/UFF);

16h - **Mesa 2 - Diversidade, gênero e direitos humanos**

Bruna Benevides (Presidenta do Conselho LGBTI de Niterói, Coordenadora do PreparaNem Niterói e membro da ANTRA e ABGLT)
Lana de Holanda (mulher trans, ativista e ex-assessora da mandata de Marielle Franco)
Laura Murray (IMS/UERJ, Observatório da Prostituição/UFRJ)

Coordenadora: Izabel Nuñez (PPGA/UFF)

28/08

14h - **Mesa 3 - Encarceramento, racismo e direitos humanos**

Adriana Viana (MN/UFRJ);
Renata Lira (Mecanismo para Prevenção e Combate à Tortura - MEPCT/RJ);
Ivanir Mendes de Souza (AMB, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado, Frente Estadual pelo Desencarceramento, RENFA e Ocupação Manoel Congo)

Coordenadora: Gisele Fonseca (PPGA/UFF);

17h - **Cine debate - Teatro da UFF**

Exibição do filme "Auto de Resistência", Eleito o melhor documentário no Festival É Tudo Verdade/2018

Debate:

Natasha Neri (diretora e roteirista do filme, pesquisadora e apoiadora da Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência)
Ana Paula de Oliveira (Mães de Manguinhos, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado);
Sílvia Carvalho (assistente social, doutoranda em Serviço Social/UFRJ);
Flávia Medeiros (antropóloga, PPGA/UFF, INCT-INEAC, RENFA)

Coordenadora: Lucía Eilbaum (ABA, INCT/INEAC)

REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS

2017

1) Encontro do MPF/MPMG para discussão e elaboração de proposta de trabalho no eixo socioeconômico relacionado ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

Representante: Ana Flávia Moreira Santos

Data: 10/03/2017

2) Encontro para discussão e elaboração de proposta de trabalho no eixo socioeconômico relacionado ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG

Representante: Lúnia Dias

Data: 10/03/2017

3) Semana dos Povos Indígenas – ADUFMAT/UFMT

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 18 e 19/04/2017

4) Oficina de Trabalho "Sistemas de alerta precoce e resposta rápida: experiências da América Latina"

Representante: Stephen Grant Baines

Data: 31/03/2017

5) Abertura das atividades de comemoração dos 30 anos do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas /CEPPAC e de sua transformação em Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA.

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 07/05/2017

6) 5o Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas - Tema: 'Terra Titulada: Liberdade Conquistada e Nenhum Direito a Menos'

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 22 a 26/05/2017

7) Audiência Pública – Infanticídio Indígena

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 24/05/2017

8) Audiência Pública sobre o tema: "a situação dos direitos dos povos indígenas do Brasil".

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 08/08/2017

9) O Ensino e a Pesquisa em Antropologia na Zona da Mata Mineira II

Representantes: Lia Zanotta Machado e Antonio Motta

Data: 15 a 18/08/2017

10) Semana de Ciências Sociais IFCH/Unicamp

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 28/08 a 01/09/2017

11) Missão do CNDH ao Território Quilombola de Alcântara

Representante: Monica Nogueira

Data: 29 a 31/08/2017

12) Seminário Nacional – atendimento a crianças e jovens indígenas

Representante: Diógenes Egidio Cariaga

Data: 29 a 31/08/2017

13) Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda para discussão dos Benefícios Eventuais.

Representante: Christian Teófilo da Silva

Data: 18/08/2017

14) Oficina de Trabalho - Deslocamentos indígenas na Venezuela e no Brasil: intercâmbio de conhecimentos

Representante: Álvaro Banducchi

Data: 26 e 17/09/2017

15) II Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais

Representante: Alfredo Wagner

Data: 27 a 29/09/2017

16) IV Ciclo Antropologia e Etnografia em Contextos Urbanos Política, Imagens e suas Trajetórias

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 03 e 04/10/2017

17) Encontro Nacional de Direitos Humanos – Congresso Nacional

Representante: Christian Teófilo da Silva

Data: 08 e 09/11/2017

18) IV Colóquio de Turismo em Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais:
ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento

Representante: Stephen Baines

Data: 10 a 12/11/2017

19) II Seminário Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais

Representante: Alfredo Wagner

Data: 15 a 17/11/2017

20) V Seminário do PPGCS e XVII Semana de Ciências Sociais

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 21 a 24/11/2017

21) Programação Seminário 10 anos PPGA - antropologia na Bahia: inovações,
desafios, encruzilhadas

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 22 a 24/11/2017

22) III Simpósio Regional SOS Mulher e Família

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 24/11/2017

23) IV Cirkula

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 27 a 30/11/2017

24) III Seminário Gênero & Patrimônio Cultural - Tema: *"Direitos Culturais, Cidadania e Participação das Mulheres nas Políticas de Patrimônio"*.

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 28 a 30/11/2017

25) Audiência pública com o objetivo de debater o tema "Gravidez na adolescência:
sonhos interrompidos"

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 12/12/2017

2018

26) Ato de repúdio às ameaças do MEC à autonomia universitária e à democracia

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 01/03/18

27) Seminário Mulheres na Ciência da UnB

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 21 e 22/18/2018

28) Primeiro Encontro de Mulheres

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 23 a 25/03/2018

29) IV Semana de Antropologia PPGA/UFPB

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 04 a 06/04/2018

30) Audiência Pública no CDH/Senado Federal sobre "Aliança dos Povos Indígenas, fortalecendo a autonomia"

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 23/04/2018

31) Seminário 10 anos do PPGAS-UFG | IV Entrelinhas

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 08 a 11/10/2018

32) Democracia nos 30 anos da Constituição – Perspectivas das Ciências Sociais

Representante: Lia Zanotta Machado

Data: 21 e 22/11/2018.

31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

PRÉ-EVENTO

Seminário *Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo*

Brasília, 7 a 9 de dezembro de 2018

Coordenação: Comitê de Patrimônios e Museus da ABA – Profa. Dra. Regina Abreu (UNIRIO); Profa. Dra. Simone Vassalo (UFF); Profa. Dra. Adriana Russi (UFF)

Parceria: IBRAM, ICOM Brasil, Curso de Museologia da UnB

Resumo: No âmbito da Reunião Bianual da Associação Brasileira de Antropologia, o Comitê Patrimônios e Museus da ABA propõe realizar em conjunto com o IBRAM e com o ICOM, um pré-evento destinado a reunir antropólogos, museólogos e interessados no tema da relação entre Antropologia e Museus, particularmente refletindo sobre novas práticas dos "museus etnográficos" no contemporâneo e sobre o campo da Antropologia dos Museus que tangencia os cursos de Antropologia e de Museologia. O objetivo é apresentar propostas, projetos e boas práticas nesta área visando construir subsídios para enfrentar alguns desafios do contemporâneo. Particular atenção será dada à crescente participação de diferentes grupos sociais nos museus como forma de enriquecer a pesquisa, dinamizar o acervo e estimular o debate no contexto museológico, bem como chamar a atenção para a constituição de um "patrimônio etnográfico", resultado das pesquisas dos antropólogos em seus trabalhos de campo.

A Antropologia manteve desde seus primórdios forte relação com o campo dos museus. Seja como área de conhecimento no contexto das instituições museais de cunho enciclopédico, seja criando instituições museais articuladas com a prática etnográfica; seja construindo um olhar particular sobre os museus no contemporâneo. Cada um destes movimentos, expressa um certo tipo de inserção do antropólogo nas práticas da disciplina, bem como revela momentos singulares no cruzamento da História da Antropologia e da História dos Museus. Num primeiro movimento, temos uma vertente evolucionista e positivista da Antropologia, onde a coleta de objetos e sua conservação nos museus expressavam a constituição de acervos documentais de confiabilidade para as pesquisas; num segundo movimento, temos a criação e institucionalização dos

chamados “museus etnográficos” – consagrados modelos que associavam o estudo das particularidades culturais à preservação de objetos coletados durante a pesquisa de campo. Num terceiro movimento, os antropólogos passaram a se interessar por etnografar os museus como sintomas de práticas sociais e espaços de poder conjugados a regimes de valor que convertem artefatos em bens consagrados (lógicas colecionistas); expressões culturais e modos de fazer em "bens patrimoniais"; rituais em performances públicas; pessoas em "representantes" e "porta-vozes" de etnias e comunidades.

O presente evento visa propiciar o encontro de antropólogos que no seu ofício profissional participam dos museus, seja articulados às práticas específicas dos "museus etnográficos", seja realizando "etnografias de museus no contemporâneo". O encontro pretende ainda abrir uma reflexão sobre a especificidade do “museu etnográfico” e as novas modalidades de museus a ele associados ou dele decorrentes como os "museus indígenas", os "museus sociais", os "eco-museus".

Neste ano, daremos ênfase ao tema dos museus antropológicos e os patrimônios em risco com uma mesa dedicada a refletir sobre a tragédia ocorrida no Museu Nacional. O evento terá como atribuição tirar algumas propostas e sugestões para desdobramentos futuros.

Programação completa:

https://www.31rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=551

PRÉ-EVENTO SEMINÁRIO “CASA, CORPO E POLÍTICAS DA TERRA”

07 e 08 de dezembro de 2018

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília

Organização:

Ana Carneiro (UFSB), Grazielle Dainese (Unilab) e Márcia Nóbrega (Unicamp)

1) Programação completa:

https://www.31rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=551

CONFERÊNCIAS

Conferência 1: Lei e Violência: Retorno ao Cotidiano (Law and Violence: Returns to the Everyday)

Veena Das

11/12/18, terça-feira

Auditório da FD - Faculdade de Direito / Auditório / 14:00 às 15:30

A conferência foi lida colaborativamente pela Profa. Cristina Patriota de Moura

Veena Das é *Krieger-Eisenhower Professor* de antropologia na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos. Antes de se mudar para a Johns Hopkins, lecionou na *Delhi School of Economics* por mais de 30 anos e esteve ligada à *New School for Social Research* de 1997 a 2000. Suas pesquisas incluem um amplo espectro de temáticas, entre as quais Ética, Teoria Social, Antropologia e Historiografia, pobreza, violência coletiva e transformações urbanas no sul da Ásia. É autora, co-editora e editora de 9 livros, entre os quais *Mirrors of Violence: Communities, Riots and Survivors in South Asia* (1990) e *Life and Words, Violence and the descent into the ordinary*, (2006). Recebeu a Medalha de Ouro *Anders Retzius* da Sociedade Sueca de Antropologia e Geografia, em 1995, e é membro honorário estrangeiro da Academia Americana de Artes e Ciências.

Conferência 2: La démocratie sexuelle au coeur de la démocratie / A democracia sexual no coração da democracia

Eric Fassin

11/12/18, terça-feira

18:30 às 20:00

Eric Fassin é sociólogo e professor no Departamento de Ciência Política e no Programa de Estudos de Gênero na Universidade Paris-8 *Vincennes-Saint-Denis*. É pesquisador do *Teorias Políticas Laboratoriais (LabTop / CRESPPA, Paris 8)*. Atuou como pesquisador no Departamento de Ciências Sociais da *École Normale Supérieure* (1994-2012), como co-responsável pela especialidade "Gênero, política e sexualidade" do Mestrado em Ciências Sociais EHESS (2007-2012). Entre suas publicações estão: *L'inversion de la question homosexuelle* (Paris, Amsterdam, 2005); *Gênero, sexualidades e política democrática* (Colegio de México, 2009) e *Roms & riverains, Une*

politique municipale de la race (Ed. La Fabrique, 2014, com C. Fouteau, S. Guichard, A. Windels). Com seu irmão Didier Fassin, co-organizou *De la question sociale à la question raciale* (Paris, La Découverte, 2006), trabalho que se tornou um clássico da nova sociologia francesa, cuja abordagem é caracterizada pelo cruzamento temático entre discriminação social, racial e de gênero.

SOLO, DUETO, TERCETO E QUARTETO

Solo: Modernidade da Inquisição: a lógica das fogueiras

10/12/18, segunda-feira

18:30 às 20:00

Nathan Wachtel

Dueto: Antropologia e Direitos Quilombolas: da Constituição aos dias de hoje

11/12/18, terça-feira, 14h às 15h e 30min

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM) e Anacleta Pires da Silva (Liderança Quilombola)

Terceto: Antropologia e Direitos Indígenas: da Constituição aos dias de hoje

10/12/18, segunda-feira, 14h às 15h e 30min

João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Tonico Benites (Liderança Indígena Kaiowá - MN/UFRJ) e Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (Liderança Indígena Kaingang).

Quarteto: Encarceramento, Violência e Direitos Humanos

12/12/18, quarta-feira, 14h às 18h

Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ), Lucia Eilbaum (UFF), Ana Paula Oliveira (Mães de Manguinhos), Maria Dalva Correia da Silva (Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência).

Filme: Auto de Resistência / Direção: Natasha Neri e Lula Carvalho

RODA DE CONVERSA



Nos interstícios entre Coragem e medo: diálogos LGBTQ+

nesses tempos tão sombrios
conservemo-nos seréngx
cada movida da luta
sempre é mais,
nunca menos
o fascismo é apenas uma face
do medo, e não do poder
enquanto nutrimos a esperança
eles não vão
nos vencer
(Tatiana Nascimento dos Santos)

Desfrutando do ambiente de nossa 31ª Reunião Brasileira de Antropologia como solo fértil para a construção de redes de afetos, produção de conhecimento, de forças e esperanças, tornamos público um chamamento a debatermos juntxs formas de organização, acolhimento, cuidados e resistência contra a LGBTQ+fobia e demais formas de opressão que historicamente ameaçam potências criativas de nossas existências.

Agressões a pessoas LGBTQ+, a onda de medo que tem paralisado e adoecido nossos corpos e o retorno de pautas ameaçadoras como a "ideologia de gênero", são alguns dos temas que pretendemos levantar, em meio ao compartilhamento de testemunhos de nossas resistências e afetos.

O evento está de poros abertos à participação de todxs que se interessem pelo exercício reflexivo de como a antropologia e as ciências sociais podem contribuir e se responsabilizarem pela criação de estratégias de enfrentamento de tais formas de violências.

Em breve informaremos a composição afetiva de nossa mesa de debate e acolhimento. Fiquem ligadxs!

12 de dezembro de 2018
12:00 - 14:00

31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
Auditório do Instituto de Ciências Sociais ICS
Universidade de Brasília

LANÇAMENTO DE LIVROS

- 1) Abortos: Dramas Sociais e Histórias Sobre Eles
Carlos Abraão Moura Valpassos
Garamond, 2018.
- 2) Técnica e transformação: perspectivas antropológicas
Carlos Sautchuk (e outros 16 autores de capítulo)
ABA Publicações, 2017.
- 3) Sonhar, Curar, Lutar. Colonialidade, Xamanismo e Cosmopolítica Kaingang no Rio Grande do Sul
Clémentine Maréchal
Editora Prismas, 2017.
- 4) Embarcações do Encantamento: Trabalho Sinônimo de Arte, Estética e Liberdade na Pesca Marítima
Cristiano Wellington Noberto Ramalho
São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe (Edufs); Campinas: Centro de Estudos Rurais (Ceres)-Unicamp, 2017
- 5) Ausências Incorporadas. Etnografia Entre Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil
Desirée Azevedo
Editora Unifesp, 2018
- 6) Migração e Exílio
Bela Feldman-Bianco, Liliana Sanjurjo, Desirée Azevedo e Douglas Mansur da Silva
EDUFSCAR e Editora UFV, 2018
- 7) Sangue, Identidade e Verdade. Memórias Sobre o Passado Ditatorial na Argentina
Liliana Sanjurjo, 2018
- 8) Vidas de rio e de mar: pesca, desenvolvimentismo e ambientalização
Aline Trigueiro, Eliana Creado e Daniela Zanetti (Orgs)
PROEX, 2018.
- 9) Batalha de confete. Envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal – MS
Guilherme Passamani

Papeis Selvagens, 2018.

10) Não leve flores. Crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre – DF

Leila Saraiva

Papeis Selvagens, 2018.

11) Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo

Claudia Fonseca, Chantal Medaets e Fernanda Bittencourt Ribeiro

Sulina, 2018.

12) O ofício das benzedeiras: um estudo sobre práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta (RN)

Francimário Vito dos Santos

Cirkula, 2018

13) Drogas: Perspectivas em Ciências Humanas

Beatriz Labate e Frederico Policarpo

Terceiro Nome, Gramma, NEIP, 2018.

14) Política de Drogas no Brasil: Conflitos e Alternativas

Beatriz Labate e Thiago Rodrigues (Orgs)

Mercado de Letras, 2018.

15) Antropologia da Dança I, II, III, IV [Coleção]

Giselle Guilhon Antunes Camargo (Org.)

Insular / PPGArtes, 2018

16) Assédio Moral no Trabalho

Giselle Guilhon Antunes Camargo

Fonte Editorial, 2015

17) Sama: etnografia de uma dança sufi (2ª Ed.)

Giselle Guilhon Antunes Camargo

PPGArtes, 2018.

18) Filhos

Anna Cruz, Hilton P. Silva e Mariamma Fonseca, 2017.

19) Enlaces: estudos de folclore e culturas populares

Maria Laura Cavalcanti e Joana Corrêa, 2018.

- 20) Hipo Hop: cultura e política no contexto paulista
João Batista de Jesus Félix
Appris Editora, 2018
- 21) Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção
Márcia Leite, Lia Rocha, Juliana Farias e Monique Carvalho (Orgs)
Morula Editorial, 2018.
- 22) CACIQUE DO POVO AKRĀTIKATĒJĒ -HÖPRYRE RONORE JOPIKTI PAYARÉ
Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Jurandir Santos de Novaes
UEA Edições, 2018.
- 23) Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndios de citações
Léa Freitas Perez, Ana Paula Lessa Belone, Marcos da Costa Martins e Rafael Barros
Gomes
Editora UFMG, 2018.
- 24) Pierre Sanchis - religião, cultura e identidades: matrizes e matizes
Mauro Passos e Léa Freitas Perez
Vozes, 2018.
- 25) Coronéis, Candangos e Doutores. Por uma Antropologia dos valores aplicada ao caso brasileiro.
Luiz Tarlei Aragão e Luiz E. Abreu
Appris, 2018
- 26) PALAVRAS ENTRE RIOS E RUAS: ensaios sobre literatura na Amazônia
Maria de Nazaré Barreto Trindade
Fundação Cultural do Pará, 2016.
- 27) Etnografias urbanas sobre pertença e medos na cidade. Estudos em Antropologia das Emoções
Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Ed. Bagaço, 2017
- 28) Sobre perdas, dor, morte e morrer na cidade de João Pessoa, PB. Um estudo em Antropologia das Emoções.
Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Ed. Bagaço, 2018

- 29) Uma Comunidade de Afetos. Etnografia de uma rua de um bairro popular na perspectiva da Antropologia das Emoções
Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Appris, 2018
- 30) Alquimias de Parentesco. Casas, famílias, papéis, pessoas e territórios.
Ana Claudia Marques e Natacha Simeí Leal
Gamma, 2018
- 31) Autodeterminação, autonomia territorial e acesso à justiça: povos indígenas em movimento na América Latina
Ricardo Verdum e Edviges Ioris
ABA Publicações, 2017
- 32) Desenvolvimento, utopias e indigenismo latino-americano: um estudo sobre indigenismo e cooperação internacional
Ricardo Verdum
ABA Publicações, 2018
- 33) Povos Indígenas, meio ambiente e políticas públicas: uma visão a partir do orçamento indigenista federal
Ricardo Verdum
E-papers, 2017
- 34) Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais
Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol
Editora da Unicamp, 2018
- 35) Do espírito na saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil
Rodrigo Toniol
Liber Ars, 2018.
- 36) Antropologia e saúde: diálogos indisciplinados
Cristina Dias da Silva e Sílvia Guimarães
Editora UFJF, 2017
- 37) A Nova Escola de Antropologia do Recife: Ideias, personagens e instituições

Roberta Bivar Carneiro Campos, Fabiana Maria Gama Pereira e Silvana Sobreira de Matos
EDUFPE, 2017

38) Antropologias, Saúde e contextos de crise

Rosana Castro, Cíntia Engel e Raysa Martins (Orgs.), Soraya Fleischer (Prefácio)
Sobrescrita

39) Anuário Antropológico 43/2

Soraya Fleischer (editora executiva)
PPGAS/DAN/UnB, 2018

40) Descontrolada, Uma etnografia dos problemas de pressão

Soraya Fleischer
Edufscar, 2018

41) "Dando um banho de carinho!" - Os caça-gringas e as interações afetivo-sexuais em contexto de viagens turísticas (Pipa - RN)

Tiago Cantalice
Paco Editorial, 2015.

42) Sob a égide do chicote: uma leitura do amor na contemporaneidade

Vera Lucia Marques da Silva
Appris, 2018.

43) (Des)Prazer da Norma

Everton Rangel, Camila Fernandes e Fátima Lima
Papeis Selvagens, 2018

REUNIÕES DE TRABALHO

Reunião do Conselho Diretor da ABA

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 1 - Térreo
Data/Hora: 09/12 - 10:00 às 12:00

Reunião do Conselho Fiscal da ABA

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 1 - Térreo
Data/Hora: 09/12 - 14:00 às 15:30

Reunião de Trabalho do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 4 - Térreo
Data/Hora: 10/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho do Comitê Antropologia Visual

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 4 - Térreo
Data/Hora: 10/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho do Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/a

ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 5 - Térreo
Data/Hora: 10/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 1 - Térreo
Data/Hora: 11/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho do Comitê Quilombos

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 2 - Térreo
Data/Hora: 11/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho da Comissão de Assuntos Indígenas - CAI

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 5 - Térreo
Data/Hora: 12/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho do Comitê Estudos Africanos

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 4 - Térreo
Data/Hora: 11/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho dos Editores das revistas científicas de antropologia

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 1 - Térreo
Data/Hora: 10/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho Vibrant

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 1 - Térreo
Data/Hora: 12/12 - 12:30 às 14:00

Fórum de Coordenadores dos PPGs em Antropologia e Arqueologia

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 5 - Térreo
Data/Hora: 11/12 - 12:30 às 14:00

Reunião de Trabalho do Comitê Patrimônio e Museus

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 2 - Térreo
Data/Hora: 10/12 - 12:30 às 14:00

World Council of Anthropological Associations - WCAA e FR4 - Fórum/4ª sessão

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 3 - Térreo

Data/Hora: 12/12 - 12:30 às 14:00

Reunião da Revista BIB/Antropologia

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 8 - Piso Superior

Data/Hora: 11/12 - 12:30 às 14:00

Reunião da Chapa da nova Diretoria

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 8 - Piso Superior

Data/Hora: 12/12 - 12:30 às 14:00

Reunião da REAJ - Rede de estudos e pesquisas sobre experiências e ações juvenis

Local: ICS - Instituto de Ciências Sociais - Sala 2 - Térreo

Data/Hora: 12/12 - 12:30 às 14:00

PROGRAMAÇÃO DA DIRETORIA DA ABA

1) Simpósio Especial 10 - O campo do patrimônio e o papel da antropologia

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

(Coordenador/a)

Izabela Maria Tamaso (Universidade Federal de Goiás)

(Coordenador/a)

Sessão 1

Silvana Barbosa Rubino (UNICAMP)

(Participante)

Heitor Frugoli Jr. (Departamento de Antropologia da USP)

(Participante)

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

(Participante)

Artionka Manuela Góes Capiberibe (Departamento de Antropologia/IFCH/Unicamp)

(Debatedor/a)

Sessão 2

Roque de Barros Laraia (Professor Titular)

(Participante)

Rivia Ryker Bandeira de Alencar (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

(Participante)

Sara Santos Moraes (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

(Participante)

Julie Antoinette Cavnac (UFRN)

(Participante)

Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense)

(Debatedor/a)

2) Simpósio Especial 09 - Laudos Antropológicos: Um Balanço Crítico

Fabio Mura (PPGA-UFPB)

(Coordenador/a)

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

(Coordenador/a)

Sessão 1

Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará)

(Participante)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ)

(Participante)

Pablo Quintero (UFRGS)

(Participante)

Sessão 2

Fabio Mura (PPGA-UFPB)

(Participante)

Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas)

(Participante)

Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal)

(Participante)

Sessão 3

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

(Participante)

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

(Participante)

Ana Flávia Moreira Santos (DAA/UFMG)

(Participante)

3) Simpósio Especial 08 - Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença

Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais)

(Coordenador/a)

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB)

(Coordenador/a)

Sessão 1

Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais)

(Participante)

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB)

(Participante)

Russell Parry Scott (UFPE)

(Participante)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (Departamento de Antropologia/UnB)

(Debatedor/a)

Sessão 2

Ana Beatriz Vianna Mendes (Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG))

(Participante)

Walmir da Silva Pereira (UNISINOS)

(Participante)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

(Participante)

Walmir da Silva Pereira (UNISINOS)

(Debatedor/a)

Sessão 3

Raquel Mombelli (NEPI/UFSC)

(Participante)

Cintia Beatriz Müller (DEA/UFBA)

(Participante)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

(Participante)

Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas)

(Debatedor/a)

4) Simpósio Especial 06 – Grafias da imagem na Antropologia em ação

Cláudia Turra Magni (Universidade Federal de Pelotas)

(Coordenador/a)

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)

(Coordenador/a)

Sessão 1

Ana Zanotti (Documentarista Independente)

(Participante)

Ana Luiza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS)

(Participante)

Alexandre Fleming Câmara Vale (Universidade Federal do Ceará)

(Debatedor/a)

Sessão 2

Zoy Anastassakis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

(Participante)

Bárbara Andréa Silva Copque (UERJ)

(Participante)

Fabiana Bruno (Unicamp)

(Participante)

Aina Guimarães Azevedo (Universidade Federal da Paraíba)

(Debatedor/a)

5) Simpósio Especial 05 – Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos

Isadora Lins França (Departamento de Antropologia)

(Coordenador/a)

Sérgio Luís Carrara (Instituto de Medicina Social)
(Coordenador/a)

Sessão 1

Jacqueline Moraes Teixeira (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap)
(Participante)

Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp)
(Participante)

Vanessa Jorge Leite (Instituto de Medicina Social UERJ)
(Participante)

Sessão 2

Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu (Unicamp))
(Participante)

Roberto Efrem Filho (Universidade Federal da Paraíba)
(Participante)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)
(Participante)

Maria Filomena Gregori (UNICAMP)
(Debatedor/a)

Sessão 3

Carla de Castro Gomes (Pesquisadora)
(Participante)

Mario Felipe de Lima Carvalho (UFRJ)
(Participante)

Regina Facchini (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp)
(Participante)

Júlio Assis Simões (Universidade de São Paulo)
(Debatedor/a)

6) Mesa-Redonda 08 - Corpos vulneráveis: poder e resistências

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)
(Coordenador/a)

Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília)
(Participante)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

(Participante)

Patrícia Birman (UERJ)

(Participante)

Marcia Regina de Lima Silva (Usp)

(Debatedor/a)

7) Mesa-Redonda 03 - Antropologia e Direitos Humanos à Alimentação

Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS)

(Coordenador/a)

Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS)

(Participante)

Denise Oliveira e Silva (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ)

(Participante)

Lana Magaly Pires (Universidade de Brasília)

(Participante)

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

(Debatedor/a)

8) Mesa-Redonda 010 - Direitos Culturais e Territoriais, Práticas Estatais e Empresariais e Desenvolvimento

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

(Coordenador/a)

Raquel Mombelli (NEPI/UFSC)

(Participante)

Andrea L. Zhouri Laschefski (UFMG)

(Participante)

Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas)

(Participante)

Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense - UFF)

(Debatedor/a)

ABINHA

Carta-Convite ABINHA 2018

Brasília, 09 agosto de 2018.

Nos últimos anos temos visto um número crescente de antropólogas com seus filhos em reuniões científicas de renome no Brasil. Na 29.^a RBA, em Natal (RN), aconteceu a

Abinha. Os três últimos congressos *Fazendo Gênero* contaram com o *FG para Crianças*. Na última ANPOCS, em 2017, correu um abaixo-assinado para que espaços infantis fossem criados em reuniões científicas diversas. Na II RAS (Reunião de Antropologia da Saúde), ocorrida em Brasília, em 2017, outro abaixo-assinado nesse sentido também circulou e contou com grande adesão. Na 18.^a IAUES houve um espaço para crianças, honrando a tradição da UFSC em reconhecer as necessidades das mães e pais acadêmicos e de seus filhos.

Trata-se, portanto, de um movimento feminista de fôlego na academia, cuja visibilidade vem se intensificando a partir de ações como a “#maternidadenolattes”, surgida durante o Seminário *Maternidade e Ciência*, uma iniciativa do grupo de pesquisa *Parent in Science*, que aconteceu na UFRGS no último mês de maio. Nesse horizonte, a maternidade é pensada como trabalho e trabalho a ser considerado inclusive no Currículo Lattes, dado o seu impacto na produção acadêmica feminina. Partindo desse breve solo, estamos certas, como mães e antropólogas, de que a 31.^a RBA deve contar com espaço adequado para filhas e filhos de antropólogas e antropólogos que venham participar da reunião.

Desse modo, apresentamos uma proposta de cuidado diferenciado para as crianças, que acontecerá em local próximo às atividades da reunião.

Estas são as informações básicas:

- a Abinha acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2018, nos períodos matutino e vespertino;
- receberemos até 40 crianças, por ordem de inscrição;
- o valor individual estimado para os três dias é de R\$220,00;
- informações detalhadas sobre a inscrição no projeto serão prestadas em breve.

Mães antropólogas e pais antropólogos, estudantes, pesquisadores e professores, tragam seus filhos e filhas para uma proposta diferenciada de cuidado e somem-se a esse movimento internacional de reconhecimento da maternidade e da paternidade na academia e na ciência. Contamos com vocês para a consolidação desse ambiente acolhedor no interior da nossa associação!

Giovana Tempesta e Rosamaria Carneiro
Comissão Organizadora da Abinha 2018

1) Maiores informações:

https://www.31rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=514

COMUNICAÇÕES DA ABA

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

2017

1) Nota da ABA sobre as Portarias do Ministério da Justiça e Cidadania no 68/17 e no 80/17

Data: 24/01/2017

Disponível em:

<http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota da ABA sobre as Portarias do Minist%C3%A9rio da Justi%C3%A7a e Cidadania n%C2%BA 6817 e n%C2%BA 8017.pdf>

2) Carta de pedido de apoio e Nota informativa da ABA sobre o Requerimento no 86/2016 do Deputado Nilson Leitão (PSDB) no âmbito da CPI FUNAI e INCRA 2 e sobre a iminente sessão da CPI que possa vir a votar e decidir.

Data: 17/02/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190221_5c6f07389e227.pdf

3) Nota Pública em repúdio à publicação da Portaria INCRA/P/N 116

Data: 21/03/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190221_5c6f08323bb49.pdf

4) Nota Pública da aPROA e CIP/ABA sobre Comissão de Sindicância no INCRA

Data: 16/03/2019

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/03/16/nota-publica-da-aproa-e-cipaba-sobre-comissao-de-sindicancia-no-incra/>

5) Nota sobre o processo 110.482/2016 que põe em risco de suspensão o mandato do Deputado Jean Wyllys

Data: 21/03/2017

Disponível em:

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/1_Nota_sobre_o_processo_que_p%C3%B5e_em_risco_o_mandato_do_Deputado_Jean_Wyllys.pdf

6) Petição encaminhada para a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA acerca da crise do sistema prisional do Rio Grande do Norte

Data: 30/03/2017

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2017/03/30/peticao-encaminhada-para-a-corte-interamericana-de-direitos-humanos-da-oea-acerca-da-crise-do-sistema-prisional-do-rio-grande-do-norte/>

7) ABA adere Nota “[Empresas] agem para impedir a reparação justa dos danos causados pelo desastre criminoso do Rio Doce, Brasil”

Data: 14/04/2017

Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/bhp-billiton-vale-e-samarco-agem-para-impedir-a-reparacao-justa-dos-danos-causados-pelo-desastre-criminoso-do-rio-doce-brasil/>.

8) Nota de repúdio da ABA sobre a solicitação de indiciamento de profissionais ligados a defesa dos direitos fundamentais dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Data: 03/05/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190221_5c6f04e58c940.pdf

9) Na ABA #SomosTodosGamela

Data: 05/05/2017

Disponível em: http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00146_65500.pdf.

10) Moção da ABA sobre a CPI INCRA e FUNAI 2 aprovada em assembleia conjunta entre IUAES e WCAA.

Data: 05/05/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190221_5c6f0423ede62.pdf

11) Manifestação de repúdio à conjuntura de ataque aos direitos indígenas no Brasil

Data: 17/05/2017

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/05/17/manifestacao-de-repudio-a-conjuntura-de-ataque-aos-direitos-indigenas-no-brasil-cpi-funaiincra/>

12) Informativo e Nota da ABA em repúdio ao relatório da CPI FUNAI/INCRA 2

Data: 18/05/2017

Disponível em: http://aba.abant.org.br/files/20190330_5c9f69a9b06ff.pdf

13) ABA assina Nota de Repúdio à reação do MRE ao comunicado da CIDH e do ACNUDH que repudiou as diversas violações de Direitos no Brasil

Data: 18/05/2017

Disponível em: http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00000148_25843.pdf

14) Moção de repúdio da ABA ao Substitutivo do Projeto de Lei (PL) n. 3.729/2004

Data: 07/06/2017

Disponível em:

http://www.portal.abant.org.br/mocoos/images/Noticias/Mo%C3%A7%C3%A3o_de_rep%C3%BAdio_da_ABA_ao_substitutivo_do_PL_n._3.729-2004.pdf

15) Manifestação em defesa dos direitos da comunidade quilombola Acauã/RN

Data: 12/06/2017

Disponível em:

http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/MANIFESTA%C3%87%C3%83O_EM_DEFESA_DOS_DIREITOS_DA_COMUNIDADE_QUILOMBOLA_ACAU%C3%83-RN.pdf

16) Carta coletiva ABA, ABCP, Anpocs e ESOCITEBR – Corte orçamentário atinge desenvolvimento e soberania nacionais

Data: 11/04/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190411_5caf48d88385d.pdf

17) Manifesto de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI-IN CRA 2 e de apoio aos indiciados

Data: 12/06/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20190221_5c6efc9053117.pdf

18) Manifestação de Pesar e comoção diante do assassinato da liderança quilombola Maria Trindade da Silva Costa - Comunidade Santana do Baixo Jambuaçu (PA)

Data: 27/06/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170627_59526e3cb30f1.pdf

19) ABA assina Manifesto de repúdio e esclarecimento sobre as agressões ao povo Laklãnõ/Xokleng em face à barragem norte

Data: 05/07/2017

Disponível em: <https://comin.org.br/2017/institucional/manifesto-de-repudio-e-esclarecimento-sobre-as-agressoes-ao-povo-laklano-xokleng/>

20) ABA adere a "Nota Pública: De volta ao integracionismo?"

Data: 13/07/2017

Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/07/39768/>

21) Direito Quilombola: a ABA defende! O Decreto 4.887 é Constitucional!

Data: 03/08/2017

Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/direito-quilombola-aba-defende-o-decreto-4-887-e-constitucional/>

22) Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia aos Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais em relação aos editais de concurso para provimento de cargo de professor de Antropologia

Data: 08/05/2019

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20190508_5cd2feebcada1.pdf

23) Moção da ABA em apoio a Comunidade Mapuche

24) ABA assina documento sobre ataques aos direitos dos povos indígenas

Data: 08/2017

Pdf em Português: http://www.portal.abant.org.br/2017/08/18/informativo-n-13-2017-17-08-2017/images/Noticias/2017APIB_Atualizacao_para_ONU_e_CIDH_situa%C3%A7%C3%A3o_ind%C3%ADgena.pdf

Pdf in English: http://www.portal.abant.org.br/2017/08/18/informativo-n-13-2017-17-08-2017/images/Noticias/2017APIB_Report_Indigenous_situation_Brazil.pdf

25) Nota da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia sobre as ossadas encontradas em Mato Grosso do Sul

Data: 15/08/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170817_5995be5eeebf3.pdf

26) ABA assina Nota Cadê Santiago Maldonado Liberdade de Jones Huala

Data: 01/09/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170913_59b93c4fac074.pdf

27) A ABA e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos subscreve o documento que denuncia e confronta a campanha de estigmatização e criminalização dos Povos Indígenas na Argentina

Data: 29/05/2019

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170913_59b9836213ffa.pdf

28) Associações Científicas manifestam preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais e pedem a revogação das medidas que extinguem a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca) e abrem a área à exploração minerária.

Data: 13/09/2017

Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=545

29) Nota do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA em defesa da Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia

Data: 22/09/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170922_59c557002b425.pdf

30) ABA assina Carta aos parlamentares brasileiros a respeito da grave situação dos recursos para a Ciência, Tecnologia e Inovação no país

Data: 10/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20171013_59e0a70d47ead.pdf

31) Nota da Associação Brasileira de Antropologia e de seu Comitê de Gênero e Sexualidade sobre a PEC 181/15

Data: 16/11/2017

Pdf em Português: http://www.aba.abant.org.br/files/20171116_5a0ddd87c25e8.pdf

32) Nota de repúdio sobre ação violenta na UFPA

Data: 30/11/2017

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2017/11/30/nota-de-repudio-da-aba/>

33) Manifesto de apoio às comunidades Guarani do Oeste do Paraná

Data: 07/12/2017

Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/12/organizacoes-lancam-manifesto-em-apoio-as-comunidades-guarani-do-oeste-do-parana/>

34) Moção da ABA Apresentada na XII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul

Data: 07/12/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20171221_5a3bbf9906d90.pdf

35) ABA apoia a Nota dos atingidos pelo empreendimento Minerário Minas-Rio

Data: 21/12/2017

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20171221_5a3bd2a3d500e.pdf

2018

36) Nota da ABA/CAI sobre o assassinato do professor indígena Laklãnõ-Xokleng, Marcondes Namblá, da Terra Indígena Laklãnõ

Data: 05/01/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180105_5a4fd1dc1c308.pdf

37) Repúdio às agressões ocorridas no evento científico “Veias Abertas da Volta Grande do Xingu”

Data: 30/01/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180130_5a70bab4855c1.pdf

38) Nota Técnica da ABA e seu Comitê Quilombos pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 - a ADI 32329/2003 e as ameaças ao direito quilombola diante da aplicação do “Marco Temporal”

Data: 07/02/2018

Nota técnica: http://www.aba.abant.org.br/files/20180207_5a7b1ff5c8aa8.pdf

Moção: http://www.aba.abant.org.br/files/20180207_5a7b1fe789465.pdf

39) Associação Brasileira de Antropologia comemora decisão do STF sobre terras quilombolas

Data: 02/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180209_5a7dbd523ce43.pdf

40) Manifestação da ABA sobre o Decreto no. 1.969 de 24 de janeiro de 2018 do Governo do Pará que institui Grupo de Estudos incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização de consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais.

Data: 20/03/2020

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/02/18/aba-protesta-contra-decisao-do-governo-do-para-de-estabelecer-normas-para-consulta-previa-ignorando-protocolos-e-sem-ouvir-povos-indigenas/>

41) Nota da ABA em Defesa da Autonomia Universitária e Científica

Data: 27/02/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180227_5a957334e1e3a.pdf

42) Nota de repúdio ao Decreto de Intervenção Federal – Militar no estado do Rio De Janeiro

Data: 27/02/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180227_5a959839d6eb3.pdf

43) Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA assina Nota pública de repúdio à xenofobia contra venezuelanas e venezuelanos em Roraima

Data: 09/02/2018

Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/single-post/2018/02/09/Nota-p%C3%BAblica-de-rep%C3%BAdio-%C3%A0-xenofobia-contra-venezuelanas-e-venezuelanos-em-Roraima>

44) Pronunciamento sobre a promulgação de lei no Peru que promove a abertura de estradas na região de fronteira com o Brasil

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180227_5a95add68840f.pdf

45) Nota de Pesar pelos assassinatos de Marielle Franco, ativista dos direitos humanos, e Anderson Pedro Gomes na noite de 14 de março de 2018

Data: 15/03/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/03/15/informativo-n-05-2018-15-03-2018/>

46) CARTA ABERTA - Morte do jovem quilombola de Baixa da Linha (BA) revela a violência decorrente da paralisação da regularização fundiária no país

Data: 15/03/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180315_5aaaa470e2b79.pdf

47) Nota da ABA/CAI sobre a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do caso dos Xukuru

Data: 23/03/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180326_5ab8e1ae85c95.pdf

48) Nota da ABA sobre o assassinato de Diretor e ameaças a representantes da Associação CAINQUIAMA/PA

Data: 03/04/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180403_5ac3d066503b3.pdf

49) Nota da ABA sobre a investigação do MPF/Goiás em relação a oferta de disciplina sobre o golpe de 2016 e o arquivamento pelo MPF/RS de representação de deputado estadual contra disciplina sobre o tema

Data: 03/04/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180403_5ac3d056db613.pdf

50) Nota da ABA sobre o falecimento da especialista em políticas públicas Ana Maria Medeiros da Fonseca

Data: 03/04/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180403_5ac3d03ba7ecd.pdf

- 51) Manifesto de Desagravo: pela memória de Marielle Franco!
Data: manifesto difundido em ato público no dia 22/03/2018 na frente do TJ/RJ
Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180403_5ac3ec8b4879c.pdf
- 52) Nota Pública da ABA em Defesa da Democracia
Data: 11/04/2018
Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/04/11/nota-publica-da-aba-em-defesa-da-democracia/>
- 53) ABA assina Nota Técnica PL 66992002 que criminaliza o exercício ilegal Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo
Data: 10/04/2018
Disponível em: https://www.sabnet.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1505
- 54) Nota sobre as medidas de acolhida e proteção aos direitos dos povos indígenas em situação de migração trans-fronteiriça no Estado de Roraima-Brasil
Data: 08/2018
Disponível: http://www.portal.abant.org.br/wp-content/uploads/2018/08/20180518_5afee7b8bef5d.pdf
- 55) ABA assina Carta pública contra o loteamento político da Fundação Nacional do Índio e o desmonte da política indigenista
Data: 14/06/202018
Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180612_5b200f0aad302.pdf
- 56) Documento Final do II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato
Data: 14/06/2018
Disponível em: https://www.amazoniasocioambiental.org/wp-content/uploads/2018/06/docfinal_iiencontrointernacional.pdf
- 57) Nota da ABA/CAI sobre a Terra Indígena Pitaguary
Data: 11/07/2018
Disponível em: http://aba.abant.org.br/files/20180711_5b464efdce33d.pdf
- 58) Nota de repúdio a ataques contra Débora Diniz
Data: 12/07/2018
Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-12-2018-12-07-2018/>

59) Perda de acervo irre recuperável; ABA em luto pelo Museu Nacional.

Data: 03/09/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/09/03/nota-da-associacao-brasileira-de-antropologia-perda-de-acervo-irrecuperavel-aba-em-luto-pelo-museu-nacional/>

60) Nota do Comitê Patrimônio e Museus da ABA sobre tragédia ocorrida com o Museu Nacional

Data: 03/09/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2013/05/17/comite-patrimonio-e-museus/>

61) Nota do Comitê Patrimônios e Museus da ABA sobre Medida

Provisória anunciada pelo Poder Executivo

Data: 11/09/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2013/05/17/comite-patrimonio-e-museus/>

62) Open Letter to Mr. Viktor Orbán, Prime Minister of Hungary

Data: 11/09/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180913_5b9a64f135a62.pdf

63) ABA assina nota do Comitê de Demografia dos Povos Indígenas no Brasil Importância da manutenção das perguntas do bloco de identificação étnico-racial no Censo Demográfico de 2020.

Data: 26/09/2018

Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/10/04/carta-do-gt-de-demografia-dos-povos-indigenas-no-brasil-ao-ibge/>

64) Nota da ABA pela Democracia e pelos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana

Data: 16/10/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/10/16/nota-da-aba-pela-democracia-e-pelos-direitos-fundamentais-da-pessoa-humana/>

65) Manifesto das Ciências Sociais em defesa da Universidade e do livre debate de ideias

Data: 27/10/2018

Disponível em: <https://ceasmexico.wordpress.com/2018/10/28/manifesto-das-ciencias-sociais-em-defesa-da-universidade-e-do-livre-debate-de-ideias/>

66) Resposta da ABA à Declaração e Nota Pública sobre o Quilombo do Tinguu, Santarém (PA) publicada no Estadonet de 16 de outubro de 2018

Data: 07/11/2018

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20181106_5be1e7171bce2.pdf

67) Manifestação da CAI sobre recentes declarações do presidente eleito relativas aos povos indígenas

Data: 03/12/2018

Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2018/12/04/manifestacao-da-cai-sobre-recentes-declaracoes-do-presidente-eleito-relativas-aos-povos-indigenas/>

MOÇÕES

Moções apresentadas, e aprovadas, durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia:

1) Carta de Brasília – Comitê Patrimônios e Museus.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35ef96c51d2.pdf

2) Moção do GT 54. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efa9d0ea2.pdf

3) Carta Aberta em nome da Equipe Discente de Monitoria da 31ª RBA, pelo Coletivo Reação.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efb7cf58e.pdf

4) Moção de antropólogas negras e antropólogos negros.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efc74971d.pdf

5) Criação do Fórum de Coordenadores/as de Cursos de Graduação em Antropologia.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efc74971d.pdf

6) Moção da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efd441aeb.pdf

7) Moção proposta pelo simpósio Como fazer Antropologia no pós-510.

Link para acessar o texto integral:

http://www.aba.abant.org.br/files/20190109_5c35efe3a6450.pdf

TV ABA

Relatório elaborado por Alex Giuliano Vailati (UFPE) e Claudia Turra Magni (UFPEl).

Objetivos alcançados:

- 1) Fomentar as relações entre antropólogos, sociedade civil;

Ação: Realização de nove transmissões ao vivo de eventos importantes no que tange a Antropologia Brasileira no último ano, entre eles o IV Ciclo de Antropologia e Etnografia em contextos urbanos e o 9º Seminário Olhares Contemporâneos.

- 2) Promover e divulgar pesquisas e estudos antropológicos, tendo em vista a pluriétnicidade e multiculturalidade brasileira;

Ação: Disponibilização do acervo da 20ª edição do Prêmio Pierre Verger de Antropologia Visual, que reflete sobre a constituição cultural brasileira.

- 3) Estimular as discussões no tocante aos direitos humanos;

Ação: Disponibilização da Sessão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação de terras indígenas; de conteúdos sobre direitos constitucionais de povos indígenas e quilombolas, e de vídeo sobre Exposição Fotográfica Itinerante Guaranis Mbyá (promoção SESC/Museu da UFRGS)

- 4) Ampliar os debates antropológicos contemporâneos produzidos no Brasil para além do círculo profissional;

Ação: Disponibilização de conteúdos tangentes à produção audiovisual da Antropologia Brasileira no repositório; para além disso, o projeto conquistou telespectadores em diversos países como Espanha (8,2%), Suíça (3,0%) e França (2,3%) (fonte: google analytics).

- 5) Apoiar a diretoria da ABA, através da veiculação das ações promovidas pela gestão;

Ações: Produção e divulgação de manifesto da presidente da ABA, em repúdio à CPI da FUNAI/INCRA; Veiculação de ações desenvolvidas através do Projeto ABA/FORD; Manutenção do vínculo com o Comitê de Antropologia Visual da ABA.

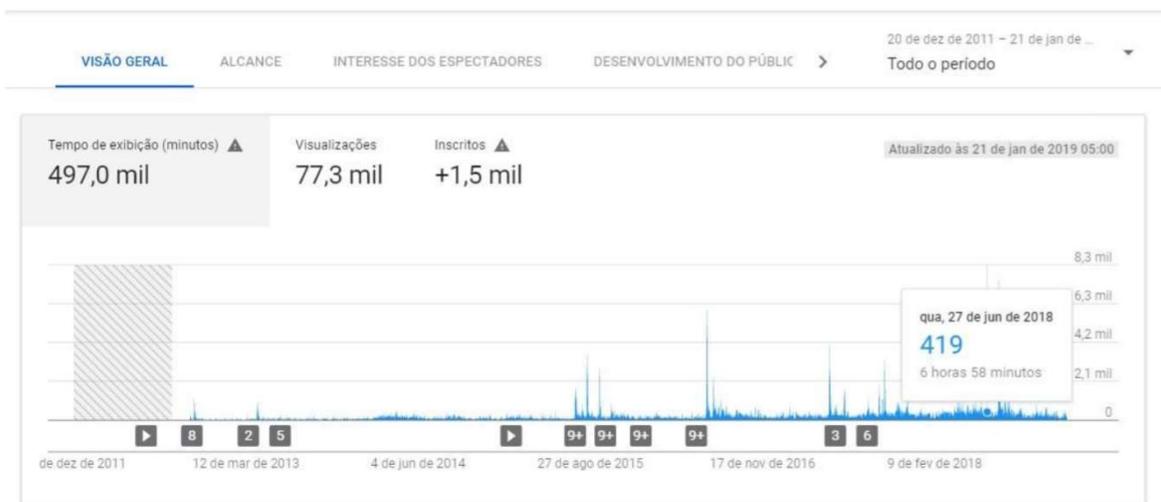
6) Criação de novo layout para a página da TvABA, em consonância com a identidade visual do site da ABA;

Ação: Layout concluído, execução do site dependente de verba institucional

Metodologia

Partindo de conhecimentos tecnológicos e de uma rede de pesquisadores para a disponibilização e curadoria dos conteúdos, a TV ABA se instaura atualmente em duas plataformas principais, sendo elas: o canal no YouTube (www.youtube.com/tvaba) onde se materializa o repositório online – que conta com 360 vídeos e aproximadamente 8000 horas de visualização; e a página no Facebook (www.facebook.com/tvaba) – que conta com 1,762 seguidores – local de hospedagem de comentários e debates, além de divulgação da programação da TV ABA e áreas afins.

Visando à ampliação do repositório na plataforma, foi feito um mapeamento dos núcleos de pesquisa e produção em Antropologia Visual do país, e, posteriormente, solicitada e negociada a veiculação de seus acervos, bem como a disponibilidade de transmissões ao vivo de congressos e outras atividades científicas.



Fonte: YouTube Analytics

Transmissões ao vivo e vídeos: um panorama

1) Transmissões ao vivo

- Trincheiras da Antropologia Contemporânea: ética e criminalização do trabalho antropológico. (parte 1)
- Trincheiras da Antropologia Contemporânea: ética e criminalização do trabalho antropológico. (parte 2)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 1)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 2)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 3)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 4)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 5)
- 9º Seminário Olhares Diversos e Contemporâneo. (Parte 6)
- Lorenzo Macagno – Para que serve a Antropologia?
- Seminário Ações Afirmativas e Sujeitos Coletivos: Protagonismo, Inclusão e Cosmopolítica. (parte 1)
- Seminário Ações Afirmativas e Sujeitos Coletivos: Protagonismo, Inclusão e Cosmopolítica. (parte 2)
- Seminário Ações Afirmativas e Sujeitos Coletivos: Protagonismo, Inclusão e Cosmopolítica. (parte 3)
- Seminário Ações Afirmativas e Sujeitos Coletivos: Protagonismo, Inclusão e Cosmopolítica. (parte 4)
- Ética, Ciência e Direitos: Por uma sociedade soberana, autonomia científica e direitos territoriais. (parte 1)
- Ética, Ciência e Direitos: Por uma sociedade soberana, autonomia científica e direitos territoriais. (parte 2)
- IV Ciclo – Antropologia e Etnografia em contextos urbanos (parte 1)
- IV Ciclo – Antropologia e Etnografia em contextos urbanos – conferência Vincent Carelli
- IV Ciclo – Antropologia e Etnografia em Contextos Urbanos – Cidade: Imagens Políticas
- IV Ciclo – Antropologia e Etnografia em Contextos Urbanos – Homenagem a Gilberto Velho
- Diálogos sobre Etnografia Online, Cibercultura e Método (parte 1)
- Diálogos sobre Etnografia Online, Cibercultura e Método (parte 2)
- Diálogos sobre Etnografia Online, Cibercultura e Método (parte 3)
- Momento político atual e feminismo no Brasil – Celi Pinto (parte 1)
- Momento político atual e feminismo no Brasil – Celi Pinto (parte 2)
- Momento político atual e feminismo no Brasil – Celi Pinto (parte 3)

Envio de vídeos

- Direitos Constitucionais de povos indígenas e quilombolas
- Prêmio Pierre Verger: vinheta
- Prêmio Pierre Verger: O vôo da beleza
- Prêmio Pierre Verger: Tempo da terra
- Prêmio Pierre Verger: Sangria
- Prêmio Pierre Verger: ZIKA
- Prêmio Pierre Verger: Pimentas dos olhos
- Sessão STF: Mato Grosso não tem direito a indenização por demarcação de terras indígenas
- Prêmio Pierre Verger: A briga do cachorro com a onça
- Prêmio Pierre Verger: Do Bugre ao Terena
- Prêmio Pierre Verger: Fabrik Funk
- Prêmio Pierre Verger: Das nuvens pra baixo
- Prêmio Pierre Verger: Tupinambá – O Retorno da Terra
- Prêmio Pierre Verger: Pas Ho Dame
- Homenagem ao Professor Roque Laraia
- IV Semana de Antropologia do PPGA/UFPB - Criminalizações e Insurgências: Antropologia e debates sobre direitos - João Pessoa e Rio Tinto/PB, 4, 5 e 6 de abril de 2018
- Seminário Guarani Mbyá
- Encontro Discente PPGAS/UFRGS

Considerações finais

Apesar de todas as dificuldades encontradas no desenvolver de suas ações, a TV ABA se estruturou de forma pertinente ao longo da última gestão da Associação e cumpriu com os objetivos propostos, inclusive indo além: provocando a sociedade civil a refletir sobre realidades diversas e contemporâneas; retratando o tradicional e evocando perspectivas futuras pelo olhar antropológico; discutindo, analisando e expondo ideias diversas sobre os modos de ser e existir na sociedade brasileira; incentivando, enfim, o telespectador a inteirar-se de seus direitos e deveres. Cabe destacar que, desde a sua criação em 2012, o repositório online YouTube chegou a ser visualizado por aproximadamente 8000 horas. Este dado confirma a relevância do projeto TV ABA em relação aos objetivos que se propõe.

Ademais, a importância da TV ABA para a Antropologia Brasileira é inegável, uma vez que busca a disseminação da informação, pesquisa e educação, ao extroverter a produção científica para a sociedade mais ampla e extrapolar os muros universitários, em consonância com sua proposta inicial e razão de existir.

BOLETINS INFORMATIVOS

2017

Informativo n. **01/2019** | 30/01/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/01/31/informativo-n-01-2017-30-01-2017/>

Informativo n. **02/2017** | 14/02/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/02/15/informativo-n-02-2017-14-02-2017/>

Informativo n. **03/2017** | 09/03/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/03/09/informativo-n-03-2017-09-03-2017/>

Informativo n. **04/2017** | 23/03/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/03/23/informativo-n-04-2017-23-03-2017/>

Informativo n. **05/2017** | 06/04/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/04/06/informativo-n-05-2017-06-04-2017/>

Informativo n. **06/2017** | 20/04/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/05/11/informativo-n-06-2017-20-04-2017/>

Informativo n. **07/2017** | 11/05/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/05/11/informativo-n-07-2017-11-05-2017/>

Informativo n. **08/2017** | 25/05/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/05/26/informativo-n-08-2017-25-05-2017/>

Informativo n. **09/2017** | 14/06/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/06/14/informativo-n-09-2017-14-06-2017/>

Informativo n. **10/2017** | 29/06/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/06/29/informativo-n-10-2017-29-06-2017/>

Informativo n. **11/2017** | 17/07/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/07/13/informativo-n-11-2017-17-07-2017/>

Informativo n. **12/2017** | 27/07/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/07/27/informativo-n-12-2017-27-07-2017/>

Informativo n. **13/2017** | 17/08/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/08/18/informativo-n-13-2017-17-08-2017/>

Informativo n. **14/2017** | 31/08/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/08/31/informativo-n-14-2017-31-08-2017/>

Informativo n. **15/2017** | 14/09/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/09/14/informativo-n-15-2017-14-09-2017/>

Informativo n. **16/2017** | 28/09/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/09/28/informativo-n-16-2017-28-09-2017/>

Informativo n. **17/2017** | 19/10/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/10/19/informativo-n-17-2017-19-10-2017/>

Informativo n. **18/2017** | 14/11/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/11/14/informativo-n-18-2017-14-11-2017/>

Informativo n. **19/2017** | 30/11/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/11/30/informativo-n-19-2017-30-11-2017/>

Informativo n. **20/2017** | 12/12/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/12/12/informativo-n-20-2017-12-12-2017/>

Informativo n. **21/2017** | 21/12/2017

<http://www.portal.abant.org.br/2017/12/21/informativo-n-21-2017-21-12-2017/>

2018

Informativo n. **01/2018** | 17/01/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/01/19/informativo-n-01-2018-18-01-2018/>

Informativo n. **02/2018** | 31/01/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/01/31/informativo-n-02-2018-31-01-2018/>

Informativo n. **03/2018** | 09/02/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/02/09/informativo-n-03-2018-09-02-2018/>

Informativo n. **04/2018** | 28/02/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/02/28/informativo-n-04-2018-28-02-2018/>

Informativo n. **05/2018** | 15/03/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/03/15/informativo-n-05-2018-15-03-2018/>

Informativo n. **06/2018** | 03/04/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/04/03/informativo-n-06-2018-03-04-2018/>

Informativo n. **07/2018** | 05/04/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/04/05/informativo-n-07-2018-05-04-2018/>

Informativo n. **08/2018** | 13/04/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/04/13/informativo-n-08-2018-13-04-2018/>

Informativo n. **09/2018** | 30/04/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/04/30/informativo-n-09-2018-30-04-2018/>

Informativo n. **10/2018** | 25/04/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/11/informativo-n-10-2018-25-04-2018/>

Informativo n. **11/2018** | 14/06/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/23/informativo-n-11-2018-14-06-2018/>

Informativo n. **12/2018** | 12/07/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-12-2018-12-07-2018/>

Informativo n. **13/2018** | 16/08/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-13-2018-16-08-2018/>

Informativo n. **14/2018** | 20/08/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-14-2018-20-08-2018/>

Informativo n. **15/2018** | 30/08/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-15-2018-30-08-2018/>

Informativo n. **16/2018** | 13/09/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-16-2018-13-09-2018/>

Informativo n. **17/2018** | 10/11/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-17-2018-11-10-2018/>

Informativo n. **18/2018** | 22/10/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/10/24/informativo-n-18-2018-22-10-2018/>

Informativo n. **19/2018** | 06/11/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/11/07/informativo-n-19-2018-06-11-2018/>

Informativo n. **20/2018** | 11/11/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/11/11/informativo-n-20-2018-11-11-2018/>

Informativo n. **21/2018** | 12/11/2018

<http://www.portal.abant.org.br/2018/11/12/informativo-n-21-2018-12-11-2018/>

ASSOCIADOS/AS

1ª CHAMADA 2017

17 Novos/as associados/as e 09 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (08 efetivos/as, 08 pós-graduandos/as e 01 aspirante) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Beatriz Accioly Lins de Almeida, George Michael Alves de Lima, Josué Tomasini Castro, Lediane Fani Felzke, Moises Lino e Silva, Pablo Quintero, Paula Strickland Sauer Dias e Rosana Alexandre dos Santos;

Pós-graduandos/as - Bohdan Metchko Filho, Ismael da Silva Negreiros, Joares Ribeiro de Oliveira, Luis Alberto Pereira, Maria de Fátima Nascimento Urruth, Marisol Marini, Priscila do Rocio Oliveira de Souza e Wendell Marcel Alves da Costa;

Aspirante – Bruno Rodrigo Carvalho Domingues;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Diana Anunciação Santos, Leonardo Leal Esteves, Marcelo Rodrigues Souza Ribeiro, Nivaldo Aureliano Léo Neto, Patrick Alain Laigneau, Rafael da Silva Noletto e Talita Prado Barbosa Roim;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Eliaquim Timóteo da Cunha e Elisângela Pereira Henrique.

2ª CHAMADA 2017

31 Novos/as associados/as e 12 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (12 efetivos/as, 01 colaborador, 14 pós-graduandos/as e 04 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Adnilson de Almeida Silva, Aline Lopes Rochedo, Aline Maira Batistella, Ana Carolina Barreto Balthazar, Carlos Tadeu Siepierski, Gustavo Gomes Onto, Lúcia Pompeu de Freitas Campos, Lúnia Costa Dias, Nataly Guimarães Foschaches, Nirson Medeiros da Silva Neto, Roberta de Mello Correa e Sônia Beatriz dos Santos;

Colaborador - Daniel Veloso Hirata;

Pós-graduandos/as - Arlindo José de Souza Neto, Bartolomeu Cícero dos Santos, Bruno Ferraz Bartel, Cayo Cezar de Farias Cruz, Díjina Andrade Torres, Gabriel Ferreira Barbosa, Guilherme Bemerguy Chêne Neto, Janaina Santos de Macedo, Javier Edison Llanes Calixto, Mayara Ferreira Mattos, Meire Adriana da Silva, Ramiro Esdras Carneiro Batista, Tatiane Maíra Klein e Valéria Oliveira Santos;

Aspirante – Jade Figueiredo Costa, Jéssica Zaramella, Mayara Feitosa Teodoro e Wallace Coelho de Sousa;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Felipe José Comunello, Flávia Carolina da Costa, Gil Vicente Nagai Lourenção, Guilherme Rodrigues Passamani, Hildon Oliveira Santiago Carade, Juliana de Farias Mello e Lima, Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino, Paulo Ricardo Muller, Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares e Rômulo Bulgarelli Labronici;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Débora Wobeto e Jean Souza dos Anjos.

3ª CHAMADA 2017

24 Novos/as associados/as e 7 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (08 efetivos/as, 01 colaborador, 09 pós-graduandos/as, 01 correspondentes e 05 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as - Arlete Fonseca de Andrade, Elis do Nascimento Silva, Helciane de Fátima Abreu Araujo, Joana Cabral de Oliveira, Jurandir Santos de Novaes, Ricardo Nei de Araújo, Simone Lira da Silva e Sheila Nunes da Silva;

Colaborador - Mario Igor Shimura;

Pós-graduandos/as - Amanda Karine Monteiro Lima, André Filipe Justino de Moraes, Dalcides dos Santos Aniceto Júnior, Helena Moura Fietz, Jéssica Cunha de Medeiros, Jhéssika Angell Alves e Silva, Paula Grazielle Viana dos Reis, Ruth Paes Ribeiro e Tanize Machado Garcia;

Correspondentes - Paula Maria Guerra Tavares e Victoria Irisarri;

Aspirante - Arancha Micaelle dos Santos Pereira, Everton da Costa Pimentel, Gabriela Lauterbach Silva, Natacha de Souza Costa e Suzana Morelo Vergara Martins Costa;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Breno da Silva Carvalho, Rhuan Carlos dos Santos Lopes, Rogerio Lopes Azize, Rumi Regina Kubo, Sílvia Aguião e Sônia Rocha Lucas;

Mudanças de categoria (pós-graduanda para correspondente) – Victoria Irisarri.

1ª CHAMADA 2018

75 Novos/as associados/as e 06 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (12 efetivos/as, 47 pós-graduandos/as, 01 correspondente, 01 colaboradora e 14 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Bruner Titonelli Nunes, Carlos Melo de Oliveira Paulino, Clara Mariani Flaksman, Elaine Reis Brandão, Liliane Lizardo Salgado, Lirian Ribeiro Monteiro, Marcia da Silva Mazon, Maria Andrea dos Santos Soares, Paulo Victor Leite Lopes, Raquel dos Santos Sousa Lima, Rosa Lucia Lima da Silva Correia e Vanderlúcia da Silva Ponte;

Pós-graduandos/as - Aline Wanessa Pinheiro da Silva, Amanda Daltro de Viveiros Pina, Anne Alencar Monteiro, Bruna Raissa Cruz Caldas, Camila Pierobon Moreira Robottom, Carlyle Oliveira Martins, Cleiton Machado Maia, Deisiane Amorim da Silva, Deissy Cristina Perilla Daza, Diana Dianovsky, Enderson Geraldo de Souza Oliveira, Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes, Fabricio Barreto Fuchs, Felipe Guimarães Lamim, Felipe Sotto Maior Cruz, Fernando Cabral Morselli Guerra, Flavia Melo da Cunha, Flávia Siqueira Corrêa Zell, Flavio Luis Assiz dos Santos, Gabriela Pimentel de Araújo, Jéssica do Socorro Leite Corrêa, João Paulo Araújo Silva, Juliana Coelho de Almeida, Juliano Oliveira Pizarro, Kirna Karoleni Vitor Gomes, Laryssa Owsiany Ferreira, Leonardo Francisco de Azevedo, Luana Nascimento Vieira, Marcus dos Reis Ferreira, Maria de Nazaré Barreto Trindade, Maria Páscoa Sarmento de Sousa, Mariana Rodrigues da Silva, Marisa Gomes Bezerra, Matheus Gonçalves França, Miguel De Nazaré Brito Picanço, Nadia Alinne Fernandes Correa, Nelio Ribeiro Moreira, Nildamara Theodoro Torres, Paula Cristina de Almeida Silva, Rafael Santos Ribeiro, Sara Hyaponnira Louzeiro Rocha, Simone Eloy Amado, Sofia Beatriz Machado de Mendonça, Thiago Ribeiro Hora, Uliana Esteves de Jesus, Vanessa Fonte Oliveira e Victória Ester Tavares da Costa;

Correspondente – Segone Ndangalila;

Colaboradora – Priscila Gayer;

Aspirante – Bruno José de Araújo Florêncio, Carlene Santana dos Santos, Denis Renan Fonseca, Evelyn Marcelle Ribeiro Mota, Felipe André Pereira Santos, Francisco de Assis Beserra Wanderley Junior, Matheus Felipe Bispo dos Santos, Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos, Rute Mirão Sanchez, Rute Morais Sousa, Tatiana Neis Elesbão, Thais Rodrigues Penaforte, Victoria Miranda da Gama Oliveira e Yuri José Castro da Cruz;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Anelise dos Santos Gutterres, Giancarlo Marques Carraro Machado e Mônica Maria Gusmão Costa;

Mudanças de categoria (aspirantes para pós-graduandos/as) – Bóris Maia e Silva e Ivy Elida Guimarães Sales;

Mudanças de categoria (colaboradora para efetiva) - Patricia Maria Melo Sampaio.

2ª CHAMADA 2018

103 Novos/as associados/as e 09 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (08 efetivos/as, 78 pós-graduandos/as, 04 colaboradores/a e 13 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Cristiane da Silva Cabral, Daniel Calazans Pierri, Francine Pereira Rebelo, Katia Lerner, Milton Julio de Carvalho Filho, Patricia carvalho Rosa, Renata da Silva Montechiare Pires e Wilke Torres de Melo;

Pós-graduandos/as - Alexandre Branco Pereira, Ana Beatriz Nogueira Pereira, Anderson Santos Almeida, Andrew Müller Reed, Anna Carolina Horstmann Amorim, Anatil Maux de Souza, Antonina de Lima Fernandez, Arthur Vinícius Gonçalves Ferreira, Caio Nobre Lisboa, Camila Borges da Silva, Camila de Fátima Simão de Moura Alcântara, Carolina Barbosa de Albuquerque, Carolina Maia de Aguiar, Caroline Silveira Sarmiento, Caroline Moreira Vieira Dantas, Clara Domingas Correia de Codes, Cíntia Hoffmeister Rizzi, Dione do Socorro de Souza Leão, Ednésio Teixeira Pimentel Canto, Evelize Cristina Moreira, Everson Fernandes Pereira, Everton Rangel Amorim, Fabíola Ribeiro Duarte, Fagner José de Andrade, Farlen de Jesus Nogueira, Felipe Boin Boutin, Fernando José Ciello, Flávia Amboss Merçon Leonardo, Gabriela Pedroni, Gardenia Mota Ayres, Geraldo de França Alves Junior, Glaucia Cristina Maricato Moreto, Guilherme Ramos Cardoso, Helena Patini Lancellotti, Helisa Canfield de Castro, Heytor de Queiroz Marques, Hully Guedes Falcão, Igor Rolemberg Gois Machado, Isaac Palma Brandão, Isabel de Souza Acker, José Muniz Falcão Neto, Lorena Mochel Reis, Ledy Sartori, Liza Bilhalva Martins da Silva, Luana Rosado Emil, Lucas de Magalhães Freire, Lucas Monteiro de Araújo, Lucas Rocha Salgado, Luiz Ricardo de Souza Prado, Maíra Cavalcanti Vale, Maria Alice de Oliveira Xavier, Maria Pierro Gripp, Mariana de Castro Graciotti Fragoso, Mariana Reinisch Picolotto, Mário Eugênio Saretta Poglia, Michel Carvalho Soares Silva, Michelle Julianne Souza Ratto, Naiara Maria Santana dos Santos Neves, Nathália Schneider, Natália Helou Fazzioni, Paloma Abreu Monteiro, Patricia Martins, Pedro Afonso Branco Ramos Pinto, Reginaldo Cordeiro dos Masculino Junior, Ricardo Pereira Aragão, Renan Pinna Nascimento, Sabrina Melo Del Sarto, Selma Cristina dos Santos, Taiane Novaes do Carmo, Taís Cristina Samora de Figueiredo, Taisa Lewitzki, Telma de Sousa Bemerguy, Thayane Lúcia Fernandes da Silva, Tony Bela Alves, Viviane Marinho Fernandes, Vivian da Silva Garelli Machado, Whodson Robson da Silva, Wander Wilson Chaves Junior e Yuri Pinto Ferreira;

Colaboradores/as – Ana Patrícia Barbosa, Carolina Dias Laranjeira, Fagner Carniel e Gimima Beatriz Melo da Silva;

Aspirantes – Ana Júlia Sateles Vieira, André Di Franco Michell de Paula, Bruno Henrique Souza de Jesus, Fabio Cruz da Cunha, Izabelli Santos da Conceição, Jaqueline de Araújo Vieira, Janilce Souza Rosa, Leonardo de Miranda Ramos, Leonardo Palhano Cabreira, Lucas Luiz Rocha Ferreira da Silva, Luciano Patrick Dias Gomes, Onete da Silva Podeleski e Rodrigo Ludermir de Oliveira;

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Danielle Parfentieff de Noronha, Glauco Fernandes Machado, Graciela Froehlich, Lauro José de Albuquerque Prestes, Jefferson Olivatto da Silva, Júlia Dias Escobar Brussi, Lígia Rodrigues de Almeida, Martina Ahlert e Tiago Lemões da Silva.

3ª CHAMADA 2018

103 Novos/as associados/as e 16 mudanças de categoria

A ABA dá as boas-vindas aos/as novos/as associados/as (24 efetivos/as, 59 pós-graduandos/as, 08 colaboradores/a e 12 aspirantes) e saúda os/as que agora estão em nova categoria.

Efetivos/as – Ana Flávia Andrade de Figueiredo; Ana Débora da Silva Lopes; Bruno Martins Moraes; Carolina Parreiras Silva; Daniela Carolina Perutti; Diogo Bonadiman Goltara; Edlaine de Campos Gomes; Felipe do Santos Lima de Barros; Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand; Gustavo Cesar Ojeda Baez; Iara Aparecida Beleli; Irlena Maria Malheiros da Costa; José Adelson Lopes Peixoto; Laise Lopes Diniz; Larissa Nadai; Luana Carla Martins Campos Akinruli; Luísa Maria Silva Dantas; Maria Patrícia Corrêa Ferreira; Marina Pereira Novo; Pascale de Robert; Patrícia Pereira Paveis; Raquel Gomes Noronha; Thiago Lopes da Costa Oliveira e Thaís Fernanda Salves de Brito.

Pós-graduandos/as – Alexsander Brandão Carvalho Sousa; Aline Correia Antonini; Aline de Paula Regitano; Aline Meriane do Carmo de Freitas; Alyson Matheus de Souza; Ananda Andrade do Nascimento Santos; Ana Paula de Souza Fernandes; Adriana Guimarães Abreu; Antônia Gabriela Pereira de Araújo; Antônio Ricardo Ximenes de Araujo; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Beatriz Klimeck Gouvêa Gama; Brena O'Dwyer Spina da Rosa Machado; Carlos de Matos Bandeira Junior; Christian Queirolo Thorstensen; Diogo Coutinho Iendrick; Edilza Maria Medeiros Detmering; Eriki Aleixo de Melo; Fabio do Espirito Santo Martins; Fanir Neves Ayres Andrade; Flávia Maria Martins Vieira; Gabriela de Lima Cuervo; Giovanna Benassi; Günter Bayerl Padilha; Isadora de Assis Bandeira; Isaura de Aguiar Maia; Ítalo de Melo Ramalho; Izabella Pessanha Daltro Bosisio; Jeanine Torres Geammal; Jéferson Alves; Jociara Alves Nóbrega; Julio D' Angelo Davies; Lênora Santos Peixoto; Luciana Magalhães Portela; Luana Nabhan Benetti; Luiza Aragon Ovalle; Maria Helena de Aviz dos Reis; Mariane Aparecida do Nascimento Vieira; Marina Mantovani Rodrigues de Castro; Miguel Antonio dos Santos

Filho; Natalia Pérez Torres; Pâmella Rani Epifânio Soares; Paulo César Silva Costa Junior; Paulo Gomes de Almeida Filho; Raimundo Ney da Cruz Gomes; Raoni Neri da Silva; Renata de Moraes Machado; Rodrigo Ribeiro de Castro; Rosiane Rodrigues de Almeida; Roziane da Silva Jordão; Sandra Pereira Palheta; Sarah Victória Almeida Rodrigues; Stéphanie Campos Paiva Moreira; Tatiane Silva Cerqueira Santos; Telma Jordânia Rodrigues Bezerra; Uliana Gomes da Silva; Valdeir Gomes de Oliveira; Vanessa Moreira dos Santos e Vinicius Prado Januzzi.

Colaboradores/as – Carolina Pereira Lins Mesquita; Claudia Nunes Santos; Luciano Magnus de Araújo; Maria Cecília Barreto Amorim Pilla; Marina Fisher Nucci; Nurit Rachel Bensusan;
Rafael Palermo Buti e Roberto da Silva Fragale Filho.

Aspirantes – Caroline Vicentin Gonçalves; Enrique Polto Taborda; Felipe da Silva Rodrigues; Giovanna Gabrielle Costa Giovanna Lourinho; Gabriel Darío López Zamora; Guilherme Rodrigues de Rodrigues; Hamilton Matheus da Silva Ribeiro; João Vítor Velame; Manoela Laitano Chaves; Maria Luiza Scheren; Matheus Cervo e Nádja Silva dos Santos.

Mudanças de categoria (pós-graduandos/as para efetivos/as) – Cristian Jobi Salaini; Daniel Albergaria Silva; Daniela Moreno Feriani; Fabiana Bruno; Flavia Medeiros Santos; Glauco Batista Ferreira; Gustavo Ruiz Chiesa; Izabel Saenger Nunez; Marcos de Almeida Matos; Marcus Vinícius Martins Barbosa; Martinho Braga Batista e Silva; Marília Floôr Kosby; Rita de Cássia Melo Santos e Taniele Cristina Rui.

Mudanças de categoria (aspirante para pós-graduandos/as) - Igor Erick da Silva e Vinícius Venâncio de Sousa.

PRÊMIOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

AGRACIADOS/AS COM A MEDALHA ROQUETTE PINTO 2018

- 1) Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional / UFRJ)
- 2) Cornelia Eckert (UFRGS)
- 3) Jane Beltrão (UFPA)

RESULTADO DO VIII PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Categoria Doutorado

1º Lugar

Elieyd Sousa de Menezes (PPGAS/UFAM) / Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida

"Trabalho análogo à escravidão nos piaçabais em Barcelos-Amazonas: Entre a 'honra' e a 'judicialização'"

Menção Honrosa

Juliane Bazzo (PPGAS/UFRGS) / Orientadora: Cornelia Eckert

"Da tortuosa elucidação do trágico: a agência da noção de bullying em meio a eventos extremos de violência juvenil"

Categoria Mestrado

1º Lugar

Alexandre Kusler (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUCRS) / Orientadora: Fernanda Bittencourt Ribeiro

"A Vida em Devir como forma de Resistência: Etnografia de uma Sobrevivência "entre-políticas""

Menção honrosa

Naiara Maria Santana dos Santos Neves (PPGA/UFBA) / Orientador: Felipe Bruno Martins Fernandes

"De canoa até o hospital: Processos de transformação e medicalização das práticas de parto em quilombos do Recôncavo Baiano"

Categoria Graduação

1º Lugar

Caroline Silveira Sarmiento (Departamento de Antropologia/UFGRS) / Orientadora: Patrice Schuch

"O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre"

Menção Honrosa

Henrique Romanó Rocha (DAN/UnB) / Orientador: Daniel Schroeter Simião

"O encontro de justiças: transposição e subversão da modernidade em práticas de justiça no Timor-Leste contemporâneo"

RESULTADO DA III EDIÇÃO DO PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES

1º Lugar

Alex Sandro Lopes Cordeiro (UnB) / Orientadora: Andréa de Sousa Lobo
"FAZER FAMÍLIA E CIDADE NA HABITAÇÃO DA RUA: Brasília em suas múltiplas habitabilidades"

2º Lugar

Mayara Ferreira Mattos (UFMG) / Orientador: Andréa Luisa Zhouri Laschefski
"O risco nas/das margens: a ocupação Pomar do Cafezal no discurso da governabilidade"

RESULTADO DO VII PRÊMIO LÉVI-STRAUSS

Modalidade Poster

Brume Dezembro Iazzetti (UNICAMP) / Orientadora: Isadora Lins França

"Gênero, política e conhecimento: uma etnografia da atuação de pessoas trans no contexto universitário"

Evelyn Talisa Abreu de Oliveira (UFPA) / Laura Arlene Saré Ximenes Ponte

"A Educação étnico-racial no Berço da Liberdade"

Giovanna Gabrielle Costa Lourinho (UNIFAP) / José Maria da Silva

"'Brincadeira que ficou séria': uma etnografia das quadrilhas juninas na cidade de Macapá (Amapá)"

Luyse Vilaverde A. Munhós (UFMS) / Antonio Hilario Aguilera Urquiza

"A Mobilidade Territorial Guarani e as Juridicidades Alternativas: uma luta por direitos"

Marília Caetano Rodrigues Morais (UFG) / Manuel Ferreira Lima Filho

""NUM EMARANHADO DE FOLHAS E FLORES SÃO TECIDAS AS ESTEIRAS":
Reflexões sobre os fluxos das coisas Inỹ e o estudo da Coleção William Lipkind do Museu
Nacional (RJ)"

Menção Honrosa

Isabel Clara Ferreira Moreira da Silva (UFF) / Carlos Abraão Moura Valpassos
"Na Margem da Linha: conflitos urbanos em uma favela de Campos dos Goytacazes"

Modalidade Artigo

1º Lugar

Miguel Antonio dos Santos Filho (UnB) / Orientadora: Daniel Simião
"Dramatizando julgamentos, socializando leis e multiplicando saberes: pedagogias
jurídicas em uma ONG no Timor-Leste contemporâneo"

2º Lugar

Lucas Toledo Martins Baccetto (UNICAMP) / Orientadora: Rodrigo Toniol
"Uma cura rápida, completa, duradoura e inexplicável: a expertise médica no milagre"

3º Lugar

Ana Lídia de Oliveira (UFSCar) / Orientadora: Anna Catarina Morawska Vianna
"Costurando Retalhos: agricultura, ciência e política na defesa da produção tradicional e
agroecológica de erva-mate"

RESULTADO DO PRÊMIO PIERRE VERGER

IX edição de ensaio fotográfico

1º Lugar

Haroldo Abrantes da Silva (UFBA)
"Elogiemos esses pescadores ilustres"

2º Lugar

Edilson Pereira (UFRJ)
"Caixa-preta sevilhana"

Menção honrosa

Geslline Giovana Braga (USP)
"Objetos Chucros"

XII Edição de Filme Etnográfico

1º Lugar

Guilherme Moura Fagundes (UnB)
"Outro Fogo"

2º Lugar (atribuído a 2 filmes)

Paula Pflüger Zanardi (IPHAN)
"Cortadores de Pedra"

Tiago de Aragão (UnB)
"Entre Parentes"

Menção honrosa (atribuída a 3 filmes)

Junia Torres (UFMG)
"A Rainha Nzinga Chegou"

Emílio Roberto de Souza Domingos (UFF)
"Deixa Na Régua"

Rafael Victorino Devos (UFSC)
"Ver Peixe"

PUBLICAÇÕES DA ABA

E-BOOKS



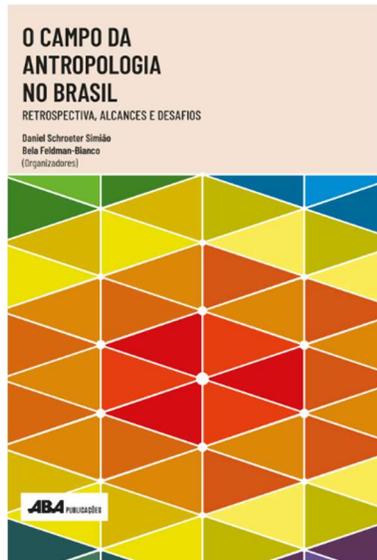
Antropologia da Saúde: Ensaio em políticas da vida e cidadania

Organizadoras:
Ednalva Maciel Neves
Marcia Reis Longhi
Mônica Franch



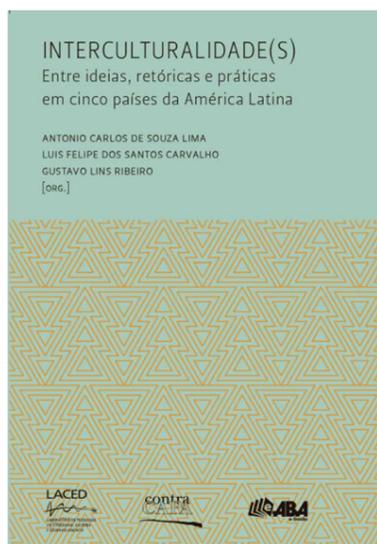
Antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário

Organizadores:
Antonio Carlos de Souza Lima
Jane Felipe Beltrão
Andrea Lobo
Sergio Castilho
Paula Lacerda
Patricia Osorio



O Campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios

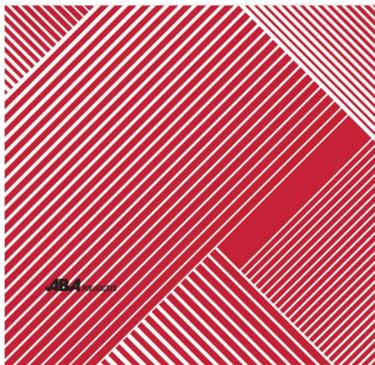
Organizadores:
Daniel Schroeter Simião
Bela Feldman-Bianco



Interculturalidade(s) Entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina

Organizadores:
Antonio Carlos de Souza Lima
Luis Felipe dos Santos Carvalho
Gustavo Lins Ribeiro

**TÉCNICA E
TRANSFORMAÇÃO**
perspectivas
antropológicas
Organizador
CARLOS EMANUEL SAUTCHUK

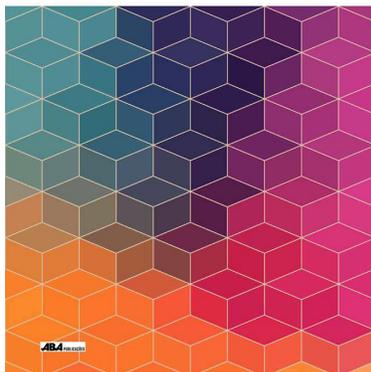


Técnica e Transformação perspectivas antropológicas

Organizador:
Carlos Emanuel Sautchuk

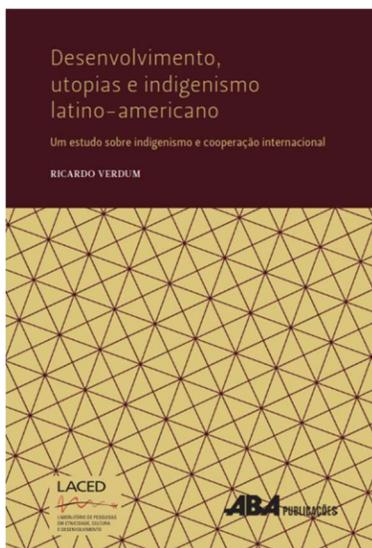
**POLÍTICAS ETNOGRÁFICAS
NO CAMPO DA CIÊNCIA
E DAS TECNOLOGIAS DA VIDA**

Jean Segata
Theophilos Rifiotis
(organizadores)



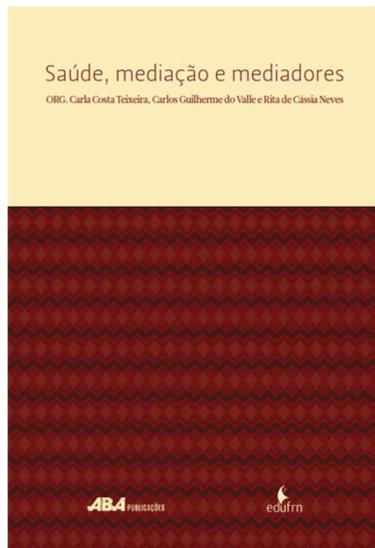
Políticas Etnográficas no Campo da Ciência e das Tecnologias da Vida

Organizadores/as:
Jean Segata e Theophilos Rifiotis



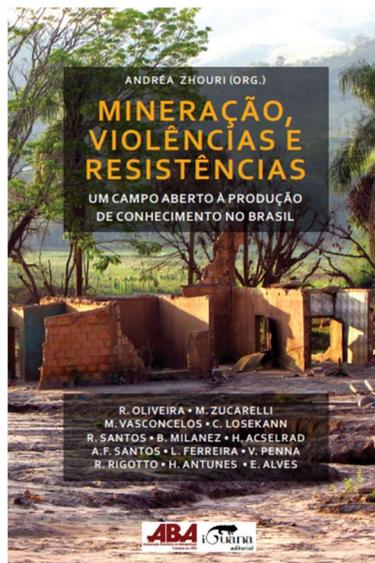
Desenvolvimento, utopias e indigenismo latino-americano: um estudo sobre indigenismo e cooperação internacional

Organizador:
Ricardo Verdum



Saúde, mediação e mediadores

Organizadores/as:
Carla Costa Teixeira, Carlos Guilherme do Valle e Rita de Cássia Neves



Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil

Organizadora:
Andréa Zhouri



- **Etnografia, o espírito da Antropologia Tecendo Linhagens. Homenagem a Cláudia Fonseca (impresso também)**

Organizadoras:

Jurema Brites

Flávia de Mattos Motta

LIVROS IMPRESSOS

1) Patrimônio, cidades e memória social

Organizadores: Urpi Montoya Uriarte e Maria Eunice Maciel.

OBS: publicação da Gestão 2015/2016, mas recebemos somente na Gestão 2017/2018

2) Cacique Miguel: o senhor das histórias Tembé | Tenetehara

Autor: Miguel Carvalho.

3) Judite a menina da zona rural, guerreira Tenetehara

Autora: Judite Vital da Silva.

4) Maria Francisca: a Tembé | Tenetehara líder do Jeju

Autora: Maria Francisca da Silva.

5) Gás, Fumaça e Zoadá: laudo antropológico sobre impactos das usinas termoeletricas do Complexo Parnaíba para populações tradicionais

Autora: Maristela de Paula Andrade.

6) Antropologia e Direitos Humanos 7

Organizadoras: Lucía Eilbaum, Patrice Schuch e Gisele Fonseca Chagas.

OBS: publicação da Gestão 2015/2016, mas veio a lume na Gestão 2017/2018

7) Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde

Organizadoras: Andréa Lobo e Juliana Braz Dias

OBS: publicação da Gestão 2015/2016, mas veio a lume na Gestão 2017/2018

8) Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades

Organizadoras: Jane Felipe Beltrão e Paula Mendes Lacerda

OBS: publicação da Gestão 2015/2016, mas veio a lume na Gestão 2017/2018

9) Autodeterminação, autonomia territorial e acesso à justiça: povos indígenas e movimento na América Latina

Organizadores: Ricardo Verdum e Edviges M. Ioris

OBS: publicação da Gestão 2015/2016, mas veio a lume na Gestão 2017/2018

VIBRANT



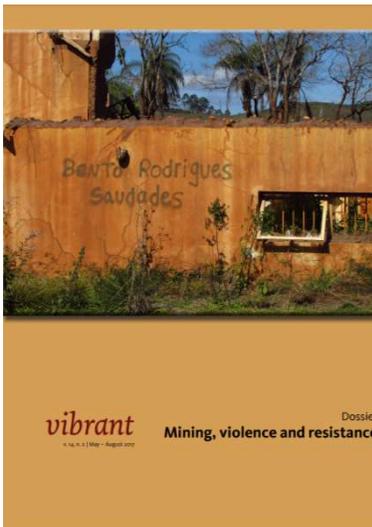
vibrant Dossier
On Ritual and Performance
n. 14, n. 1 (January - April 2017)

1) Vibrant Vol. 14, n. 1 – 01-04/2017

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-14-n-1-01-042017/>

Dossiê: Ritual and Performance

Editor: Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ)



vibrant Dossier
Mining, violence and resistance
n. 14, n. 2 (May - August 2017)

2) Vibrant – v. 14, n. 2 – 05-08/2017

<http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-14-n-2-05-082017/>

Dossiê: Mining, violence and resistance

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima



3) Vibrant – v. 14, n. 3 – 09-12/2017

<http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-14-n-3-09-122017/>

Dossiê: The urban peripheries

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima



4) Vibrant – v. 15, n. 1 – 01-04/2018

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-15-n-1-01-042018/>

Dossiê: The urban peripheries

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima



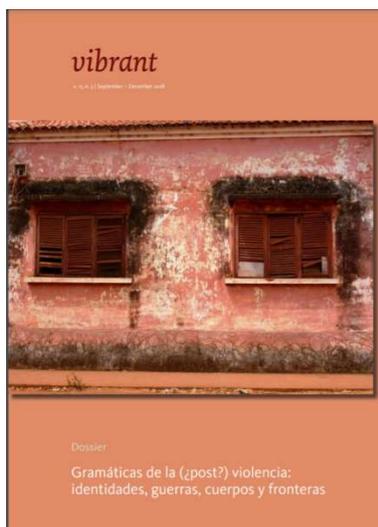
5) Vibrant – v. 15, n. 2 – 05-08/2018

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-15-n-2-05-082018/>

Dossiê: Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil. The reframing of cultures and identities

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima



6) Vibrant – v. 15, n. 3 – 09-12/2018

<http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-15-n-3-09-122018/>

Dossiê: Gramáticas de la (¿post?) violencia: identidades, guerras, cuerpos y fronteras

Editor:

Antonio Carlos de Souza Lima

NOVOS DEBATES



1) Novos Debates – v. 3 n. 1-2, 2017

Editores-chefe:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes



ABA

Link: <http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/view/v3n1-2>



2) Novos Debates – v4, n.1-2, 2018

Editores-chefe:

Vinicius Kauê Ferreira

Mariane Silva Pisani

Estevão Rafael Fernandes

Link: <http://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/issue/view/v4n1-2>

RELATÓRIOS DE COMISSÕES E COMITÊS

COMISSÕES¹

Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas

Breve Relatório de Gestão (2017-2018) e Ata da RT (Reunião de Trabalho) realizada durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) no dia 12/12/2018, às 12h30, na Sala nº5 do ICS/UnB.

No dia 12 de dezembro de 2018, às 12h30, na Sala nº5 do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, realizou-se a reunião de trabalho da Comissão de Assuntos Indígenas, ocasião na qual pela primeira vez em dois anos pôde a Comissão reunir-se presencialmente com quase todos os seus componentes e mais uma audiência de cerca de 25 colegas interessados na agenda e na pauta da Comissão.

A seguinte proposta de pauta foi apresentada e aprovada, tendo a reunião transcorrido conforme os pontos listados abaixo.

1. Informes.
2. Breve apresentação das atividades da CAI sob na gestão 2017-2018 por meio de um relatório parcial e incompleto organizado pela coordenação.
3. Rápido exercício de análise de conjuntura futura e formas de atuação/inserção da CAI.
4. Discussão de nomes para a recomposição da CAI (membreia e coordenação).
5. Propostas de manifestação ou moção.
6. Outros e/ou o que houver

1. Informes

Antropólogos servidores da Funai presentes à reunião descreveram brevemente o quadro atual e os potenciais cenários futuros da instituição, e compartilharam as informações que circulavam a respeito tanto do eventual destino da instituição (com possibilidade de fragmentação de suas responsabilidades entre mais de um ministério) como de constrangimentos mais ou menos velados a servidores do órgão (considerando propostas que andaram circulando de identificar servidores "de esquerda" e afastá-los da Funai,

¹ O Relatório da Comissão Projeto Editorial constará no site da ABA, na seção específica desta comissão, por meio de acesso ao pdf na íntegra do documento. Não foi apresentado relatório da Comissão de Ética por não ter havido demanda no período 2019/2020.

fomentando assim a perseguição de funcionários, o que é muito grave). A CAI/ABA foi formalmente provocada a se juntar à manifestação da INA (Indigenistas Associados), que havia realizado reunião no dia 10 de dezembro de 2018 e soltado uma nota, no sentido de manter a Funai no Ministério da Justiça e preservar a integralidade das suas funções e atribuições. Os membros da CAI e demais presentes à RT assentiram na proposta e propuseram a elaboração de uma moção a ser apresentada à assembleia geral da ABA, ao final do dia.

2. Relatório de atividades da CAI

Antes da apresentação do relatório sucinto em anexo, o coordenador fez algumas observações relevantes para que todas as pessoas presentes pudessem ter uma ideia da dinâmica e do perfil de atuação da Comissão ao longo dos dois últimos anos. Ao contrário do que ocorreu em gestões anteriores, a Comissão não contou com recursos específicos (p. ex.: projeto via Fundação Ford) para o desenvolvimento de uma pauta ou agenda previamente acordada ou planejada, tendo atuado muito ao sabor das circunstâncias adversas que marcaram o período mais recente da política indígena e indigenista. Tratava-se, ali, na primeira reunião presencial de quase toda a Comissão ao longo daqueles dois últimos anos. Assim sendo, operou-se conforme uma dinâmica 'tradicional' de nos provocarmos autonomamente (membros e coordenação) e/ou de sermos provocada (por Diretoria, associadxs e organizações afins da sociedade civil) para nos manifestarmos, participarmos de atividades, organizarmos eventos e incidirmos politicamente. O relatório de atividades anexo, apresentado em suas linhas gerais durante a RT reflete, basicamente, essa dinâmica. Após a apresentação, membros da CAI destacaram alguns aspectos do modo como nós operamos efetivamente, entre os quais o procedimento da coordenação de consultar a totalidade dos membros sempre que havia algo em vista para (ou que demandasse a) nossa incidência técnica e/ou política, partilhando assim as oportunidades e necessidades de manifestação e/ou presença/incidência institucional – seja como CAI, seja como ABA em sua abrangência.

3. Rápido exercício de análise de conjuntura e formas de atuação

Seguiu-se uma série de intervenções que davam conta de alguns dilemas que já vêm sendo enfrentados na nova conjuntura, antes mesmo da posse do novo governo, dos quais dois temas se destacaram: (1) a necessidade de interpelar atores e situação no baixo curso do rio Tapajós, em função da atuação de Edward Luz, que recentemente, após tentar constranger a atuação de uma comissão da CIDH naquela região, apoiou a constituição de uma comissão na Câmara de Vereadores de Santarém visando apurar supostas fraudes em processos de reconhecimento de direitos territoriais na região; e (2) a importância de averiguar o processo de inviabilização dos estudos e trabalhos de campo de vários GTs (grupos técnicos) de identificação e delimitação de TIs já portariados, na Amazônia, no Nordeste e no Sul, sob a coordenação de colegas antropólogos e antropólogas professores e professoras de universidades na condição de colaboradores eventuais, sob a alegação de falta de recursos para custeio de tais atividades, e da impossibilidade emissão de passagens e diárias para servidores públicos federais. Quanto ao primeiro ponto,

uma estudante indígena de Antropologia da Ufopa relatou que o clima em Santarém está muito pesado em virtude da atuação do citado elemento e das ameaças que os indígenas vêm sofrendo de seus detratores e algozes, e que seria importante uma posição da ABA em relação às qualificações do elemento. Quanto ao segundo ponto, vários colegas presentes à RT, que são coordenadores de GTs já portariados, relataram os empecilhos que a própria instituição Funai estava colocando à efetivação dos mesmos, quando – segundo relatos colegas servidores da Funai – outras diretorias do órgão têm pago “colaboradores eventuais” normal e regularmente, não se justificando as alegações postas pela Diretoria de Proteção Territorial estava, o que resulta na paralisação dos procedimentos de identificação dessas terras indígenas, com graves repercussões para a consecução dos direitos territoriais assegurados na Constituição Federal. Acordaram-se os seguintes encaminhamentos: quanto ao primeiro ponto, que a CAI e a ABA elaborariam um documento, a partir dos subsídios de vários colegas, a ser encaminhado às instituições da sociedade regional santarena qualificando quem é Edward Luz (algo que, segundo um colega de comissão presente, já estava em curso, na forma de um documento que estaria sendo elaborado por um/a colega sobre a atuação deste elemento, que não é referendada pelo consenso científico, ético e profissional corrente), tendo se aventado alguns argumentos que podem substanciar tal manifestação; e quanto ao segundo ponto, que a CAI e a ABA interpelariam a Funai no sentido de cobrar a implementação dos GTs já portariados.

4. Recomposição da CAI

Colegas da atual Comissão observaram que nós não conseguiremos dar conta de enfrentar o quadro que está se desenhando pela frente e que não bastaria sermos responsivos e reativos às ações e propostas vindas do governo, mas que deveríamos ter uma estratégia, pois é tanta coisa acontecendo, que haveria que se ampliar “o exército das formiguinhas”. A coordenação da CAI explicou as razões que motivaram a definição de uma Comissão relativamente enxuta na gestão 2017-2018, algumas das quais emergem da própria apreciação do relatório de atividades e da dificuldade de se manejar uma composição muito elástica. Lembrou também da demanda formalmente apresentada à ABA pelos e pelas estudantes indígenas de graduação e pós em Antropologia de que a CAI contemplasse doravante em sua composição antropólogos e antropólogas indígenas, o que se tentou sem sucesso na gestão atual (lembrando-se os nomes das pessoas que foram cogitadas) e que a Diretoria assumiu esse compromisso para o futuro. Alguns colegas presentes à RT se dispuseram a participar da composição da nova CAI, entre os quais alguns que já são seus membros e se dispuseram a permanecer – Antonella Tassinari (UFSC) e Estevão Palitot (UFPB) – e outros que propuseram a integrá-la – Stephen Baines e Elaine Lauriola (UnB), e Luis Roberto de Paula (UFABC). Quanto aos indígenas, foram sugeridos os nomes da professora Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen, do povo Kaingang, e do advogado Eloy Terena, doutorando em Antropologia do Museu Nacional, com quem colegas da CAI ficaram de entrar em contato nesse sentido.

5. Encaminhamentos e propostas de manifestação/moção

Como resposta à provocação feita por ocasião dos informes, definiu-se que a coordenação e outros membros da CAI trabalhariam numa minuta de moção a ser apresentada à noite do mesmo dia na assembleia geral, e que alguns participantes da RT se reuniram um pouco antes no mesmo auditório para revisar a minuta antes da sua apresentação. Ademais, acordou-se efetivar os encaminhamentos propostos em relação aos dois principais pontos tratados no item 3 da pauta (análise de conjuntura) e a coordenação ficou de sistematizar os conteúdos e debates da RT em ata, para leva-los ao conhecimento da nova diretoria.

Proposta de Moção da CAI à AG da ABA

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

A Associação Brasileira de Antropologia, reunida em assembleia geral ordinária no dia 12 de dezembro de 2018, no auditório da AdUnB (Associação dos Docentes da Universidade de Brasília), diante das ameaças de mudanças no ordenamento institucional da política indigenista brasileira, vem a público expressar a sua adesão às manifestações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) de 06 de dezembro p.p. e da organização Indigenistas Associados (INA) de 10 de dezembro p.p. em defesa da manutenção do vínculo da Funai ao Ministério da Justiça e da integralidade das suas funções (sem separar as atribuições de demarcação de terras dos demais direitos sociais), com a dotação orçamentária e o pessoal qualificado necessários ao bom cumprimento da sua missão institucional de promover os direitos dos povos indígenas. Manifestamos, ademais, nossa especial preocupação com a situação de paralisia dos procedimentos de identificação de terras indígenas realizadas por GTs (grupos técnicos) já portariados e compostos por colegas antropólogos e antropólogas de universidades públicas na condição de colaboradores eventuais, com graves repercussões para a consecução dos direitos territoriais assegurados na Constituição Federal.

[OBS.: O inteiro teor da moção foi aprovado por aclamação na referida assembleia geral e, posteriormente, já em janeiro de 2019, encaminhada para a presidência da Funai, a INA e a Apib, para os novos titulares das novas pastas dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Governo; e Gabinete de Segurança Institucional.]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SUCINTO DA CAI (Comissão de Assuntos Indígenas) Gestão 2017-2018

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela CAI/ABA no período de dois anos correspondentes à gestão da professora Lia Zanotta Machado e respectiva diretoria. Trata-se de relatório meramente descritivo, que não entra

em detalhes ou mérito de natureza avaliativa sobre a efetividade e qualidade das ações, incidências, intervenções e manifestações variadas da Comissão.

O relato é organizado na forma de *bullet points* sucintos divididos segundo tópicos relativos às diferentes formas de atuação que tivemos, explicitando a dinâmica e o perfil de atuação que adotamos ao longo desses dois últimos anos, nos quais não logramos nos reunir presencialmente e, ao contrário do que ocorreu em algumas gestões anteriores, não contamos com recursos específicos para o desenvolvimento de uma pauta ou agenda previamente acordada ou planejada, tendo atuado muito ao sabor das circunstâncias adversas que marcaram o período mais recente da política indígena e indigenista. O que fizemos, basicamente, foi nos provocarmos autonomamente (membros e coordenação) e/ou sermos provocados (por Diretoria, associados e organizações afins da sociedade civil) para nos manifestarmos, participarmos de atividades, organizarmos eventos e incidirmos politicamente. Todos os documentos referidos (cartas, ofícios, notas, manifestações, dossiês, etc.) encontram-se em formato eletrônico nos arquivos da ABA, ou mesmo públicos no portal desta na web.

CPI Funai-Incra 2 (1º semestre de 2017)

Praticamente todo o primeiro semestre de 2017 foi tomado pela agenda da segunda encarnação da CPI da Funai e do Incra, que encerrou os seus trabalhos em maio de 2017, com apresentação de um relatório final, que – entre inúmeras outras coisas – pediu o indiciamento de 88 pessoas, entre as quais indígenas, padres, servidores da Funai e do Incra, e colegas antropólogos e antropólogas. Demos continuidade, assim, a uma pauta e a uma agenda que já haviam sido estabelecidas ao tempo da gestão do professor Antônio Carlos de Souza Lima, ocasião na qual se contratou a assessoria jurídica do advogado Dr. Paulo Machado Guimarães, com quem seguimos atuando nesse período.

Basicamente, o que fizemos foi:

- 1) Acompanhar e incidir nas sessões conclusivas da CPI, na forma de rodízio, em colaboração com colegas da Diretoria e demais colegas baseados nas instituições que estavam sendo investigadas (Funai e Incra) – que regiram de modo distinto à dinâmica e às demandas da CPI.
- 2) Apoiar a articulação e o envio do Ofício nº 003/2017 de 21 de fevereiro de 2017 da Presidência da ABA ao Exmo. Sr. Alceu Moreira (PMDB/RS), presidente da CPI, encaminhado também a todos os componentes da CPI, com as 39 manifestações recebidas até então de associações científicas e instituições de pesquisa, no Brasil e no exterior, e um abaixo-assinado contendo 793 assinaturas, relativos ao requerimento da CPI de quebrar o sigilo bancário e fiscal da ABA e de sua Presidência.
- 3) Articular e colaborar com colegas da Diretoria na redação dos subsídios para o relatório alternativo, em articulação com assessores parlamentares dos deputados apoiadores das pautas indígena, quilombola e dos(as) trabalhadores(as) rurais, lastreando assim a atuação destes e a construção do

voto em separado em maio de 2017 – que se encontra disponível na área da CPI no site da Câmara dos Deputados.

4) Ajudar a montar e participar da lista de discussão e do grupo de WhatsApp com colegas antropólogos e antropólogas citadas para indiciamento no relatório final, visando articulação para apoio, suporte e eventual defesa e construção de subsídios para o relatório paralelo (ver ponto anterior) – lista e grupo esses que permanecem ativos até hoje.

Painel no 38º Congresso Mundial da IUAES

Concebemos, propusemos e realizamos, numa parceria da CAI com a Comissão de Antropologia e Meio Ambiente da IUAES (União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas), coordenada pelo professor Thomas Anton Reuter (da Universidade de Melbourne), o painel fechado (CP-35) "Vidas, Territórios e Recursos Indígenas: desafios globais aos direitos dos povos indígenas", por ocasião do 18º Congresso Mundial da IUAES, realizado na UFSC, que foi coordenado pela professora Artionka Capiberibe (Unicamp), membro da CAI.

Participações em articulações e organizações de atividades de incidência política

Atuamos diretamente, por meio da coordenação, na articulação: do *Memorial do/as Pesquisadore/as da UnB sobre Territórios Indígenas e Remanescentes de Quilombos (Síntese Dos Argumentos Antropológicos E Jurídico-Constitucionais)* em vista dos julgamentos iminentes no pleno do STF das ACOs 362, 366 e 469, e da ADI 3239-DF, julgadas a partir de agosto de 2017 em diante; e da Aula Magna e Ato em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas na Semana de Recepção aos Calouros da UnB, realizados em 11 de agosto de 2017, nos jardins e no Auditório Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito/UnB – que levaram, também, à incidência junto aos gabinetes dos Ministros do STF.

Representações em conselhos e fóruns

1) Recebemos e respondemos positivamente ao convite para participar do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) do estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 46.218 de 11/01/2018, como órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e composto por representantes da administração pública direta e indireta, organizações não governamentais e pela comunidade indígena. Articulamos a representação da ABA no CEDIND por meio dos colegas Ludmila Maria Moreira Lima (Unirio - Titular) e Sidnei Clemente Peres (UFF – Suplente), empossados em e atuantes desde maio de 2018, quando da instalação e posse do Conselho.

2) Recebemos e respondemos positivamente ao convite para integrar Conselho Participativo do Projeto Culturas Vivas, parceria realizada entre Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Secretaria de Cultura (Secult) do Distrito Federal

para a Dinamização e Preservação do Memorial dos Povos Indígenas, instalado e empossado em agosto de 2018, tendo como representantes os colegas Henyo T. Barretto Filho (UnB - Titular) e José Vieira Pimenta (UnB – Suplente).

Elaboração e divulgação de notas públicas (junto ou não com a Diretoria)

1) Colaboramos na elaboração e disseminação da nota pública da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresentando as considerações sobre a publicação das Portarias do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC) de nº 68 de 14 de janeiro de 2017 (DOU nº 13 em 18/01/17) e nº 80 de 19 de janeiro de 2017 (DOU nº 15 em 20/01/17), cujo propósito foi criar no âmbito do referido Ministério um Grupo Técnico Especializado (GTE) para fornecer subsídios em assuntos que envolvam demarcação de Terras Indígenas no país.

2) Colaboramos na elaboração e disseminação da nota pública da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de repúdio aos projetos de lei que visam por fim ao licenciamento ambiental no Brasil, em abril de 2017.

3) Elaboramos e disseminamos no site de 'Notícias' da UnB, em maio de 2017, a nota assinada pelo coordenador da CAI, intitulada "Crueldade Racista e Ameaça aos Direitos Territoriais Indígenas: o ataque aos Gamela", repudiando veementemente o covarde ataque a indígenas Gamela no município de Viana, Maranhão, que resultou em cerca de treze feridos, alguns dos quais hospitalizados, que chocou a opinião pública nacional e despertou acesas polêmicas. #SomosTodosGamela.

4) Colaboramos na elaboração e disseminação da nota pública da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua Assessoria de Meio Ambiente em repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, em agosto de 2017.

5) Elaboramos e disseminamos, em agosto de 2017, nota da Comissão de Assuntos Indígenas sobre as ossadas encontradas em Mato Grosso do Sul, instando o Estado brasileiro a assumir efetivamente seu dever constitucional de guardião dos povos indígenas, no caso, Kaiowa e Nandéva, reconhecendo o processo de seu genocídio em curso e atuando para estanca-lo imediatamente.

6) Elaboramos e disseminamos, em dezembro de 2018, nota pública contestando as declarações insólitas do presidente eleito, que lembravam as igualmente insólitas declarações do finado cientista político Hélio Jaguaribe, de que "não vai haver índio no século 21".

Adesão a notas públicas de terceiros (como CAI ou como ABA)

1) Articulamos a nossa adesão como ABA, em março de 2017, à carta enviada por organizações da sociedade civil brasileira à Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, com cópia para autoridades brasileiras e demais destinatários, nos marcos de um ano da sua visita, reiterando os termos do seu informe de missão e que, passado esse período, as suas recomendações seguem coincidindo com as principais

preocupações ante às persistentes violações aos direitos humanos dos povos indígenas no país.

2) Aderimos como CAI, em abril de 2017, à nota pública de apoio ao movimento indígena no Ceará, subscrita por organizações dos direitos humanos e indigenistas do estado do Ceará, diante do contexto de intensificação da ofensiva contra os direitos constitucionais dos povos originários, manifestando o nosso apoio ao movimento indígena no Ceará, como no Brasil.

3) Colaboramos na articulação da nossa adesão como ABA e na adesão do Conselho da SBPC, reunido em 15 de julho de 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, por ocasião da 69ª Reunião Anual da SBPC, à "Nota Pública: de volta ao integracionismo?", em que diversas organizações indígenas e indigenistas repudiaram a criação, em 06 de julho de 2017, do já referido Grupo de Trabalho proposto pelo Ministério da Justiça – cujo teor foi reiterado pela Conselho da SBPC por razões científicas e humanitárias.

4) Colaboramos na articulação, em setembro de 2017, para o envio de ofício ao Presidente da República pelas associações científicas que manifestaram sua preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais e pediram a revogação das medidas que extinguiriam a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), na Amazônia, abrindo a área à exploração minerária.

5) Aderimos como CAI, em fevereiro de 2018, à nota pública "Pronunciamento sobre a promulgação de lei no Peru que promove a abertura de estradas na região de fronteira com o Brasil", a partir de Rio Branco, Acre.

6) Articulamos a nossa adesão como ABA, em março de 2018, à manifestação de organizações brasileiras que consideraram inaceitável a intimidação da Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, pelo governo das Filipinas.

7) Articulamos a nossa adesão como ABA, em junho de 2018, à carta pública contra o loteamento político da Fundação Nacional do Índio e o desmonte da política indigenista pelo governo brasileiro.

Ofícios especificamente endereçados

1) Ofício da Presidente da ABA à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que, em março de 2017, solicitou nossa posição institucional em relação ao processo movido pelo povo Xukuru do Ororubá contra o Estado brasileiro na CIDH e o envio de um documento técnico pericial a ser disponibilizado para a APOINME diante do processo na referida Corte. A ABA: (i) encaminhou dossiê elaborado pelas colegas Vânia Fialho (UFPE), Kelly de Oliveira (UFPB) e Rita Neves (UFRN), disponibilizando-o como uma contribuição para a qualificação dos argumentos junto à CIDH; (ii) externou o apoio à denúncia levada pelo povo Xukuru contra o Estado Brasileiro na referida Corte; e (iii) lamentou a histórica morosidade do

Estado brasileiro, que muitas vezes tem efeitos perversos sobre os direitos territoriais específicos dos povos indígenas.

2) Ofício nº 015/2017 da Presidente da ABA, em 14 de julho de 2017, à Sua Excelência o Senhor Torquato Lorena Jardim, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, com cópia para o Presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, em que a ABA e a CAI externam sua inquietação diante de informações que circularam por diferentes meios de comunicação, naquelas semanas, relativas a posturas e medidas daquela Ministério face aos povos e as terras indígenas, manifestadas em encontros com delegações de lideranças indígenas em Brasília e por ocasião de recente viagem do Ministro e do Presidente a Roraima.

3) Ofício nº 024/2017 da Presidente da ABA a Ana Maria do Socorro Magno da Cunha / Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará, em 08 de dezembro de 2017, externando nossa preocupação com a atuação do Poder Público no atendimento dos indígenas Warao na cidade de Belém/PA e com o que parece ser uma insuficiência de transparência nas ações voltadas ao atendimento desta população. [OBS.: Em Brasília, demos início à articulação de um requerimento de realização de audiência pública junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado para debatermos as migrações de povos indígenas pelas fronteiras internacionais na Região Norte do país, com o objetivo de refletir sobre o processo de migração para o Brasil de indígenas da etnia Warao, originários da região caribenha do delta do rio Orinoco, na Venezuela por meio das colegas Marcia Sprandel (assessora parlamentar) e Marlise Mirta Rosa (doutoranda PPGAS/Museu Nacional).

4) Ofício da Presidente da ABA a Simão Robison Oliveira Jatene / Governador do Estado do Pará e Luís de Camões Lima Boaventura / Procurador da República no Ministério Público Federal em Santarém, trazendo a manifestação da ABA sobre o Decreto nº. 1.969 de 24 de janeiro de 2018 do Governo do Pará que instituiu grupo de estudos incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização de consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais no estado do Pará.

5) Ofício da Presidente da ABA a Roberto Olinto, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 26 de setembro de 2018, que enfatizava a importância da manutenção das perguntas do bloco de identificação étnico-racial no Censo Demográfico de 2020.

Participação em atividades a convite (representação institucional ou similar)

1) Seminário *Fortalecendo a Autonomia: Aliança Entre UGT e Povos Indígenas*, que aconteceu nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2017, no auditório da UGT, em São Paulo/SP, uma agenda relativa à implementação da Convenção 169 da OIT no Brasil. Participou o coordenador da CAI.

2) Seminário *Questões Indígenas de Interesse da Defesa*, que aconteceu no dia 02 de março de 2018, no auditório do Ministério da Defesa, em Brasília/DF, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o assunto com vistas à atualização da Diretriz Ministerial para o Relacionamento das Forças Armadas com as Comunidades Indígenas e dos posicionamentos da Defesa relativos à temática. Participaram a Presidente da ABA e o coordenador da CAI com a apresentação "Os Povos Indígenas, Patrimônio Cultural e suas Perspectivas" (1ª exposição no Painel II: 'Questões Nacionais').

3) Mesa de debates em Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, intitulada *Aliança dos Povos indígenas, fortalecendo a autonomia*, em abril de 2018. Participou a Presidente da ABA como expositora.

4) *II Encontro Internacional "Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato"*, realizado de 11 a 14 junho de 2018, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, em Brasília, DF. Participou o membro da CAI Ricardo Verdum e a ABA subscreveu o documento final desse II Encontro.

5) *Mesa de Diálogo: Novo Governo e os Direitos Coletivos*, promovida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no dia 20 de novembro de 2018, de 9h às 18h, em Brasília-DF, no Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF). Participaram a Presidente da ABA e o coordenador da CAI como observadores e ouvintes.

Intervenção em processos judiciais

1) Participamos da articulação da solicitação de medidas cautelares em favor de povos indígenas isolados do Brasil ao Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, iniciada em setembro de 2017 e ainda em curso.

2) Enviamos ofício à Sexta Turma do STJ, em abril de 2018, no âmbito do Recurso em Habeas Corpus Nº 86305/RS na Ação Penal nº 5004459-38 2016.4.7117, encaminhando parecer de Gustavo Hamilton de Sousa Menezes em apoio ao pleito da Comunidade Indígena Kaingang para que seja reconhecido o direito de se expressar na própria língua perante o Poder Judiciário, a tradução das principais peças processuais e o acompanhamento de intérprete, assim como a elaboração de perícia antropológica para melhor compreensão dos fatos de acordo com a cultura, tal como já ocorre em outros países. O parecer do colega versa sobre: (1) a importância da perícia antropológica, (2) o interesse dos pacientes em se expressarem em juízo na língua indígena Kaingang e (3) o pedido de tradução do processo para a língua indígena Kaingang. A possibilidade de atuarmos como *Amicus curiae* nessa ação ainda está pendente.

Entrevistas para veículos de comunicação e mídia

1) Entrevista com o coordenador da CAI no RFI (Rádio França Internacional) Convida, em 09 de agosto de 2017, por ocasião do Dia Internacional dos Povos

Indígenas e do aniversário de dez anos da Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas.

2) Entrevista com o coordenador da CAI no programa Grandes Julgamentos do STF: demarcação de áreas indígenas no Xingu da TV Justiça, que foi ao ar em 19 de setembro de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IG_JIZT2Nj4 e <http://www.tvjustica.jus.br/index/detalharnoticia/noticia/355777>.

Outras atividades relevantes (internas)

1) Carta dos Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília à Presidenta da Associação Brasileira de Antropologia, Prof^a Lia Zanotta Machado, por ocasião do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, em Salvador/BA, entre 11 e 15 de setembro de 2017, com o tema "Espaço de Afirmação, Protagonismo e Diálogos Interculturais: Descolonizando o Pensamento". Na ocasião, realizou-se Roda de Conversa com os indígenas antropólogos, em que a resposta à carta balizou os encaminhamentos propostos em torno de quatro pontos.

2) Apresentamos sugestões à proposta de resolução da ABA, que estabeleceu requisitos de formação e competência profissional para a realização de laudos antropológicos e para a indicação de associadas/os – resolução esta formalmente aprovada na reunião do Conselho Diretor realizada em outubro de 2018, por ocasião da Reunião Anual da Anpocs.

Relatório da Comissão de Direitos Humanos

Composição:

Coordenadora: Lucía Eilbaum (UFF)

Membros: Gisele Fonseca Chagas (UFF), Jane Felipe Beltrão (UFPA), Juliana Melo (UFRN) e Patrice Schuch (UFGRS)

Introdução

Dando continuidade ao trabalho de coordenação iniciado na gestão da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) 2015-2017, a Comissão de Direitos Humanos (CDH/ABA) teve nova composição a partir de janeiro de 2017 a partir da gestão dos professores Lia Zanotta Machado e Antônio Mota, mantendo a participação das professoras Patrice Schuch (UFGRS) e Gisele Fonseca Chagas (UFF) e incorporando a colaboração das professoras Jane Felipe Beltrão (UFPA) e Juliana Melo (UFRN).

Em termos gerais, é necessário manifestar que se, como apontamos no relatório anterior, nos anos de 2015 e 2017, a atuação da CDH/ABA foi um desafio e uma provocação permanentes devido à uma sequência assustadora de denúncias e casos de violação de direitos, de discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais e da enunciação pública de

discursos políticos que agredem direitos, nos anos seguintes esse cenário tomou um rumo devastador. Nesse contexto, nossas ações (notas de repúdio, organização de eventos para debate público, apoio de moções) têm buscado se articular na relação entre o posicionamento político e a reflexão analítica, deparando e divulgando sobre a formulação de diversas iniciativas legislativas, políticas públicas, práticas institucionais e atos de violação de direitos que vulneram os direitos civis, formalmente garantidos a todos os cidadãos por igual.

Isso porque em particular o ano de 2018 – ano eleitoral- apresentou um cenário catastrófico em termos de direitos humanos. Particular destaque ganha nesse cenário a execução brutal da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco no dia 14 de março, crime sobre o qual ainda hoje não foi dada resposta por parte das autoridades públicas. Pelo contrário, políticos vinculados ao partido governante têm, através de diversos atos e manifestações, ultrajado sua memória. Esse caso é apenas a ponta do iceberg de um cenário no qual o campo dos direitos humanos tem sido alvo de ataques, desde altos cargos, a partir dos quais se preza publicamente pelo “fim dos ativismos”, chama-se os “Direitos humanos do esterco da vagabundagem” e “desserviço ao nosso país” e ameaça-se que “essa vagabundagem vai morrer”. Do ponto de vista da CDH/ABA, esse contexto de “embate aos direitos humanos” tem resultado no nosso compromisso para afirmar a importância de uma antropologia pública, em e para a ação, engajada na suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas **em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e outras ações institucionais.**

1) Participação e/ou organização de eventos:

- Atividades na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada entre os dias 04 e 07 de dezembro de 2017, em Posadas, Misiones, Argentina.

1. Grupo de Trabalho: Etnografías del Estado y de demandas de acceso a derechos: burocracias, moralidades y derechos humanos, coordenado por Lucía Eilbaum (CDH/ABA, UFF), Carla Villalta (UBA/CONICET) e Eva Muzopappa (UNRN/CONICET). Participaram como debatedoras Letícia Carvalho (FGV/RJ), Patrice Schuch (CDH/ABA, UFRGS) e Flavia Medeiros (UFF).

2. Mesa redonda: Burocracias, moralidades y derechos humanos: procesos de administración estatal y demandas de derechos en perspectiva comparada, coordenada por Lucía Eilbaum (CDH/ABA, UFF), com a exposição de trabalhos de Patrice Schuch (CDH/ABA, UFRGS), Maria Gabriela Lugones (UNC, Argentina) e Letícia Carvalho (FGV/RJ).

3. Mesa Redonda: Etnografias do “mundo árabe” e suas diásporas na América do Sul: religião, etnicidade e nacionalismo no pós-Primavera árabe, coordenada por Gisele Fonseca Chagas (CDH/ABA, UFF), com participação de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF) e Silvia Maria Montenegro (CONICET/ Universidade Nacional de Rosario)

- Organização e realização do Seminário **“Nossas vidas importam: ativismos, violência institucional e direitos humanos. Diálogos Brasil e Argentina”**, na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ, nos dias 29 e 30 de maio. O projeto contou com recursos aprovados no Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) da CAPES e com apoio do INCT/InEAC. O Seminário foi proposto e realizado em parceria entre o INCT-InEAC, através do Grupos de Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM/NUFEP/UFF) e a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Da mesma forma, ao se tratar de um evento internacional foi organizado em associação com o Equipe de Antropologia Política e Jurídica da Universidade de Buenos Aires, também integrante do INCT-InEAC, através da professora Maria Pita. A participação de pessoas associadas a coletivos e movimentos sociais e políticos, de ativistas vinculados a associações civis e de direitos humanos e de gestores públicos (Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos/ALERJ, Ministério Público) que vêm de diversas formas tratando e atuando nos assuntos elencados foi fundamental para transmitir o conhecimento e a troca de saberes com o público universitário (estudantes, professores, pesquisadores, funcionários).

O evento foi gravado e transmitido ao vivo, podendo ser acessado e consultado através dos seguintes links:

Parte 1: <http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-nossas-vidas-importam-dialogos-brasil-argentina-parte-1> :

Parte 2: <http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-nossas-vidas-importam-dialogos-brasil-argentina-parte-2>

Parte 3: <http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-nossas-vidas-importam-dialogos-brasil-argentina-parte-3>

Parte 4: <http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-nossas-vidas-importam-dialogos-brasil-argentina-parte-4>

- Seminário **“Laudos & Direitos Humanos: Antropologia em Ação”**, realizado em Belém, Pará, entre os dias 26 e 28 de junho de 2018. O seminário foi pelo Comitê Laudos Antropológicos e pela Comissão de Direitos Humanos, através das professoras Eliane Cantarino e Jane Felipe Beltrão. O evento trouxe como tema Povos Indígenas e Populações Tradicionais em tempos urgentes, pois pretende discutir questões referentes às condições de elaboração de laudos antropológicos assentados em diálogo com as ações que os interlocutores requisitam dos/as antropólogos/as em benefício de um Brasil que exige respeito e cumprimento de preceitos constitucionais em relação a Demarcação já! e Justiça Plural!

- **Atividades no 18o Congresso Mundial da IUAES - International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), realizado em Florianópolis entre 16 e 20 de julho de 2018.**

1. Painel Aberto 17 "Antropologia, Direitos Humanos e Sentimentos de Justiça", coordenado por Roberto Kant de Lima (UFF) e Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA).

- Organização e realização da **ABA/OFICINA: "Violência, segurança pública e direitos humanos"**, na UFF/Niterói, RJ, nos dias 27 e 28 de agosto de 2018. A Oficina foi coordenada por Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA) e Lorenzo Macagno (UFPR, ABA). Contou com financiamento da Fundação Ford, através da ABA e com apoio da PROPI/UFF e do INCT/InEAC. O evento priorizou a participação de ativistas e movimentos sociais e pesquisadores dedicados a temas vinculados aos direitos humanos como: militarização, segurança pública e violência institucional, diversidade sexual e de gênero, encarceramento e racismo.

O evento foi gravado e transmitido ao vivo e pode ser acessado e consultado através dos seguintes links.

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=U3ktXUYVNdw&t=145s>

Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=7jc_yWLa2NE

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=S8rArFsDjvA>

Parte 4: <https://www.youtube.com/watch?v=iqzjGpzmBcE>

- **Atividades organizadas na 30 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 04 e 07 de dezembro de 2018 na Universidade de Brasília, DF.**

1. Simpósio "Direitos Humanos: dignidade, ativismo e os limites da atuação antropológica", coordenado por Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA) e Juliana Melo (UFRN, CDH/ABA). O Simpósio contou com duas sessões. Na primeira "Debatendo Direitos, Direitos Humanos e Dignidade", participaram como expositores Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB); Bárbara Lupetti (UFF) e Lucía Eilbaum (CDH/ABA, UFF), com debate de Juliana Melo (CDH/ABA, UFRN). Na segunda sessão, "Limitações, riscos, ativismos e outras perspectivas", apresentaram seus trabalhos Taniele Rui (Unicamp), Juliana Melo (UFRN, CDH/ABA) e Livia Vitenti (Unb), com debate de Patrice Schuch (CDH/ABA, UFRGS).

2. **Quarteto: Encarceramento, Violência e Direitos Humanos**, com a participação de Adriana de Resende Barreto Vianna (UFRJ), Lucia Eilbaum (CDH/ABA, UFF), Ana Paula Oliveira (Mães de Manguinhos), Maria Dalva Correia da Silva (Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência) e Natasha Neri, com exibição do *Filme: Auto de Resistência / Direção: Natasha Neri e Lula Carvalho*.

3. **Mesa Redonda: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Deficiência**, com a participação das professoras: Nádia Meinerz (Universidade Federal do Alagoas), Anahí Guedes de Melho (Universidade Federal de Santa Catarina), Adriana Dias (Universidade de Campinas) e Claudia Fonseca (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Brasília, dezembro de 2018.

4. Mesa Redonda: Oriente Médio, conflito e refúgio: problematizando categorias e politizando o debate, coordenada por Gisele Fonseca Chagas (CDH/ABA,

UFF), tendo Gustavo Barbosa (ME) e Silvia Maria Montenegro (CONICET/UNR) como expositores, e Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto(UFF) como debatedor.

- **Mesa Redonda no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2018: Políticas de Inclusão: práticas, sentidos e efeitos**, com a participação das profas Simone Gonçalves Brito (depto de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba), Cláudia Fonseca (depto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Patrice Schuch (depto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro da Comissão de Direitos Humanos da ABA). Caxambu, outubro de 2018.

2) Emissão e difusão de opiniões institucionais

- Elaboração e difusão das seguintes notas de repúdio e apoio:

- a) Petição encaminhada para a corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA acerca da crise do sistema prisional do Rio Grande do Norte
- b) Elaboração e assinatura da Nota "Violência policial e letalidade", junto com numerosos movimentos sociais e coletivos, entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na sua visita ao Brasil, em particular ao estado do Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 12 de novembro de 2018.
- c) Assinatura e apoio nas Notas "**Sistema Prisional: Observações e Recomendações Gerais**", "**Sistema Prisional e Gênero: Informações e Recomendações**", "Sistema Socio-educativo" e "Militarização da segurança pública", todas entregues à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na sua visita ao Brasil, em particular ao estado do Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 12 de novembro de 2018.
- d) NOTA DE REPÚDIO AO DECRETO DE INTERVENÇÃO FEDERAL – MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –27 de fevereiro de 2018.

Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20180227_5a959839d6eb3.pdf

- e) Nota de Pesar e Repúdio pelos assassinatos de Marielle Franco, ativista dos direitos humanos, e Anderson Pedro Gomes na noite de 14 de março de 2018. Publicada em Informativo ABA nº 05/2018, 15/03/2018
- f) Assinatura e apoio ao MANIFESTO DE DESAGRAVO: PELA MEMÓRIA DE MARIELLE FRANCO!, criado pelo Setor Jurídico do PSOL/RJ, 21 de março de 2018.
- g) Assinatura da Nota de Apoio ao grupo de pesquisa "Lesbocídio: as histórias que ninguém conta", coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Clara Marques Dias IFCS/UFRJ, 2 de agosto de 2018.
Disponível através do link: <https://goo.gl/forms/7eI7ZfzEqw3QiEhv2>
- h) Assinatura da Nota "Cadê Santiago Maldonado Liberdade de Jones Huala", entregue no 1 de Setembro de 2017, às autoridades do Consulado da República Argentina, no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20170913_59b93c4fac074.pdf

4) Coordenação do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2018 - VIII Edição: "Antropologia e Direitos Humanos: direitos, violências e ativismos"

Através do Edital 2018 – "Antropologia e Direitos Humanos: violências, ativismos e direitos", a CDH/ABA lançou a oitava edição do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos. Nesse edição, houve um total de 32 inscrições, 08 na categoria doutorado, 12 no mestrado e 12 na graduação. Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos melhor avaliados, conforme os critérios de: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação. Cada categoria foi coordenada por membros da comissão e contou para o trabalho de avaliação com 27 professores e pesquisadores que colaboraram como pareceristas a cegas de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. A saber:

Categoria Doutorado

Coordenadoras: Gisele Fonseca Chagas e Jane Felipe Beltrão

Pareceristas: Simone Pondé , Simoni Guedes, José Colaço Dias Neto, Ana Flavia Santos, Tainele Rui, Luiz Eduardo Figueira, Emerson Giumbelli

Categoria Mestrado

Coordenadora: Patrice Schuch e Juliana Melo

Pareceristas: Érica Quinaglia , Theophilos Rifiotis, Paula Lacerda, Claudia Fonseca , Cintia Muller, Paula Sandrine Machado, Fabio Reis Mota, Liana de Paula, Adriana Viana e Soraya Fleischer

Categoria Graduação

Coordenadora: Lucía Eilbaum

Pareceristas: Tiago Lemões, Laura Murray, Katiane Silva , Mirian Alves, Flavia Medeiros, Andrea Lobo, Soraya Simões, Marta Fernandez y Patallo e Leticia Carvalho

Os trabalhos premiados representam instituições e estados diversos do Brasil e apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos.

O resultado do VIII Prêmio foi anunciado na Cerimônia de abertura da 31 RBA, no dia 4 de dezembro na Universidade de Brasília, DF. Nessa fase, estamos organizando a **coletânea** a ser publicada com os artigos premiados.

5) Outras atividades e participações:

- a) Acompanhamento da preparação e da visita da equipe de Comissionados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao Brasil, em particular ao estado do Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 12 de novembro de 2018, junto com coletivos e movimentos sociais, em particular nos temas vinculados à segurança pública, militarização, sistema prisional e direitos humanos.

Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Em atenção a solicitação recebida por e-mail da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia gestão 2019/2020, apresentamos a seguir um breve relatório das atividades desenvolvidas no biênio 2017/2018.

A Comissão de Educação Ciência & Tecnologia da ABA foi composta em junho de 2017 a partir de indicação e convites encaminhados pela gestão ABA 2017/2018 e contou com a participação de: Ceres Karam Brum (UFSM), Ana Paula Miranda (UFF), Rodrigo Rosistolatto (UFRJ), Marion Quadros (UFPE), Letícia Cesarino (UFSC).

Nossas primeiras atividades foram a criação de um email da comissão e de um grupo whats app para facilitar nossa comunicação com a ABA e entre os membros da CEC&T. A seguir elaboramos um plano de trabalho e o submetemos a diretoria da Associação. Ao longo dos dois anos de nossa atuação não recebemos nenhum retorno para interlocução a respeito do plano apresentado.

Estamos cientes do momento de crise política e econômica que atravessamos no Brasil e das dificuldades decorrentes em termos de financiamento de ações voltadas a ciência e a educação de um modo geral. Por outro lado, apesar das imensas dificuldades, percebemos que a atual conjuntura favorece a discussão para pensarmos como antropólogos sobre os impasses no campo da educação, ciência e tecnologia no Brasil. É neste sentido que propomos:

- 1) A criação de uma revista eletrônica de Antropologia&Educação a ser hospedada no site da Associação Brasileira de Antropologia;
- 2) Realização de um concurso bianual que premie iniciativas inovadoras no Ensino de Antropologia nas categorias educação básica e superior/pós-graduação;
- 3) Promoção do seminário brasileiro de Antropologia&Educação;
- 4) Organização de uma série de entrevistas com antropólogos que se dedicaram/dedicam a educação no Brasil;
- 5) Promoção de um conjunto de simpósios na próxima Reunião Brasileira de Antropologia sobre: - gênero e educação; - ensino de antropologia no ensino médio (decorrente da implantação do novo ensino médio que invisibiliza o ensino de ciências sociais/sociologia na educação básica), entre outros;
- 6) Proposição de um Simpósio/GT no IUAES 2018 sobre Ensino de Antropologia no mundo.

Das atividades elencadas no Plano de Trabalho que se encontra acima desenvolvemos apenas as atividades concernentes a organização de fóruns/simpósios em alguns eventos tais como no IUAES 2018 e RBA 2018. Ao longo destes dois anos também elaboramos um conjunto de pareceres

solicitados pela diretoria da ABA, bem como moções de repúdio a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio que apoiamos e nos tornamos signatários, em conjunto com ABECS, ANPOCS e SBPC.

Igualmente participamos durante o 18th IUAES de reuniões com a Comissão de Educação da IUAES, visando a participação de atividades conjuntas, tais como a criação de uma Revista.

Pareceres elaborados pela CEC&T 2017/2018

- 1) Parecer sobre o Projeto de Lei Fundos e Centros de Excelência;
- 2) Parecer sobre novo modelo de avaliação da pós-graduação;
- 3) Manifestação sobre a BNCC e Reforma do Ensino Médio;
- 4) Manifestação sobre a produção de documento da CEC&T/ABA para avaliação de pertinência da prevenção de cerceamento de autonomia em sala de aula a pedido de Carusa Gabriela ;

Atividades no 18thIUAES

SP III - Gênero, sexualidade e educação - reflexões sobre dificuldades de inserção de questões de gênero em práticas educativas e utilização da "ideologia de gênero" na educação

Speaker:

Marion Teodosio de Quadros (Universidade Federal de Pernambuco) - Brasil
J. Ignacio Pichardo (Universidad Complutense de Madrid) - Spain
Elisete Schwade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Brasil
Patricia Castagneda (Universidad Nacional Autónoma de México.) - México
Ana Paula Miranda (Universidade Federal Fluminense) - Brasil

SP VI - Culture, learning and education

Speaker:

Ceres Karam Brum (Universidade Federal de Santa Maria) – Brasil
Emma Ford (Royal Anthropological Institute) – United Kingdom
Elizabeth Ann Rahman (University of Oxford) – United Kingdom
Carlos Steil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Brasil
Ana Paula Miranda (Universidade Federal Fluminense) – Brasil
Amurabi Oliveira (Federal University of Santa Catarina) – Brazil
Isabel Carvalho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Brasil

Reuniões com a Comissão de Educação IUAES

Reunião da CEC&T com Lia Zanotta

Atividades 31ª reunião da Associação Brasileira de Antropologia

- 1) Simpósio Especial - Estudos Etnográficos em Educação

SE 04. Estudos Etnográficos em Educação

Rodrigo Rosistolato (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
(Coordenador/a)

Sessão 1

Neusa Maria Mendes de Gusmão (Universidade Estadual de Campinas)
Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina)
Nalayne Mendonça Pinto (UFRRJ)
Ceres Karam Brum (UFSM)
Tânia Dauster Magalhães e Silva (PUC-Rio)
Nazareth Salutto (Universidade Federal Fluminense)
Guillermo Vega Sanabria (Universidade Federal de Viçosa)

FR 05. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ceres Karam Brum (UFSM)

Sessão 1

Lia Zanotta Machado (Presidente da ABA)

Abilio Baeta Neves (CAPES)
Mario Neto Borges (CNPq)
Otavio Velho (UFRJ)
Letícia Cesarino (UFSC)

Sessão 2

Painel 1

Rodrigo Rosistolato (UFRJ)
Haydée Caruso (UNB)
Amurabi Oliveira (UFSC)

Painel 2

Ceres Karam Brum (UFSM)
Clarice Cohn (UFSCar) e Lucia Alberta de Oliveira (SECADI/MEC)
Neusa Maria Mendes Gusmão (UNICAMP)

Sessão 3

Painel 1

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF)
Felipe Souto Maior Cruz (UNEB/UNB)
Luena Nunes Pereira (UFRRJ)

Painel 2

Elisete Schwade (UFRN)
Felipe Fernandes (UFBA)
Perry Scott (UFPE)

- Reunião da CEC&T

Atividades de Rodrigo Rosistolato representando a CEC&T:

42 Encontro Anual da ANPOCS. Mesa redonda sobre os 10 anos do retorno das ciências sociais aos currículos escolares: um balanço da experiência recente, 2018.

Mesa redonda - 50 anos da Faculdade de Educação da UFRJ. Ensino de antropologia em cursos de pedagogia, 2018.

Primeiro encontro regional mineiro de ensino de ciências sociais. A antropologia e a ciência política no ensino médio, 2018.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Ciência para redução das desigualdades. Conferência no Colégio Pedro II. 2018.

Atividades Ceres Karam Brum representando a CEC&T

42ª Encontro Anual da ANPOCS **Mesa redonda sobre os 10 anos do retorno das ciências sociais aos currículos escolares:** um balanço da experiência recente, 2018

Convite para apresentação, em parceria com Marion Quadros, no GI Identidades e vulnerabilidades do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa sobre "Notas sobre Educar no Brasil contemporâneo" no dia 14 de junho de 2019 em Lisboa , Portugal.

Atividades de Ana Paula Miranda representando a CEC&T

Participação nas reuniões do FÓRUM DAS CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS, como membro da Comissão, em representação da ABA, entre março de 2017 a dezembro de 2018.

Indicação de nomes para a composição da CEC&T /ABA 2019/2020

COORDENAÇÃO

- Guillermo Vega Sanabria (UFV)

MEMBROS

- Suzana Cavalheiro de Jesus (UNIPAMPA)

- Marko Monteiro (UNICAMP)

- Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (UFPI)

- Tatiana Arnaud CIPINIUK (UFF)

A título de finalização deste relatório gostaríamos de destacar o apoio recebido por Amurabi Oliveira (UFSC) que participou de muitas de nossas atividades, bem como o apoio de Lia Zanotta Machado na organização e realização do fórum Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: desafios e perspectivas, na 31ª RBA, ocorrida em Brasília em dezembro de 2018.

COMITÊS²

Relatório do Comitê de Antropologia Visual

Antes de mais nada é necessário dizer que a rede de pesquisa em Antropologia Visual no Brasil acumula em seus 20 anos de construção, desde a organização das primeiras edições do Prêmio Pierre Verger, primeiro na RBA de Salvador, uma história compartilhada que aponta pautas específicas da área de Antropologia Visual. A partir das demandas de reconhecimento da produção na área, em 1999, a ABA cria o GTAV. Duas gerações se sucedem agora no acompanhamento das questões da institucionalização da área no Brasil, tema que o CAV/ABA, hoje, tem por função acompanhar.

Assumi a coordenação do Comitê de Antropologia Visual na RBA de João Pessoa, tendo aceito o convite dos colegas ex-coordenadores do CAV Marcos Albuquerque (UERJ) e Claudia Turra-Magni (UFPEl).

O Comitê de Antropologia Visual (CAV/ABA) – gestão 2016/2018, foi formado pelos colegas: Alex Vaillati (UFPE), Ana Paula Alves Ribeiro (UERJ), Claudia Turra-Magni (UFPEl), Luís Felipe Hirano (UFG), Marcos Albuquerque (UERJ), Nilson Almino (UEVAcaraú/CE), Paula Morgado (USP), Rumi Kubo (UFRGS), Viviane Vedana (UFSC) e Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF), na função de Coordenadora do Comitê. Procuramos, então, manter a realização de reuniões periódicas virtuais e presencial no IUAES, que realizou-se em julho na UFSC.

Destacamos abaixo os temas e atividades que esta gestão procurou privilegiar e dar encaminhamento:

Mapeamento da rede de Antropologia Visual no Brasil

Temos trabalhado pelo reconhecimento da amplitude dessa rede, fruto do contexto político anterior, em que houve a expansão das Universidades públicas. Mobilizados pela necessidade de ver-nos para que possamos autoreconhecermo-nos como rede de pesquisa brasileira em Antropologia Visual, realizamos, então, um mapeamento dos núcleos, grupos e Laboratórios de Antropologia Visual no país e encontramos mais de 30 grupos. Os dados dos grupos, com links para as suas páginas está disponível no site que montamos para dar visibilidade à rede. <https://cavantropologiavis.wixsite.com/cavaba>

Para levar a cabo o projeto dispusemos de uma bolsa PIBIC/UFF, que se intitulou *Mapeamento da rede de Antropologia Visual no Brasil: Institucionalização, Reconhecimento e Visibilidade*, coordenado por Ana Lúcia Ferraz.

O levantamento de dados sobre a institucionalização da área da Antropologia Visual no Brasil partiu de um recenseamento dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa e de sua produção. A partir desse trabalho de mapeamento e construção de um banco de dados, temos elementos para avaliar a dimensão da rede e da produção em filmes etnográficos, ensaios fotográficos, hipermídia, instalações e outros formatos em que experimenta a escrita

² Os relatórios do Comitê de Assuntos Internacionais, do Comitê Deficiência e Acessibilidade e do Comitê Estudos Africanos constarão no site da ABA futuramente, no link do respectivo Comitê.

etnográfica; pensar a especificidade da área e avaliar o seu processo de reconhecimento. Outros indicadores da produção na área devem ser mapeados também, como é o caso das teses defendidas e das revistas acadêmicas especializadas, além dos festivais de filmes etnográficos. Os dados são elementos para avaliar a institucionalização da área e o seu processo de reconhecimento acadêmico no Brasil. A disponibilização de tais dados numa plataforma digital e o estudo de seu melhor formato, é o resultado do trabalho proposto.

Realizamos reuniões de planejamento e organização do trabalho, a experimentação de formas para apresentar a cartografia digital da rede de Antropologia Visual brasileira e para o layout do site, dialogando com o layout do site da ABA.

Subprodutos:

- 1) Atualização da lista de e-mails do antigo blog do GTAV, criando uma lista de emails atualizada dos Grupos, Laboratório e Núcleos de Antropologia Visual no Brasil.
- 2) Criação de um Banco de Dados unificado, onde estão todas as informações (organizadas a partir de pastas com uma ficha padrão) de cada Grupo, Laboratório e Núcleo de Antropologia Visual no Brasil.
- 3) Criação de um novo email para o Comitê de Antropologia Visual (CAV) da ABA.
- 4) Concepção e organização das categorias do novo site do CAV.
- 5) Criação, a partir da plataforma Wix, de uma proposta para o site do CAV - ABA.

O site do CAV/ABA e a rede social

A necessidade de visibilizar as atividades da rede e do CAV geraram dois dispositivos diferentes de divulgação: o site do CAV/ABA (a ser vinculado ao site da ABA) e uma página para o CAV na rede social Facebook.

O site apresenta o histórico do Comitê, a amplitude da rede, o Prêmio Pierre Verger, em sua história, publicando os editais e as regras para a itinerância das obras selecionadas pelo edital e as questões da avaliação e uma lista de referências na área. **O site deve ser mantido e atualizado permanentemente para que cumpra sua função.**

Na rede social uma página do CAV/ABA faz circular todos os eventos e atividades organizadas pelos diferentes núcleos, bem como chamadas de eventos ou publicações, festivais, cursos de interesse da antropologia visual, enfim, funciona para notícias mais efêmeras que necessitem divulgação. Esta estratégia parece resultar contatos mais frequentes entre os membros da rede, que tem se apropriado do espaço para vincularem as notícias dos distintos núcleos.

O Prêmio Pierre Verger

Realizamos a Mostra XII Prêmio Pierre Verger do Filme Etnográfico e IX edição do Prêmio Pierre Verger de Ensaios Fotográficos, compartilhando o trabalho de organização da Mostra com os colegas Paula Morgado, presidente do Prêmio, Alexandre Fleming Vale, Ana Lúcia Ferraz, Ana Paula Alves Ribeiro e André Leão.

Avaliamos que foi acertada a decisão de propor a realização do prêmio como um evento que antecede à RBA. E agradecemos o apoio da Comissão Organizadora local da UnB, na pessoa do colega Carlos Sautchuk e à equipe do Iris/UnB, mas também à intermediação da ex-presidente da ABA, profa. Lia Zanotta, que garantiram o apoio da Embaixada da França sediando o evento. Conseguimos a aprovação do Projeto no edital PAEP, o que garantiu a realização do evento, bem como a impressão do Programa da Mostra e demais informações sobre a itinerância do Prêmio pelas Universidades. Os certificados de participação no Prêmio acabam de ser encaminhados aos autores participantes.

Gostaríamos de recomendar que este formato se mantenha, pois esta solução responde ao problema da simultaneidade das atividades durante as RBAs, o que termina por não valorizar o espaço das Mostras de Filmes Etnográficos, sem que concorra com o público dos GTs, Mesas Redondas, Conferencias, Fóruns e outras atividades durante a RBA.

Itinerância do prêmio Pierre Verger

A edição passada (XI e VIII editais de filme e foto) circulou pelas seguintes universidades, entre 2016 e 2018, UFPb, USP, Unifesp, UNESP, UERJ, UFF, UFSC, UENF, devendo retornar à UFPb.

Os dez ensaios fotográficos com cerca de 10 fotos cada, do tamanho previsto no edital (30 x 40), exceto um, de dimensões bem menores (notas de dinheiro). Apenas 6 foram selecionados pelo júri, mas deixamos facultativo aos autores a possibilidade de enviarem para a itinerância (2016-2018). Além dos ensaios impressos, a mostra completa 2016 e a mostra retrospectiva foram organizadas em power Point e em MP4.

A itinerância da Mostra atual (XII e IX editais) começará a sua Itinerância por Brasília, com o apoio da embaixada da França.

Observação: O custo da itinerância física dificulta o transporte da mostra (assim como produz a sua deterioração). Os mecanismos de reprodução e distribuição para a realização de mostras digitais devem ser estudados. Dessa vez funcionou a copiagem digital dos materiais nos congressos intermediários (ANPOCS), entre núcleos de diferentes universidades.

Regras e divulgação da Itinerância

Sistematizamos e publicamos as regras para receber a Itinerância da Mostra do Prêmio Pierre Verger nas Universidades:

A. A instituição que deseja receber os ensaios e filmes deverá solicitar para o responsável do CAV pelo menos com dois meses de antecedência, especificando a data de início e final do evento;

B. O pesquisador solicitante deverá pertencer a uma instituição acadêmica ou a um grupo de antropologia visual;

C. Os filmes e ensaios poderão apenas ser exibidos para o evento solicitado; para qualquer uso suplementar os autores das obras deverão ser consultados;

D. Os solicitantes receberão os filmes em arquivos digitais e os ensaios por correio ou pessoalmente;

E. Os ensaios deverão retornar à instituição sede onde ocorreu a RBA ou ao pesquisador seguinte inscrito para realizar a mostra itinerante – esta restituição é de inteira responsabilidade da instituição que acolhe o material;

F. Para que os ensaios não sejam danificados na sua montagem e desmontagem, pede-se sempre que sejam manuseados com luvas e para a colagem das fotos nos painéis sejam usadas fitas dupla-faces Scotch – Fixa Forte Transparente – Ambiente interno, 12mmX 2m);

G. Em todo material de divulgação deve constar a comissão de organização e júri do Prêmio, o logo da ABA, da RBA (além da instituição acolhedora) e imagem de divulgação do prêmio (que será fornecida quando da confirmação da participação da instituição solicitante na mostra itinerante)

H. Os autores dos ensaios deverão ser notificados com antecedência do evento e um certificado enviado da participação de seu trabalho no evento. Neste certificado deverá constar o logo da ABA, da última RBA e logos dos apoiadores (se houver)

I. Cópia de todo o material de divulgação (cartazes, folhetos e imagens da exposição) deverá ser encaminhado ao responsável do CAV pelas mostras itinerantes.

TV ABA

Sob coordenação de Alex Vailatti e vice-coordenação de Claudia Turra, a TVABA atuou na transmissão de eventos e publicação no canal da TVABA de registros e produções de diversas universidades, além dos materiais do Prêmio Pierre Verger.

GT Imagem e Ciências Sociais/ANPOCS

Propusemos e mantivemos o GT Imagem e Ciências Sociais nos dois últimos encontros da ANPOCS, co-coordenado por Ana Lúcia Ferraz e João Martinho Braga de Mendonça (UFPb).

Participação de representante do CAV na Comissão de Imagem da ANPOCS

Indicamos o colega Luís Felipe Hirano (UFG) que tem participado da organização das atividades da área, como os editais de vídeo, fotografia e

curadoria. Os membros da Comissão da ANPOCS são: Anita Simis, Luis Felipe Hirano e Ana Sallas.

Organização do Fórum Ciências Sociais e Imagem
Workshops do IMS – Uso de Acervos

Mesa Redonda sobre a Avaliação da produção audiovisual

Com Ruben Caixeta, Claudia Turra-Magni e Ana Sallas (que não pode comparecer mas enviou a sua contribuição na forma de um relatório acerca da situação do debate sobre o reconhecimento de produção audiovisual na área da Sociologia).

O campo da Antropologia Audiovisual começa a se desenvolver em laboratórios, diversos quanto a seu momento e condições de criação, fomento e constituição, gradativamente se equiparam ou estão em vias de incremento, e alguns deles ultrapassaram as condições encontradas em núcleos estrangeiros que os inspiraram. Analisamos o vigor do campo da Antropologia Visual nessas duas primeiras décadas e meia de existência, em que seu fortalecimento e a proliferação de sua produção tornaram-se incompatíveis com um sistema de avaliação que desconsidera o esforço e custo suplementares em termos de investimento tecnológico, infraestrutura e saberes próprios da área, levando à reivindicação de uma maior legitimidade e visibilidade institucional.

Em 2008, em Porto Seguro, durante a 26ª Reunião da ABA, os pesquisadores reunidos decidem mobilizar-se para solicitar junto à CAPES que as produções na Antropologia Visual sejam reconhecidas em seu caráter científico e avaliadas enquanto tais, considerando inclusive que tal avaliação seja feita por uma equipe de especialistas com experiência nesse tipo de resultado intelectual.

Cabe, por fim, ressaltar, que o panorama brasileiro não é muito diferente daquele encontrado em outros países, pois, segundo artigo publicado pela ANPOCS, Sylvia Novaes, ao traçar "Os caminhos que antecedem e marcam a Antropologia Visual no Brasil" (2011), dedica o item final ao tema que nos atém e lembra que, já em 2009, o boletim eletrônico da NAFA (Newsletter of the Nordic Anthropological Film Association) publicou uma carta de Peter Crawford, então professor do *Institut of Anthropology/Visual Culture*, da Universidade de Tromsø (Noruega), relatando as dificuldades de reconhecimento das produções audiovisuais como equivalentes do trabalho científico/acadêmico desenvolvido de forma textual. Também em 2001 a *American Anthropological Association* elabora uma declaração sobre o mesmo assunto, publicada em 2001, na revista *American Anthropologist*.

Ao longo dos últimos anos foi elaborada, através do trabalho de uma comissão de antropólogas visuais, um instrumento de avaliação da produção audiovisual, inicialmente chamado **Qualis Imagem**. Esta ferramenta foi utilizada pela segunda vez na CAPES em 2017, para avaliar a produção audiovisual dos programas de pós-graduação da área de Antropologia e Arqueologia. Cabe ressaltar que, no panorama brasileiro, esta é a única área científica onde está sendo realizada uma avaliação deste tipo.

A mesa aqui proposta visa analisar o caminho que permitiu a pioneira afirmação de um plano de avaliação da produção audiovisual no Brasil. Considerando que este processo está ainda nos seus primeiros momentos, é

fundamental uma reflexão, que clarifique, em particular para as novas gerações de pesquisadores, o caminho feito, sua importância para o reconhecimento desta produção. É importante refletir sobre os problemas e fragilidades, bem como as potencialidades e as limitações do processo em curso. Visamos também socializar, no campo das ciências sociais brasileiras, um importante caminho que está sendo percorrido na área da antropologia, para estimular a reflexão sobre a relevância epistemológica da produção acadêmica audiovisual.

Avaliação da Produção Audiovisual – Estado do reconhecimento da produção

Em 2008, o Comitê de Antropologia Visual constituiu uma Comissão para a elaboração de um Roteiro de Avaliação da Produção Audiovisual na área de Antropologia, composta pelas professoras Ana Luiza Carvalho Rocha (UFRGS), Carmen Rial (UFSC), Clarice Peixoto (UERJ), Sylvia Caiuby Novaes (USP) e Carlos Etchevarne (arqueologia UFBA).

Este roteiro instituiu os critérios pelos quais concebemos que nossa produção deva ser avaliada. Até então, nossas realizações em filmes, ensaios fotográficos, hipermídia, estudos de paisagens sonoras não contavam como produção acadêmica, e, no contexto produtivista que se impôs, a elaboração do Roteiro foi uma solução de inclusão de nossa atividade pontuando nos diferentes Programas de Pós-Graduação em Antropologia, nas Universidades públicas brasileiras.

Somente em 2012, a então coordenadora da área de antropologia da Capes, Lia Zanotta Machado (UnB), apresentou ao fórum de coordenadores de PPGAS, a proposta do Roteiro de Classificação da Produção Audiovisual. A proposta original da Comissão sofreu o corte na avaliação dos produtos em hipermídia. O Roteiro apresenta a distribuição de pontuação e definição de quatro estratos de avaliação, denominados AV1, AV2, AV3 e AV4, além da categoria de Não Classificado (NCL) para obras que não atingiram 30 pontos ou que não atenderam aos critérios da área, indicados no Roteiro.

Os coordenadores de PPGAS modificaram a proposta original da Comissão (produtos e pontuação) e aprovaram: 1) o modelo do roteiro de classificação dos produtos audiovisuais com ponderações para atribuição de estratos de qualidade e os pesos a serem atribuídos, 2) a inserção dos produtos audiovisuais como produção intelectual qualificada, 3) a constituição de comissão de avaliação que receba, audite e classifique os produtos audiovisuais, o que vigorou até o ano de 2016.

Alteração de percurso – Plataformas Lattes e Sucupira e os percalços da avaliação

Na reunião de coordenadores de PPGs da área de antropologia, realizada no IUAES, em julho /18 recebemos um convite do representante de área, para enviarmos um representante da área às reuniões da CAPES que elaboraram o Qualis Eventos. Sem compreender exatamente o porque a produção audiovisual deve ser incluída como evento, iniciamos uma série de discussões no interior da rede que gostaríamos de socializar aqui:

Avaliamos que a produção audiovisual em filmes etnográficos, ensaios fotográficos, estudos de paisagens sonoras e produtos em hipermídia deva ser

incluída como produção intelectual, equivalente a artigos, e igualmente pontuados a partir dos critérios que viemos discutindo na última década.

As disparidades entre as plataformas Lattes e Sucupira também são dificuldades que contribuem para que os dados de produção desapareçam, sendo que em avaliações passadas a produção visual na área simplesmente não contou para a nota dos Programas.

Defendemos que inserir a produção visual como evento pontua apenas a circulação da obra e não a obra em si mesma.

Depois de consultar as colegas Cornelia Eckert (UFRGS) e Sylvia Ciauby Novaes (USP) e da impossibilidade de que as colegas assumissem a representação, a colega Lisabete Coradini (UFRN) aceita atuar junto à esta comissão da CAPES, reunindo-se com os representantes das áreas de artes, informática e comunicação, durante o segundo semestre de 2018. Fruto dessa participação, logramos inserir nesse Qualis Eventos a categoria Etnografia Visual, com as subdivisões em Filmes, Fotografia, Paisagem Sonora ou Hipermídia. Consideramos que a inclusão é um avanço, embora recusemos o lugar que nos propõem os colegas, de que a produção audiovisual seja reconhecida e pontue simplesmente como Evento.

Além disso temos pelas categorias que foram elaboradas e aperfeiçoadas em versões sucessivas do Roteiro de Avaliação da Produção Audiovisual, critério a ser seguido nas reuniões da Comissão que recebe os produtos para avaliação. Sabemos, no entanto que, com o crescimento exponencial da produção, conseqüente à expansão da rede, se inviabilizará essa avaliação produto a produto a nível nacional.

Gostaríamos de recomendar que os critérios a serem utilizados na avaliação da produção deve ser o que foi firmado na última versão do Roteiro, publicado no site do CAV/ABA:

<https://cavantropologiaavis.wixsite.com/cavaba/formacao-em-antropologia-visual>

Internacionalização da Rede

Participação na RAM

GT Antropologia do Cinema, com a coordenação de Ana Paula Alves Ribeiro, Debora Breder e Franco Passarelli (Ar).

Acompanhamos a Mostra de Filmes Etnográficos e a Mostra de ensaios fotográficos

IUAES

Painel Experiências de Ensino de Antropologia Visual

Organizado pelos colegas Gabriel Alvarez (UFG) e Mariano Baez Landa (Mex)

Mostra de filmes etnográficos

Organização: Alex Vailatti

Contato com colegas da IUAES, a rede nórdica de Antropologia Visual, representada por Metje Postma, da Universidade de Leiden, deixa a coordenação da área, passando a representação a colegas da China.

Formação em Antropologia Visual

O tema da formação específica na área da Antropologia Visual ainda é polêmico no Brasil, no interior da rede e de nossa Associação. A partir do panorama internacional e das necessidades de formação específica afirmamos o interesse e a necessidade de abirmos o debate sobre a criação de formação em nível de pós-graduação na área.

Uma experiência de formação específica a nível de graduação existiu nos últimos dez anos na UFPb, campus Rio Tinto. As dificuldades do curso devem-se a dificuldades estruturais da implantação de cursos de graduação e a questões internas ao departamento. Por decisão do departamento, o curso não terá novas convocatórias.

Os colegas da UFG também apresentaram um projeto de curso de Pós-Graduação (Mestrado), vinculado com um programa de internacionalização a partir de intercâmbios com universidade no México. O projeto tem potencialidades também porque na UFG há Licenciaturas Indígenas, que muito se beneficiariam de formação na área.

"Um dos paradoxos deste campo disciplinar na academia brasileira. Sua institucionalização na forma de núcleos e laboratórios que funcionam nos principais centros universitários e ao mesmo tempo uma baixa institucionalização como cursos específicos", como diagnosticam Landa e Alvarez (2018).

Ainda não temos nenhum programa de formação em nível de pós-graduação específico em Antropologia Visual no Brasil, o que difere do quadro internacional, em que, na última década, surgem uma série de programas a nível de mestrado. A maturidade da rede e de sua produção demandará o reconhecimento do interesse nesse tipo de formação específica. A especialização na formação dos colegas que produzem etnografias transmidiáticas e/ou em filme põe a questão do mundo mediado por imagens com o qual nos defrontamos, coloca o problema da visibilidade nos processos de produção do conhecimento antropológico.

Indicação da Nova Coordenação do CAV e Presidente do Prêmio Pierre Verger:

Consensuamos, para suceder a esta gestão, devido à sua participação na Comissão da CAPES, o nome da professora Lisabete Coradini (UFRN), que foi apresentado e aclamado em reunião presencial ampliada do CAV durante a última RBA. Igualmente o nome do colega Alexandre Fleming Valle (UFCE) foi proposto, aceito e aclamado pelos membros da rede de pesquisa em Antropologia Visual na mesma reunião.

Ciente dos desafios que o tempo atual nos coloca para pensar e agir, me disponho a seguir colaborando com esta rede para o que seja necessário.

Relatório do Comitê Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Cynthia Andersen Sarti, Luiz Fernando Dias Duarte e Soraya Fleischer

Dando continuidade à participação da ABA na luta pela reformulação do sistema nacional de avaliação da ética em pesquisa no que toca as ciências humanas e sociais, o Comitê prosseguiu ao longo dos anos de 2017 e 2018 com a participação constante de seus membros em eventos envolvendo a questão da implantação da Resolução 510/2016 e da possível implantação de um sistema alternativo. Os professores Luiz Fernando Dias Duarte e Cynthia Andersen Sarti atuaram também como membros do Comitê do mesmo nome no Fórum de Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA). Entre as atividades desenvolvidas pelos membros do Comitê da ABA, enumeramos:

1. Redação de documento do FCHSSA intitulado "A regulação nacional da ética em pesquisa e a especificidade das ciências humanas e sociais", visando reanimar a luta por um novo sistema de avaliação ética para as CHS no MCTIC – 20/02/2017.
2. Coordenação da reação dos CEP/CHS da UNB e da UFRJ à forma como se deu a instalação, em 13 de dezembro de 2017, da Instância prevista no art. 29 da Resolução 510/2016 "para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos das Ciências Humanas e Sociais na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de formação e capacitação na área". Os dois CEP não receberam a circular pedindo indicações, que foram feitas por todos os CEP do país e não pelos CEP de CHS, como reza a referida Resolução – c. 20/03/2017.
3. Envio de mensagem à Coordenadora da Instância CHS/CONEP, Iara Guerrero, reclamando de sua resposta despropositada, recebida em relação ao assunto do item anterior – 22/03/2017.
4. Redação de documento do FCHSSA intitulado "Prossegue a luta por um sistema legítimo de avaliação da ética em pesquisa nas CHSSA", propondo a reabertura das negociações pela criação de um sistema alternativo e expondo aos membros do Fórum a situação mencionada no item 2 acima – 30/03/2017
5. Redação de documento do FCHSSA intitulado "Ameaçado o novo sistema de avaliação da ética em pesquisa nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas", conclamando as associações a manifestarem junto à CONEP sua inconformidade com o andamento do processo – 03/04/2017
6. Redação de um abaixo-assinado conduzido pelo FCHSSA, reclamando junto à CONEP pelo desrespeito à comunidade das CHS: "Por uma regulação nacional da ética em pesquisa que respeite a especificidade das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas!" – 10/04/2017.
7. Entrevista de Luiz F. D. Duarte ao Conselho Regional de Psicologia DF, com Julia Bucher-Maluschke ("Abaixo-assinado propõe construção participativa de

regulação nacional da ética em pesquisa / Associações das CHSSA querem voltar a participar da elaboração do Sistema CEP/CONEP"). <http://www.crp-01.org.br/?p=5506> – 08/06/2017.

8. Participação na Mesa Redonda "Ética, Política e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde", na 69ª Reunião Anual da SBPC, em Belo Horizonte, 16-22/07/2017. A atividade foi proposta pela ANPOCS, coordenada por Cynthia Sarti (ANPOCS e ABA), com a participação de Fernanda Sobral (SBS), Selma Leitão (ANPEPP) e Gilberto Hochman (ABCP), contando com a presença do coordenador do FCHSSA.
9. Participação de Luiz F. D. Duarte em Seminário promovido pelo CEP/CHS/UFRJ e pelo NUBEA/UFRJ sobre "Gradação De Risco e Tipificação De Pesquisa: O Que Importa Para a Avaliação Ética De Pesquisas Nas Áreas De Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas", com a presença do Presidente da CONEP; ocasião em que Duarte denunciou o inaceitável comportamento daquela Comissão em relação à comunidade das CHS, com uma fala intitulada "Gradação de riscos e tipificação de pesquisa: o ponto de vista das associações de CHS" – 13/11/2017
10. Acompanhamento dos relatórios informais elaborados por Martinho Braga Silva sobre as reuniões do GT Tipificação – CONEP, a partir de 23/10/2017.
11. A partir desse acompanhamento, envio de carta dos membros do Comitê da ABA que haviam integrado o GT inicial da CONEP para a elaboração da Resolução de CHS a Sueli Dallari, consultando-a sobre sua participação no novo GT encarregado de examinar a proposta da CONEP de "Conclusões do Grupo de Trabalho para a Harmonização de Propostas Realizadas pelos Grupos de Trabalho do CHS, SUS e Acreditação acerca da Tipificação do Risco / da Pesquisa" e alertando-a para os seus graves erros.
12. Recepção e divulgação da moção da II Reunião de Antropologia da Saúde, consociando-se com o FCHSSA em suas reclamações sobre o comportamento da CONEP – 10/11/2017.
13. Participação de Luiz F. D. Duarte no III Seminário sobre Ética e Integridade Científica/Proppi/UFF e CEP / CHS /UFF, apresentando a situação, à época, da luta pela regulação adequada da ética em pesquisa nas CHS – 13/12/2017.
14. Publicação do Dossiê "Desafios e dilemas da ética em pesquisa em ciências humanas", pela *Revista Mundaú*, vol. 2, p. 8-21, 2017, da UFAL, Maceió, organizado por Cynthia Sarti, Éverton Luís Pereira e Nádia Meinerz. Apresentação de autoria dos organizadores, intitulada "Avanços da Resolução 510/2016 e Impasses do Sistema CEP-CONEP".
15. Participação de Luiz F. D. Duarte na Mesa sobre Ética (comunicação: "Desafios do sistema nacional de avaliação da ética em pesquisa em relação à prática das ciências humanas e sociais"), do XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de História Oral/ UNICAMP – 4/05/2018.
16. Participação de Luiz F. D. Duarte no SP IV – Anthropological research and ethics committees: the problem of informed consent, do 18th IUAES World Congress (Comunicação: "Bioethics as Project and Illusion: The ideology of "informed consent" in the Brazilian system of research ethics review"). Participantes: Luiz

Fernando Dias Duarte, Maria Gabriela Lugones, Mario Pecheny e Susana Rostagnol. Florianópolis – 16/07/2018.

17. A convite da ANPEPP, participação de Cynthia Sarti e Martinho Braga Silva no Fórum de Ética no 17º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, como debatedores de documento apresentado por Selma Leitão. Participaram da mesa também Paula Sandrine Machado e Simone Hüning. O documento apresentava a proposta de criação de um sistema alternativo de ética em pesquisa nas CHS. A discussão e a proposta geraram uma moção aprovada na Assembleia Geral do evento, posteriormente, encaminhada às outras associações integrantes do FCHSSA – 17/07/2017.
18. Encaminhamento pelo FCHSSA do documento da ANPEPP intitulado "Por um sistema alternativo de avaliação ética de pesquisas/CHS" a todas as associações, propondo que se manifestem a respeito, para uma ação conjunta do Fórum – 23/08/2018.
19. A ABA manifestou-se, subscrevendo o documento – 3/11/2018.
20. Realização de Mesa Redonda 008 "Como fazer Antropologia no pós-510?", organizada por Soraya Fleischer, com a participação de Cynthia Sarti, Martinho Braga Silva (IMS/UERJ), Rosana Castro (DAN/UnB) e Giovana Tempesta (DAN/UnB), na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília – 11/12/2018.

O documento encaminhado pela ANPEPP e divulgado pelo FCHSSA, propondo um sistema alternativo foi o último resultado das inúmeras frustrações advindas do intenso trabalho que se iniciou em 2013 com a participação das associações integrantes do Fórum no GT da CONEP para elaboração da Resolução de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais; processo truncado, como foi amplamente relatado nos relatórios anteriores deste Comitê da ABA, que culminou com a Resolução 510/2016.

Em novembro de 2018, foi feita uma avaliação, por Luiz F. D. Duarte e pelo novo Coordenador do Fórum, da reação das associações a esta proposta de um sistema autônomo de avaliação da ética em pesquisa, que revelou um majoritário desinteresse: das 56 associações, 15 se haviam manifestado favoravelmente e nenhuma negativamente.

Relatório do Comitê Gênero e Sexualidade

Sérgio Carrara e Isadora Lins França

1) Composição do Comitê: No biênio 2017-2018, o Comitê foi composto pelos seguintes membros: Coordenador: Sergio Luís Carrara (UERJ), Vice Coordenadora: Isadora Lins França (Unicamp), Ana Paula da Silva (UFF), Camilo Braz (UFG), Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA), Cláudia Fonseca (UFRGS), Fabíola Rohden (UFRGS), Fátima Weiss de Jesus (UFAM), Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA), Flávio Luiz Tarnovski (UFMT), Heloisa Buarque de Almeida (USP), Júlio Assis Simões (USP), Laura Lowenkron (UERJ), Regina Facchini (Unicamp), Rozeli Maria Porto (UFRN).

2) Atividades:

2.1) Encontros e simpósios: No âmbito do 41º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em 2017, o Comitê de Gênero e Sexualidade integrou o Fórum 06 organizado pela Associação Brasileira de Antropologia. Intitulado "Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos" e sob coordenação de Lia Zanotta Machado (UnB) e Antonio Carlos de Motta Lima (UFPE), o FR 06 refletiu sobre o papel da antropologia e dos antropólogos face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de ações do Estado na conjuntura atual. A proposta também teve o objetivo de convidar cientistas sociais e de áreas afins, bem como representantes de instituições públicas governamentais e não governamentais a refletirem coletivamente sobre que tipo de conhecimento tem sido produzido, como isso tem impactado questões de interesse público (conflitos ambientais, territoriais, gênero e sexualidade, raça, etnicidade, patrimônio, educação, entre outros) e seus reflexos em políticas voltadas para os direitos fundamentais. Por fim, pretendeu-se ampliar a discussão sobre novos cenários éticos e políticos a partir dos quais a produção do conhecimento científico tem sido, muitas vezes, depreciada ou até mesmo criminalizada. O Comitê de Gênero e Sexualidade integrou o FR06 na sua 1ª Sessão: Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: gênero, sexualidade, raça e patrimônio. Coordenadora: Regina Facchini (UNICAMP). Participantes: Júlio Simões (USP) e Isadora Lins França (Unicamp), Lorenzo Macagno (UFPR), Izabela Maria Tamasso (UFG). Debatedoras: Marcia Lima (USP), Flávia Biroli (UnB).

No âmbito da 31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em 2018, o Comitê de Gênero e Sexualidade organizou um Simpósio Especial intitulado Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos, com coordenação de Sérgio Carrara e Isadora Lins França. Na esteira de simpósios organizados em RBAs anteriores (2012, 2014, 2016) pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, o SE discutiu a "reação conservadora", que tem como um dos pontos centrais de articulação a crítica aos conceitos de gênero e de sexualidade, bem como às proposições políticas que, buscando promover a cidadania de diferentes categorias sociais, deles emanam ou neles se enredam. A primeira sessão deu continuidade ao debate sobre religião e conservadorismos, apontando para as diferentes convenções e moralidades relacionadas a gênero e a sexualidade no campo religioso e para sua diversidade interna. Em seguida, abordou-se o cenário no qual a violência não apenas é perpetrada, mas também administrada pelo Estado, em arranjos que interpelam diferencialmente os sujeitos na medida em que gênero e sexualidade articulam-se a outras categorias. Na terceira sessão, a "reação conservadora" disputa espaço e convive com a emergência de novos sujeitos e novas formas de organização política que situam gênero e sexualidade como arenas de

intensa transformação nos nossos dias. As sessões foram organizadas da seguinte maneira: 1ª sessão – Moralidades, conservadorismos e religião - Coordenação: Isadora Lins França (UNICAMP). Participantes: Jacqueline Moraes Teixeira (USP), Ronaldo Almeida (UNICAMP), Vanessa Leite (UERJ). Debatedor: Sérgio Carrara (UERJ); 2ª sessão - Violências, Estado e interseccionalidades. Coordenação: Sérgio Carrara (UERJ). Participantes: Roberto Efrem Filho (UFPB), Paulo Victor Leite Lopes (UFRN). Debatedora: Maria Filomena Gregori (UNICAMP); 3º sessão - Novos sujeitos e novas formas de organização ativista. Coordenação: Isadora Lins França. Participantes: Carla de Castro Gomes (UFRJ), Mário Felipe de Lima Carvalho (UERJ), Regina Facchini (UNICAMP). Debatedor: Júlio Assis Simões.

Em colaboração com a Associação Brasileira de Antropologia, em junho de 2018, o Comitê de Gênero e Sexualidade organizou a Oficina Gênero, sexualidade e direitos fundamentais: o conhecimento científico em questão. O objetivo da atividade era dialogar com associações científicas, movimento social e operadores do direito em torno de temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos tendo como horizonte a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade. Debateu-se o impacto desse conhecimento sobre questões de interesse público e políticas públicas; o tratamento que tem recebido na esfera pública brasileira; suas implicações éticas e políticas e possíveis cenários, inclusive de colaboração, futuros. Reunindo cerca de 40 participantes de diferentes inserções, a oficina contou com a seguinte programação: Abertura: Lia Zanotta Machado (Presidenta da Associação Brasileira de Antropologia), Regina Facchini (coordenação da Oficina/Associação Brasileira de Antropologia). Mesa: "Atual conjuntura das políticas e direitos sexuais e reprodutivos no país: desafios e possibilidades". Coordenação: Isadora Lins França (Associação Brasileira de Antropologia). Participantes: Sérgio Carrara (Associação Brasileira de Antropologia), Sônia Corrêa (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; Sexuality Policy Watch), Julian Rodrigues (Aliança Nacional LGBTI e Movimento Nacional de Direitos Humanos), Keila Simpson (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Kenarik Boujikian (Tribunal de Justiça de SP; Associação Juizes para a Democracia), Sergio Suiama (GT Direitos Sexuais e Reprodutivos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF), Lia Zanotta Machado - (Associação Brasileira de Antropologia). Painel "A produção de conhecimento em tempos sombrios: articulações com gênero e sexualidade". Coordenação: Júlio A. Simões (Associação Brasileira de Antropologia). Ricardo Mariano (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), Elisabeth Macedo (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Pedro Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia), Liliane de Oliveira Caetano (Conselho Federal de Serviço Social), Cristiane Cabral (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Maria Amélia Veras (Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo). Debate aberto: "Construindo possíveis futuros". Coordenação:

Regina Facchini (Associação Brasileira de Antropologia). Provocação inicial: Lia Zanotta Machado (Associação Brasileira de Antropologia). A partir dos debates realizados, planeja-se a elaboração de uma publicação.

2.2) Incidência Política

O Comitê de Gênero e Sexualidade participou das seguintes iniciativas:

- Nota do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA em defesa da resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio do seu Comitê Gênero e Sexualidade, manifesta seu apoio à resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, vedando explicitamente a participação desses profissionais em eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. 22/09/2017 – disponível em http://www.aba.abant.org.br/files/20170922_59c557002b425.pdf

- Nota da ABA e de seu Comitê de Gênero e Sexualidade sobre a PEC 181/15

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) através de seu Comitê Gênero e Sexualidade torna pública sua profunda preocupação diante do grave risco de violação dos direitos das mulheres, caso a Proposta de Emenda Constitucional 181/15 seja aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. 16/11/2017 – disponível em http://www.aba.abant.org.br/files/20171116_5a0ddd87c25e8.pdf

- Manifestação da ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade sobre a proibição dos estudos de gênero nas Universidades húngaras 11/09/2018 – disponível em http://www.aba.abant.org.br/files/20180913_5b9a64f135a62.pdf

2.3) Publicações

O Comitê de Gênero e Sexualidade esteve envolvido no Dossiê “Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas”, publicado na Revista de Antropologia da USP (v. 61, n. 1) no ano de 2018. Resultado da participação no FR06 organizado no 41º Encontro Anual da ANPOCS, Sérgio Carrara (UERJ), Isadora Lins França (UNICAMP), Júlio Assis Simões (USP) publicaram artigo intitulado “Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade”, com o seguinte resumo: “As últimas décadas, gênero e sexualidade circunscreveram um inovador campo de crescente produção intelectual, tornando-se ao mesmo tempo foco significativo de incidência política para antropólogas e antropólogos no Brasil. Com vistas a iluminar disputas em jogo no contexto brasileiro atual, em que o conhecimento que produzimos vem sendo duramente atacado, revisitaremos alguns documentos de posicionamento público, divulgados pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ao longo

dos últimos anos. Propomos uma reflexão sobre o tipo de conhecimento que temos produzido sobre gênero e sexualidade, como ele tem impactado o debate público acerca dessas questões e como tem afetado os modos como nossa própria prática científica vem sendo socialmente percebida e avaliada". Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145514>

Encontra-se em elaboração o artigo "Gênero: um conceito mal falado", com a assessoria de profissionais contratados pela ABA, em que Sérgio Carrara e Isadora Lins França apresentam um texto para ampla divulgação sobre os usos do conceito de gênero no atual contexto político, particularmente no que refere à categoria "ideologia de gênero".

Estuda-se ainda a possibilidade de publicação decorrente do Simpósio Especial Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos, realizado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2018.

Relatório do Comitê de Laudos Antropológicos

Finalidades e competências

O Comitê de Laudos Antropológicos foi criado durante a gestão 2017-2018 da ABA. O intuito com sua criação foi dar continuidade, de forma mais sistemática e com uma agenda mais ampla, às atividades realizadas nas gestões anteriores pela então existente "assessoria da presidência", destinada às questões que envolvem os laudos.

Com sua criação, o Comitê tinha como objetivos acompanhar as atividades relativas aos laudos antropológicos, seja na esfera administrativa, seja na judicial. Entre suas competências era previsto:

- 1) realizar e fomentar reflexões sobre os laudos como modalidade específica de produção antropológica, considerando aspectos metodológicos e éticos;
- 2) atender a demandas postas à ABA de modo geral, concernentes aos laudos antropológicos;
- 3) prestar suporte a instituições de ensino superior que busquem implementar disciplinas e/ou debates (palestras, oficinas, etc.) sobre laudos antropológicos;
- 4) promover e/ou participar de cursos e oficinas voltados a oferecer subsídios à esfera do Direito (Procuradores e Juízes Federais e Estaduais), governamental (órgãos administrativos) e/ou ONGs, sobre metodologia e teoria antropológicas na confecção de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas e quilombolas, na elaboração de perícias sobre questões territoriais, ambientais, criminais, adoção e tutela, etc.

O Comitê de Laudos, assim instituído, teve a seguinte composição:

Coordenador: Fabio Mura (UFPB); **Vice coordenadora:** Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA)

Integrantes: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB); Ana Flávia Moreira Santos (UFMG); Jane Felipe Beltrão (UFPA); Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL) e Sérgio Góes Telles Brissac (MPF-CE).

Atividades desenvolvidas durante a gestão da ABA 2017-2018

1) Elaboração de projeto/plano de atividades, com previsão de produtos, a ser viabilizado no quadro da proposta da ABA junto à Fundação Ford.

2) No âmbito, então, do projeto ABA/Ford, como uma parceria entre o Comitê de laudos e a Comissão de Direitos Humanos da ABA foi realizado o seminário intitulado "Laudos & Direitos Humanos: Antropologia em Ação". Tal seminário ocorreu nos dias 26 e 28 de junho de 2018, na sede do IPHAN, em Belém (PA), e foi financiado por meio do projeto ABA/FORD. Partindo do tema *Povos Indígenas e Populações Tradicionais em tempos urgentes*, discutiram-se questões referentes às condições de elaboração de laudos antropológicos, assentadas no diálogo com as ações que os interlocutores requisitam dos/as antropólogos/as em vistas de um Brasil que respeite os preceitos constitucionais em relação às demarcações e à justiça plural.

Organizadoras/es: Eliane Cantarino O'Dwyer – UFF|UFPA; Jane Felipe Beltrão – UFPA; Antonio Carlos Cruz Villas – secretário do PPGA/UFPA; Osmarina Gato Barbosa – secretária da PAPIT/UFPA.

Participantes: Jane Felipe Beltrão – UFPA; Lucía Eillbaum – UFF; Sérgio Góes Telles Brissac – MPF-CE; Fabio Mura - UFPB; Alexandra Barbosa da Silva – UFPB; Andrea Zhouiri – UFMG; Uwira Xakriabá – UFPA; Ana Flávia Moreira Santos – UFMG; Rosa Elizabeth Acevedo-Marin – UFPA ; Eliane Cantarino O'Dwyer – UFF e UFPA e Pablo Quintero – UFRGS.

3) Reunião do Comitê de Laudos, realizada no último dia do seminário de Belém, em que se discutiram 2 pontos: 1) os termos de uma publicação bibliográfica (conforme previsto no projeto ABA/Ford) e 2) a pertinência de elaboração de normativa pela ABA referente às competências necessárias à elaboração de laudos/perícias antropológicos e para a indicação de sócios/as, pela ABA, a órgãos solicitantes. No primeiro caso, concordou-se por uma publicação resultante das apresentações e debates justamente realizados no seminário. Quanto ao segundo ponto, o comitê considerou-o positivamente. Em seguida, reuniu-se com a presidenta da ABA, Lia Zanotta (em participação via Skype), para discutir especificamente a possibilidade de uma normativa da ABA, reguladora para demandas de organismos públicos. O consenso resultante foi pela pertinência e a necessidade de uma tal normativa.

4) No âmbito da "Sessão afro/indígena" da 70ª reunião anual da SBPC, organização de (e participação na) mesa redonda "*Laudos antropológicos, conflitos territoriais e afirmações identitárias indígenas e quilombolas no Brasil contemporâneo*". A reunião da SBPC foi realizada na UFAL, em Maceió, entre os dias 23 e 28 de julho de 2018. O tema da mesa foi "[buscar] tecer reflexões sobre os conflitos fundiários oriundos das reivindicações territoriais promovidas

por indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, sobre as construções identitárias por eles desenvolvidas, bem como sobre as confecções de laudos antropológicos que dizem respeito a estas situações. As comunicações se referem tanto a casos etnográficos específicos, quanto ao panorama geral, focando a atenção nas políticas promovidas por essas populações e aquelas voltadas a contrastar o reconhecimento de seus direitos territoriais. Em particular modo analisar-se-ão as motivações e os efeitos da CPI da FUNAI e do INCRA, que foi voltada a criminalizar lideranças comunitárias, servidores destes órgãos e profissionais da Antropologia - estes últimos contratados pelo próprio Estado para a realização de relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de territórios etnicamente diferenciados, visando atender às exigências da Constituição Federal de 1988".

Coordenação: Fabio Mura (UFPB).

Palestrantes: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA); Claudia Mura (UFAL) e Fabio Mura (UFPB).

5) Elaboração de resolução normativa para os laudos/perícias, no processo a seguir. Debate e elaboração de minuta pelos membros do Comitê; encaminhamento da minuta às demais comissões e comitês da ABA atinentes ao tema, para apresentação de sugestões/observações suas. Discussão do texto da minuta pelo Conselho Diretor da ABA no 42º encontro da ANPOCS (22 a 26 de outubro de 2018). A partir de observações feitas nesta reunião, o texto foi finalizado, sendo então, na sequência, apresentado e discutido na reunião do Conselho Diretor na 31ª RBA (09 a 12 de dezembro de 2018), quando foi aprovado. Este texto final "*Estabelece requisitos de formação, competência e experiência profissional para a indicação de associadas/os por esta associação para a realização de laudos antropológicos*". Na ocasião foi discutida a necessidade de uma atualização do Código de ética da ABA, em diálogo com profissionais do Direito (do MPF e/ou da 6ª Câmara da PGR), com o Conselho aprovando este encaminhamento.

6) No âmbito da 31ª RBA (UnB, 9 a 12 de dezembro de 2018), organização do (e participação no) Simpósio Especial "*Laudos Antropológicos: um balanço crítico*". Resumo do Simpósio: "Os laudos antropológicos revelam-se peças fundamentais nos processos de reconhecimento de direitos individuais e/ou coletivos, social ou etnicamente diferenciados. Longe de serem meros trabalhos técnicos (em âmbito administrativo ou judicial), eles representam um gênero específico de produção antropológica, requerendo cada vez mais a atenção da disciplina. O presente simpósio pretende traçar um balanço sobre este tipo de produção, dentro e fora dos muros acadêmicos, focando principalmente a atenção sobre as situações de conflito e suas peculiaridades etnográficas – que geralmente caracterizam a produção dos laudos. Destacar-se-ão também aspectos práticos, teóricos e metodológicos na elaboração seja de relatórios para fins administrativos, seja de perícias judiciais, bem como experiências de análise dos mesmos em processos de ensino, no nível da graduação e da pós-graduação, em minicursos ou outras formas de capacitação e em consultorias antropológicas".

Coordenação: Fabio Mura (UFPB) e Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA).

Expositores: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Ana Flávia Santos (UFMG), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF e UFPA), Fabio Mura (UFPB), Jane Beltrão

(UFPA), Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL), Pablo Quintero (UFRGS), Sérgio Brissac (MPF-CE) e Thereza Menezes (UFRRJ).

7) Indicação de nomes para a realização de laudos periciais sob solicitação da Justiça Federal e do Ministério Público Federal.

8) Envio de subsídios para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário do estado de Minas Gerais, sob sua solicitação, voltados a auxiliar na produção de uma normativa interna a este estado da federação. A solicitação tinha como fim o objetivo do órgão em regulamentar as competências de profissionais para a elaboração de laudos em contexto fundiário, especificamente envolvendo comunidades tradicionais.

9) Discussão sobre demanda da Justiça do estado de Minas Gerais de laudo referente a concurso público envolvendo cota racial.

Relatório do Comitê Migrações e Deslocamentos

O comitê desenvolveu, em conformidade com sua atuação desde os últimos anos, atividades estritamente políticas, por um lado, e iniciativas acadêmicas, por outro. Tanto umas como outras tiveram como objetivo a produção de uma reflexão crítica sobre a atual situação das populações migrantes, sobre deslocados por grandes projetos e ainda outras formas de deslocamento humano. Em seguimento ao nosso envolvimento com as diferentes fases da formulação de uma nova lei da migração, grande atenção foi dada, entre 2017 e 2018, à regulação dessa nova lei de migração (13445/2017).

Abaixo, listamos nossas atividades desenvolvidas no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos. Não estamos, portanto, considerando, nossa produção acadêmica individual.

Notas e petições

1) Participação nas discussões da nova lei de migração. O Substitutivo da Câmara dos Deputados 7, de 2016, foi votado pelo plenário do Senado Federal no dia 18 de abril de 2017. Seu texto foi resultado de um amplo debate, do qual participaram governo, sociedade, especialistas e organismos internacionais. O palco do debate foi a Comissão Especial criada para relatar o Projeto de Lei 5655, de 2009, do Presidente Lula, ao qual o Projeto de Lei do Senado 288, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) foi apensado. O Comitê de Migrações e Deslocamentos esteve presente na maioria das Audiências Públicas que ali aconteceram e encaminhou sugestões de emendas.

2) O *Comitê Migrações e Deslocamentos* da ABA manifestou apoio às emendas à medida provisória nº 820 de 15 de fevereiro de 2018. A elaboração das emendas (http://www.aba.abant.org.br/files/20180227_5a959ad932581.pdf)

contou com o apoio técnico de Márcia Anita Sprandel, membro do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA.

3) ABA e seu Comitê Migrações e Deslocamentos manifestaram preocupação com o destino do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, informativo da ABA 18, de 11 de novembro de 2017 http://www.aba.abant.org.br/files/20171110_5a05bae78e41b.pdf.

4) Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA assinou nota pública de repúdio à xenofobia contra venezuelanos e venezuelanos em Roraima. Informativo 4, 28/02/2018 em: <http://www.missaospaz.org/single-post/2018/02/09/Nota-p%C3%BAblica-de-rep%C3%BAdio-%C3%A0-xenofobia-contra-venezuelanas-e-venezuelanos-em-Roraima>

5) Entidades da sociedade civil, incluindo o Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, enviaram ofício ao Ministério da Justiça para participação na regulamentação da Nova Lei da Migração. Informativo 07/2017, de 11/05/2017

6) Elaboração de Carta aberta do comitê de Migrações e deslocamentos sobre a nova Lei de Migração 13.455/17: Direitos Humanos ou a judicialização da Migração. http://www.aba.abant.org.br/files/20171207_5a2959080b0a4.pdf

7) Representações do Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA (informativo 10/2018, de 24/04/2018). No dia 13 de abril de 2018, Marcia Anita Sprandel representou o Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA, como debatedora, no Painel "Trabalho indígena: perspectivas, práticas de coletas ressignificadas em território urbano, exploração de mão de obra e tráfico de pessoas", por ocasião do simpósio "Desafios e perspectivas sobre temas atuais dos direitos indígenas no Brasil" (evento integrante do projeto "30 anos da Constituição Cidadã e 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos"), promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União em parceria com a Universidade Católica de Brasília (UCB). Ao seu lado, na mesa, estavam a Procuradora da República Débora Duprat, o Procurador do Trabalho Luis Camargo e Tais Dumet Faria, representante da OIT.

8) No dia 18 de abril, Marcia Anita Sprandel representou o Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA em Audiência Pública realizada no Senado Federal com o objetivo de discutir a Medida Provisória nº 820, de 2018, sobre o atendimento de migrantes que cheguem ao Brasil em situações de crise humanitária. Participaram da atividade, além de Marcia Sprandel, a Irmã Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos, Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos e Letícia de Carvalho, da Missão Paz. A sessão foi presidida pelo Senador Paulo Paim e pela Deputada Bruna Furlan

Entrevistas

1) Migrações: A polêmica global cresce no Brasil in <http://outraspalavras.net/brasil/refugiados-a-polemica-global-chega-ao-brasil/> Entrevista de Bela Feldman-Bianco, como coordenadora do Comitê Migrações e

Deslocamentos. Divulgação Blog Outras Palavras, Jornal da Ciência, Informativo da ABA, 14/02/2017, 60 minutos.

2) Entrevista de Bela Feldman-Bianco sobre a nova lei das migrações no link <http://wp.me/p15fon-26gZ> , como coordenadora do comitê migrações e deslocamentos da ABA e representante da SBPC no CNlg. Fevereiro de 2017

3) Entrevista de Bela Feldman-Bianco em áudio sobre a Nova Lei das Migrações, como coordenadora do Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA e representante da SBPC no Conselho Nacional de Imigração (CNlg), que está no ar in Oxigênio, Programa de Jornalismo e Divulgação Científica Labjob/Web Radio Unicamp. É só clicar <http://oxigenio.comciencia.br/wp-content/uploads/2017/03/33-03-PautaPrinc-BelaFeldman.mp3> . Março de 2017, reproduzido no informativo da aba 04/2017, 23/03/2017

4) Programa Diálogos TV da UnB.

5) Professores discutem panorama das migrações internacionais (Bela Feldman-Bianco, como ex-presidente da ABA e coordenadora do Comitê Migrações e Deslocamentos, com Leo Cavalcanti (ObMigr /UnB) <https://www.youtube.com/watch?v=XZJh7Y9UgI411/12/2018>, 20 minutos

6) <http://www.migraredireito.org.br/> referente à campanha ora em curso de envio de mensagens aos senadores e senadoras em prol da aprovação da nova lei da migração

Organização de eventos

1) XII Reunion de Antropología del Mercosur experiencias etnográficas: desafíos y acciones para el siglo XXI, Posadas - Misiones (4 a 7 de dezembro de 2017). Atividades organizadas em conjunto com o *GT Migraciones, Tensiones y Desigualdades* da CLACSO.

Mesa redonda "*Desplazamientos, Desposesión y violencias*". Coordenação: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP). Debatedor: Gabriel Feltran (UFSCar/CEBRAP)

Palestrantes: Séverine Duran (CIESAS/México); Sergio Caggiano (CONICET/UNLP); Liliana Sanjurjo (UERJ)

Grupo de Trabalho "*Migraciones y Desplazamientos: Perspectivas Latinoamericanas*."

Coordenação: Sergio Caggiano (CONICET/UNLP). Debate: Liliana Sanjurjo (UERJ)

2) 31ª RBA. Fórum Políticas Migratórias e seus Paradoxos: securitização, militarização e humanitarismo para a 31ª RBA.

3) Propostas já aceitas para a XII RAM (Porto Alegre, 2019).

Atividades organizadas em conjunto com o *GT Migraciones, Tensiones y Desigualdades* da CLACSO.

Grupo de Trabalho: *Migraciones y Desplazamientos: Perspectivas Latinoamericanas en tiempos de giro a la derecha*.

Coordenadores: Liliana Sanjurjo (UERJ); Luis Eduardo (Universidad Central de Chile); Guilherme Mansur Dias (Independente)
Debatedores: Guillermo Acuña González (Universidad Nacional Costa Rica); SERGIO CAGGIANO (CIS - IDES / CONICET); Igor Machado (UFSCAR)
Mesa Redonda: Desplazamientos, migraciones, desposesión y violencias en el contexto del giro regional a la derecha.
Coordenador: Sergio Caggiano (CIS - IDES / CONICET) Debatedora: Liliana Sanjurjo (UERJ)
Palestrantes: Igor Machado (UFSCAR); Guillermo Acuña González (Universidad Nacional Costa Rica); Luis Eduardo (Universidad Central de Chile)

Publicações

FELDMAN-BIANCO, Bela. "Migrações e Deslocamentos: políticas nacionais, políticas globais e movimentos sociais" (introdução à seção Antropologia, Migrações e Deslocamentos, composta por cinco capítulos do livro *A Antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário* (org. Antônio Carlos de Souza Lima, Jane Felipe Beltrão, Andrea Lobo, Sergio Castilho, Paulo Lacerda e Patrícia Ozório). ABA Publicações e E-papers, 2018, 547-551.

FELDMAN-BIANCO, Bela " Memórias de Lutas: Brasileiros no Exterior (1993-2010). Versão Atualizada. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Jane Felipe Beltrão; Andrea Lobo; Sergio Castilho; Paula Lacerda; Patricia Osorio. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Brasília: Coedição Editora E-papers / ABA publicações, 2018. Pp 552-570..

Artigo publicado no dossiê "*Antropologia, migrações e deslocamentos*" organizado no âmbito do *Comitê Migrações e Deslocamentos*" (ABA)

SANJURJO, Liliana. "Nossos mortos têm voz: deslocamentos sociais, afetos e ação política em perspectiva comparativa". In: Antonio Carlos de Souza Lima; Jane Felipe Beltrão; Andrea Lobo; Sergio Castilho; Paula Lacerda; Patricia Osorio. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Brasília: Coedição Editora E-papers / ABA publicações, 2018. pp. 629-650.

Artigo publicado no dossiê "*Antropologia, migrações e deslocamentos*" organizado no âmbito do *Comitê Migrações e Deslocamentos*" (ABA)

MACHADO, Igor José de Renó. O imigrante e o Estado da diferença. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Jane Felipe Beltrão; Andrea Lobo; Sergio Castilho; Paula Lacerda; Patricia Osorio. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Brasília: Coedição Editora E-papers / ABA publicações, 2018. pp. 595-610.

Artigo publicado no dossiê "*Antropologia, migrações e deslocamentos*" organizado no âmbito do *Comitê Migrações e Deslocamentos*" (ABA)

DIAS, Guilherme Mansur. Governabilidade migratória e organismos internacionais. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Jane Felipe Beltrão; Andrea Lobo; Sergio Castilho; Paula Lacerda; Patricia Osorio. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Brasília: Coedição Editora E-papers / ABA publicações, 2018. pp. 611-628.

Artigo publicado no dossiê "*Antropologia, migrações e deslocamentos*" organizado no âmbito do *Comitê Migrações e Deslocamentos*" (ABA)

PISCITELLI, A. G. Antropologia, prostitutas e migrantes: produção de conhecimento e atuação política In: *A antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Rio de Janeiro : Epapers, 2018, v.1, p. 411-433.

SPRANDEL, Márcia Aninata. Lei de migração: avanços em um contexto de atrasos. In: Antonio Carlos de Souza Lima; Jane Felipe Beltrão; Andrea Lobo; Sergio Castilho; Paula Lacerda; Patricia Osorio. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Brasília: Coedição Editora E-papers / ABA publicações, 2018. pp. 571-594.

Artigo publicado no dossiê "*Antropologia, migrações e deslocamentos*" organizado no âmbito do *Comitê Migrações e Deslocamentos*" (ABA)

Relatório do Comitê Patrimônios e Museus

Coordenação: Regina Abreu – UNIRIO

Vice-coordenação: Simone Pondé Vassallo – UFF

Membros: Antonio Augusto Arantes (UNICAMP), Izabela Tamasso (UFG), Jorge Eremites de Oliveira (UFPE), José Nascimento Junior (UNIRIO), Julie Cavginac (UPRN), Lucia Hussak van Velthem (Museu Emílio Goeldi), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), Mário Chagas (UNIRIO), Patrícia Osório (UFMT), Renata de Sá Gonçalves (UFF) e Renato Monteiro Athias (UFPE).

A composição do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA buscou atender aos seguintes critérios: a) distribuição pelas diferentes regiões que compõem o território nacional; b) distribuição pelas diferentes áreas de atuação, tais como: patrimônio afrodescendente, patrimônio indígena, patrimônio urbano, museus indígenas, museus comunitários, arqueologia, dentre outros; c) experiência, reconhecimento e representatividade na área de atuação.

As ações do Comitê visaram incentivar, promover e divulgar a reflexão e o debate relacionados aos temas dos patrimônios e dos museus. Estes dois campos de atuação são historicamente carregados de uma conotação política diretamente relacionada à construção e consolidação das identidades nacionais.

Nas últimas décadas, diversas políticas culturais democratizantes incentivaram a participação de movimentos sociais e grupos subalternizados e contribuíram para a representatividade de populações até então invisibilizadas pelas grandes narrativas da nação. Essas novas políticas se atrelavam a outras mais amplas que visavam o direito à diferença, o reconhecimento do pluralismo cultural, a demarcação territorial, a promoção de políticas educacionais e de saúde voltadas para particularidades histórico-culturais.

No entanto, os acontecimentos políticos que vêm ocorrendo nos últimos anos, de caráter conservador, estão levando à redução ou extinção dessas políticas, ao enfraquecimento ou à dissolução dos órgãos estatais encarregados da sua implementação, à vulnerabilização das populações por elas atendidas, à criminalização dos movimentos sociais e dos próprios antropólogos. Portanto, o campo dos patrimônios e dos museus adquire hoje uma nova conotação política que consistiu no foco privilegiado da atuação do Comitê.

Nesse sentido, e entendendo que patrimônios e museus consistem hoje em áreas transversais que tangenciam outros campos de atuação, o Comitê buscou promover o diálogo tanto com antropólogos de outras áreas – como os que se dedicam às questões indígenas e quilombolas – quanto com lideranças de movimentos sociais indígenas, afrodescendentes, de favelas, dentre outros.

Também buscou se posicionar e dar visibilidade a eventos cruciais que ocorreram em 2018 e que estão diretamente relacionados a esse novo cenário político: o incêndio de enormes proporções que destruiu o prédio e o acervo do Museu Nacional da UFRJ e seus desdobramentos, como a ameaça de dissolução do IBRAM e criação da ABRAM; a intensificação da desqualificação das universidades públicas; as ameaças de privatização das mesmas; a possibilidade de criminalização de seus principais dirigentes.

Com esse intuito, realizamos eventos, publicações e moções listados abaixo e gostaríamos de destacar as ações do Comitê relacionadas ao incêndio do Museu Nacional. Em plenária ocorrida em 09/12/2018, durante o pré-evento "Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo", que organizamos na 31ª RBA, o Comitê elaborou a Carta de Brasília (que segue em anexo) e uma agenda de atividades para os próximos anos, que será encaminhada dentro em breve junto com o Plano de atividades para o biênio 2019-2020.

Em relação às ações internacionais, dentre as que foram realizadas, o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA gostaria de ressaltar a criação em 2015 do Fórum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural, por iniciativa do prof. Antônio Augusto Arantes. O Fórum visa criar e consolidar uma rede internacional de instituições que se proponham a proteger e salvaguardar o patrimônio imaterial.

Com esse intuito, em 2017 e 2018, foram realizadas reuniões de Grupo de Trabalho e eventos científicos em congressos nacionais e internacionais, como durante o Intercongresso do IUAES em Ottawa, em 2017, e o 18º Encontro Mundial do IUAES em Florianópolis, em 2018. O prof. Antônio Arantes assumiu a direção do Fórum desde a sua criação até dezembro de 2018, quando seus membros se reuniram e indicaram Michel Bouchard, da University of Northern British Columbia, no Canadá, como novo diretor. O Fórum tem uma atuação em rede e engloba as seguintes instituições: American Anthropological Association (AAA); Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Latino-americana de Antropologia (ALA); Canadian Anthropology Society/Société Canadienne d'Anthropologie (CASCA); Centro Regional de Investigaciones

Interdisciplinares, Universidad Autónoma de México (CRIM); Colégio de Etnólogos y Antropólogos Sociales (CEAS); Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB); Society for American Archaeology (SAA).

2017

1) V Congresso da ALA (Associação Latino-Americana de Antropologia), de 6 a 9 de junho 2017, em Bogotá/Colômbia
Entre os dias 6 e 9 de julho o Comitê esteve presente de diferentes maneiras no V Congresso da ALA, na Universidad Javeriana, em Bogotá, com as seguintes atividades:

- Simpósio "Memória, espaço e afrodescendência", coordenado por Simone Pondé Vassallo (UFF) e Stella Rodrigues (UFRJ)
- Simpósio "Processos de patrimonialização: pós-colonialidade e descolonialidade no contexto da América Latina", coordenado por Izabela Tamaso (UFG) e Monica Lacarrieu (Universidad de Buenos Aires/ UBA)
- Simpósio "Políticas culturales, participación social y performances en ciudades latinoamericanas", coordenado por Renata de Sá Gonçalves (UFF) e Hernan Morel (Universidad de Buenos Aires/UBA)
- Simpósio Memória, Espaço e Afrodescendência, com Simone Vassallo e Stella Rodriguez (organizadoras) e palestrantes, durante o V Congresso da ALA, em Bogotá, junho de 2017

2) IV EMBRA – ENCONTRO BRASIL-MÉXICO DE ANTROPOLOGIA, em 05 e 06 de outubro de 2017, na UNICAMP

O Comitê esteve presente no Painel 5 – Patrimônio, memória e democracia. A contribuição da Universidade, no dia 06/10, das 14h às 16h, no Auditório Fausto Castilho, IFCH, através da participação do Prof. Antônio Augusto Arantes como coordenador e de Simone Vassallo como expositora. Segue abaixo a composição e a proposta do painel:

Coordenador: Antonio Arantes (Antropologia, UNICAMP); Debatedor: Christiano Tambascia (Antropologia, UNICAMP)

Participantes: Simone Vassallo (Antropologia, UFF, Comitê Patrimônios e Museus/ABA), Leonardo Castriota (Escola de Arquitetura, UFMG, ICOMOS/Brasil),

Marcos Tognon (História da Arte, UNICAMP), Regina Muller (Antropologia, Instituto de Artes, UNICAMP), Cristina Ohemichen (CIESAS, México)

Resumo: Este painel propõe um diálogo entre antropólogos e arquitetos comprometidos com a Universidade e com a prática profissional, sobre os desafios que se colocam na área do patrimônio e da memória à consolidação da democracia no país e na região. Em foco, direitos culturais, territoriais e à cidade.

3) II SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS ÁFRICAS: PATRIMÔNIOS DAS DIÁSPORAS NAS AMÉRICAS E NO CARIBE, em 16 e 17 de outubro de 2017, na UFRN

O evento foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN e coordenado por Julie Cavignac. Teve por objetivo reunir alunos e

especialistas de vários horizontes disciplinares para refletir sobre o legado das populações afro-descendentes nas Américas, Caribe, África e Europa. O Seminário se propôs a analisar como se constrói esta memória nos museus, nos monumentos, nos lugares, nos documentos históricos, nos registros narrativos, nas práticas rituais, nas festas católicas, que dizem respeito à história de uma população que desenvolveu estratégias e solidariedades ativas em diferentes continentes. Dragoss Ouédraogo (Université de Bordeaux, France), convidado especial francês, apresentou uma palestra sobre a memória do tráfico negreiro transatlântico.

4) 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, EM CAXAMBU, de 23 a 27 de outubro de 2017

O Comitê de Patrimônios e Museus da ABA se fez presente no encontro da ANPOCS de 2017 com as seguintes atividades:

- Mesa Redonda Anpocs – MR10 - Cientistas sociais, políticas públicas e patrimônio cultural: os primeiros efeitos da crise, dia 24/10, terça-feira, das 8h30 às 10h30

Coordenação Regina Abreu (UNIRIO); Palestrantes: Simone Vassallo (UFF); Antonio Motta (UFPE); Izabela Tamasso (UFG); Sara Moraes (IPHAN)

Resumo: Nas últimas décadas, a noção de patrimônio ampliou-se consideravelmente no Brasil. Deixou de se referir apenas aos bens imóveis relacionados à noção de passado histórico e englobou o cultural, o intangível, o genético, o intelectual. Iniciou-se um processo de "patrimonialização das diferenças" que enfatiza a noção de diversidade. Junto a políticas voltadas para segmentos periféricos, essa mudança propiciou o acesso a direitos até então dificilmente disponíveis, como ao território, a políticas educacionais e de saúde diferenciadas e recursos financeiros. Ela trouxe novos atores e demandas para o campo do patrimônio e favoreceu a emergência de novos sujeitos de direito coletivo. Além disso, ampliou o mercado de trabalho de cientistas sociais chamados para identificações, documentações, laudos e inventários de saberes tradicionais, festas e celebrações. No entanto, as recentes mudanças nos rumos políticos do país levaram a uma crise das políticas na área do patrimônio, com a interrupção de programas e repasse de recursos, que impacta diretamente na atuação dos grupos beneficiários e de cientistas sociais. Essa mesa-redonda busca refletir sobre os primeiros efeitos dessa crise.

- Participação de Izabela Tamasso na 1ª sessão do Fórum FR6 - Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos, com coordenação de Lia Zanotta Machado (UnB, ABA) e Antonio Carlos de Motta Lima (UFPE, ABA)

1ª Sessão - Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: gênero, sexualidade, raça e patrimônio, dia 24/10, terça-feira, das 17h30 às 19h30
Coordenadora de sessão: Regina Facchini (UNICAMP, ABA);
Debatedoras: Marcia Lima (USP), Flávia Biroli (UnB);

Expositores: Júlio Simões (USP) e Isadora Lins França (Unicamp), Lorenzo Macagno (UFPR), Izabela Maria Tamaso (UFG) Simone Vassallo, Sara Morais e Izabela Tamaso durante a Mesa-Redonda Cientistas sociais, políticas públicas e patrimônio cultural: os primeiros efeitos da crise, durante o 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2017.

5) III Fórum Nacional de Museus Indígenas, de 19 a 21 de outubro, na Comunidade indígena de Nazaré, povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty (Lagoa de São Francisco, Piauí). O evento foi realizado pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social do Brasil e pela Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio-Itamaraty da comunidade Nazaré, e contou com a participação do antropólogo Renato Athias (UFPE).

2018

6) 56º Congresso de Americanistas, de 15 a 20 de julho, em Salamanca/Espanha O Comitê se fez presente no Simpósio Processos de patrimonialização: póscolonialidade e des-colonialidade no contexto da América Latina, coordenado por Izabela Tamaso (UFG) e Monica Lacarrieu (Universidade de Buenos Aires/UBA).

7) 18º CONGRESSO MUNDIAL IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences), de 16 a 20 julho 2018, na UFPR, em Florianópolis Neste importante evento internacional o Comitê realizou diversas atividades, listadas abaixo:

CP 13. Ethnographic museums and collaborative curatorship (painel fechado)

Palestrantes:

Nuno Manuel de Azevedo Andrade Porto (The University of British Columbia); Renato Monteiro Athias (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade) – Brasil;

Rita de Cássia Melo Santos (Universidade Federal da Paraíba) – Brasil;

Andrea Claudia Marcela Roca (The University of british Columbia) – Canada

OP 077. Ethnographic Collections, Museums and Universities (painel aberto)

Organizadores:

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) – Brazil;

Benoît de L'Estoile (Centre national de la recherche scientifique/ Ecole normale supérieure/ PSL) – FRANCE

OP 107. Indigenous Peoples Rights vs Museums : how do "we" represent indigenous peoples and what do they think of it ? (painel aberto)

Organizadores:

Irene Bellier (CNRS) – CNRS;

Renato Monteiro Athias (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade) – Brasil

OP 095. Heritage in motion

Organizadores:

Antonio Augusto Arantes Neto (Universidade Estadual de Campinas) - Brasil
Alex Barker (University of Missouri)
Michel Bouchard (University of Northern British Columbia) - Canada
Cristina Amescua Chavez (Universidad Nacional Autónoma de México) – México

OP 096. Heritage making, struggles for recognition and tourism

Organizadoras:

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense) - Brasil
Ana María Salazar Peralta (Instituto de Investigaciones Antropológicas) -
Universidad Nacional Autónoma de México

OP 141. Policies/politics, heritages and arts in contemporary cities

Organizadores:

Renata de Sa Goncalves (Universidade Federal Fluminense) - Brasil
Julieta Infantino (Universidad de Buenos Aires) - Argentina
Otávio Ribeiro Raposo (University Institute of Lisbon) - Lisbon/Portugal

8) XIV Congresso Internacional da BRASA (Associação de Estudos Brasileiros), de 25 a 28 de julho, na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro. Neste importante encontro internacional de brasilianistas, Simone Pondé Vassallo (UFF) organizou e coordenou o Painel Patrimônio afro-brasileiro e as reinvenções da África no Brasil, que contou com a participação de: Stefania Capone (CNRS/França), Stella Rodrigues (UFRJ), Nina Bittar (UFRJ), Mariana Ramos de Moraes (PUC-Minas).

Resumo: As reelaborações da África no Brasil povoam historicamente o imaginário e as ações de diferentes grupos de atores sociais. Desde fins dos anos 1970, elas adquirem uma conotação política ligada às reivindicações de identidade e de cidadania dos afrodescendentes. Inspirado por lideranças negras dos Estados Unidos e da África pós-colonial, o movimento negro organiza as suas reivindicações políticas em torno da busca de uma pureza africana. A cultura e as religiões afro-brasileiras se tornam fontes por excelência de autenticidade e encarnam a resistência negra à dominação racial.

A partir dos anos 2000, temos o reconhecimento oficial do patrimônio imaterial e o desenvolvimento de políticas voltadas para direitos de minorias. O patrimônio se torna uma categoria chave através da qual afrodescendentes e outros grupos minoritários podem obter recursos financeiros e direitos diferenciados.

Intensificam-se as dinâmicas de patrimonialização da cultura afro-brasileira que se mesclam às reivindicações político-identitárias de grupos que afirmam uma ancestralidade africana. Além de ativistas negros, esse processo envolve setores do poder público que participam ativamente do reconhecimento dos bens e de processos de musealização. Também envolve pesquisadores de diversas áreas que procuram contribuir para as lutas contra a desigualdade racial.

Assim, a busca da África adquire novos contornos e envolve diferentes grupos de atores sociais. A proposta deste painel, em continuidade com o que foi organizado no encontro da BRASA de 2016, é refletir sobre a construção da africanidade nos processos contemporâneos de patrimonialização da cultura

afro-brasileira, atentando para a multiplicidade de atores e de contextos, a polifonia das práticas e as disputas que estão em jogo.

9) Pré-evento da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo, de 7 a 9/12, na UnB, em Brasília

Um dos pontos fortes da atuação do Comitê durante o biênio 2017 – 2018 foi a organização do pré-evento da 31ª RBA, intitulado Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo, que contou com financiamento PAEP da Capes. O evento foi organizado por Regina Abreu (UNIRIO), Simone Vassallo (UFF) e Adriana Russi (UFF) e contou com parceria do IBRAM, do ICOM Brasil e do Curso de Museologia da UnB.

O evento visou reunir antropólogos, museólogos e interessados no tema da relação entre Antropologia e Museus, particularmente refletindo sobre novas práticas dos "museus etnográficos" no contemporâneo e sobre o campo da Antropologia dos Museus que tangencia os cursos de Antropologia e de Museologia. O objetivo foi o de apresentar propostas, projetos e boas práticas nesta área visando construir subsídios para enfrentar alguns desafios do contemporâneo. Particular atenção foi dada à crescente participação de diferentes grupos sociais nos museus como forma de enriquecer a pesquisa, dinamizar o acervo e estimular o debate no contexto museológico, bem como chamar a atenção para a constituição de um "patrimônio etnográfico", resultado das pesquisas dos antropólogos em seus trabalhos de campo.

O evento buscou propiciar o encontro de antropólogos que no seu ofício profissional participam dos museus, seja articulados às práticas específicas dos "museus etnográficos", seja realizando "etnografias de museus no contemporâneo". O encontro pretendeu ainda abrir uma reflexão sobre a especificidade do "museu etnográfico" e as novas modalidades de museus a ele associados ou dele decorrentes, como os "museus indígenas", os "museus sociais", os "eco-museus". Optamos por enfatizar o tema dos museus antropológicos e dos patrimônios em risco com uma mesa dedicada a refletir sobre a tragédia ocorrida no Museu Nacional.

Ao final do evento, no dia 09/12/2018, foi realizada uma plenária com vistas a tirar algumas propostas e sugestões para desdobramentos futuros. Neste momento foi elaborada a Carta de Brasília que segue em anexo. A programação completa do pré-evento também segue em anexo.

Mesa-redonda Antropologia e experiências museais, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo. Com Roque Laraia, Lúcia van Velthem, Antônio Motta, Suzenilson da Silva Santos (kanindé), João Paulo Vieira, Tone Cecile Karlgard.

Mesa-redonda Novos cenários sociais, coleções e experiências compartilhadas em museus, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo. Com Suzilene e Dirce Pereira (kaingang), Adriana Russi, Marília Xavier Cury, Renato Athias.

Mesa-redonda A tessitura da memória coletiva: relatos de experiências dos museus com as comunidades, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os

desafios do contemporâneo. Com Karina Waleska, Mirela Araújo, Antônio Augusto Braz, Luiz Antônio Vieira e Simone Vassallo.

Pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo. Com Simone Vassallo, Regina Abreu, Lúcia Von Velthen, Luiz Fernando Dias Duarte, Roque Laraia, Adriana Russi

Pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo. Com Simone Vassallo, Dirce Pereira, Adriana Russi, Regina Abreu e Suzilene Pereira Visita ao Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo.

Visita ao Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo. Com Benoit de l'Estoile, Marília Xavier Cury, Dirce Pereira, Suzilene Pereira, João Pacheco de Oliveira, Regina Abreu, Adriana Russi e Simone Vassallo.

Visita ao Ponto de Memória da Estrutural, em Brasília, durante o pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo.

Encerramento da plenária e das atividades do pré-evento Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo.

10) 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, de 9 a 12 de dezembro, na UnB, em Brasília

Durante a RBA, a atuação do Comitê se desmembrou em 2 eixos: o primeiro privilegiou a relação entre a antropologia e os museus e se concentrou no pré-evento Antropologia e museus: os desafios do contemporâneo, mencionado acima; o segundo eixo se dedicou ao campo do patrimônio e à promoção de debates em torno do incêndio no Museu Nacional, e resultou nas seguintes atividades ocorridas durante a 31ª RBA:

- Forum FR 06. MUSEU NACIONAL: LEGADOS E PERSPECTIVAS, no dia 10 de dezembro

Coordenadora:

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Palestrantes:

João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (DA/MN/UFRJ)

Benoit de l'Estoile (CNRS)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Debatedor :

Manuel Ferreira Lima Filho (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Fórum Museu Nacional: legados e perspectivas. Com Manuel Ferreira Lima Filho, João Pacheco de Oliveira, Benoit de l'Estoile, Regina Abreu e Edmundo Pereira

- Simpósio Especial SE 10. O campo do patrimônio e o papel da antropologia,

dias 11 e 12 de dezembro

Coordenadoras:

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Izabela Maria Tamaso (Universidade Federal de Goiás)

Sessão 1

Silvana Barbosa Rubino (UNICAMP)

Heitor Frugoli Jr. (Departamento de Antropologia da USP)

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Debatedora:

Artionka Manuela Góes Capiberibe (Departamento de Antropologia /IFCH

/Unicamp)

Sessão 2

Roque de Barros Laraia (UnB)

Rivia Ryker Bandeira de Alencar (IPHAN)

Sara Santos Morais (IPHAN)

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Debatedora

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Resumo: Nas últimas décadas, a noção de patrimônio ampliou-se consideravelmente no Brasil. Deixou de se referir apenas aos bens imóveis relacionados à noção de passado histórico e passou a englobar o cultural, o intangível, o genético, o intelectual. Deu-se início a um processo de "patrimonialização das diferenças" trazendo para o centro do debate a ênfase em narrativas plurais centradas na noção de diversidade. Essa mudança não foi apenas simbólica. Articulada a políticas e programas voltados para segmentos antes periféricos, ela propiciou o acesso a direitos até então dificilmente disponíveis, como o direito ao território, a políticas educacionais e de saúde diferenciadas e recursos financeiros. Ela trouxe novos atores e demandas para o campo do patrimônio e favoreceu a emergência de novos sujeitos de direito coletivo. Além disso, propiciou um mercado de trabalho crescente para antropólogos chamados para identificações, documentações, pesquisas, inventários, laudos, elaboração de dossiês e mapeamentos de saberes tradicionais, festas, celebrações, rituais e um manancial crescente de expressões e práticas performativas singulares.

Além disso, os/as antropólogos /as vêm há algumas décadas participando de conselhos consultivos de agências de patrimônio em escala nacional, estadual e municipal, além de também já terem ocupado a presidência de instituições de patrimônios estaduais e nacional. É tempo de avaliarmos quais os desafios encontrados por estes /as antropólogos/as no contexto destas agências. Como a antropologia tem contribuído para garantia do reconhecimento da diversidade cultural? Quais dilemas éticos tem enfrentado? Quais conquistas foram possíveis em contextos que sabemos ser, por vezes, adverso. Este debate visa refletir sobre a importância de termos como pauta deste Comitê de Patrimônios e Museus, a demanda por representações da antropologia em todos os conselhos estaduais, além da já histórica e importante presença no conselho do IPHAN.

Sessão 1 do Simpósio Especial O campo do patrimônio e o papel da antropologia, com Roque Laraia, Artionka Capiberibe, Regina Abreu, Antônio Motta e Silvana Rubino

- Grupo de trabalho GT 53. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Coordenadoras:

Simone Pondé Vassallo (UFF)

Patricia Silva Osorio (UFMT)

Debatedoras:

Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense)

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Resumo:

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações etnográficas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Grupo de trabalho GT 53. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia, com Patrícia Osório e Simone Vassallo (organizadoras), Regina Abreu e Renata Gonçalves (debatedoras) e demais integrantes.

- Reunião do Comitê em 10/12/2018, durante a RBA: nesse momento, foram indicados os nomes dos antropólogos que comporão a coordenação do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA no biênio 2019-2010 e foi sugerida uma participação em rede com representantes regionais do Comitê.

11) PUBLICAÇÕES

Dentre as publicações realizadas pelos integrantes do Comitê, gostaríamos de destacar:

1- Dossiê Cultura Popular, Patrimônio e Performance - Revista ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste, vol.4, n. 7, 2017 - Coordenação : Julie Cavnac (UFRN) e Patrícia Osório (UFCO)

2- Dossiê Antropologia dos Museus – Revista Horizontes Antropológicos – UFRGS, n. 53, 2019 (no prelo) - coordenação de Regina Abreu (UNIRIO) e Maria Eunice Maciel (UFRGS).

3- Dossiê Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia - Revista ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste - Coordenação : Simone Pondé Vassallo (UFF) e Patrícia Osório (UFMT) (ainda em fase de organização)

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, integrantes do Comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia, reunidos em plenária final do pré-evento deste Comitê "Antropologia e museus: os desafios do contemporâneo", realizada no dia 9 de dezembro de 2018, e na reunião deste Comitê no dia 10 de dezembro de 2018, ambas no Instituto de Ciências Sociais da UnB, acordamos coletivamente resoluções e moções que divulgamos por meio deste documento que intitulamos Carta de Brasília.

Como Resoluções, destacamos:

- Retomada do Prêmio Mário de Andrade de teses e dissertações no campo dos patrimônios e dos museus em diálogo com a antropologia.
- Elaboração e divulgação de uma agenda anual das atividades propostas pelos profissionais do campo antropológico brasileiro que atuam nas áreas de patrimônios e museus, em especial aquelas difundidas pelas seguintes redes: Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, Museus da Amazônia em Rede, Rede Cearense de Museus Comunitários, Rede São Paulo de Memória e Museologia Social, Rede Educadores de Museu do Brasil e Rede de Professores da Baixada Fluminense.
- Articulação com instituições, associações e redes internacionais e nacionais voltadas para a área de patrimônios e museus no diálogo com a antropologia, em especial: ICOM (Conselho Internacional de Museus) e ICOM/Brasil; ICME (Comitê de Museus Etnográficos do ICOM); IUAES e Comissão de Museus e Patrimônio Cultural da IUAES; American Anthropological Association; Forum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural; Conselhos de patrimônios e museus do IPHAN, do IBRAM e de instituições estaduais e municipais.
- Identificação e criação de um cadastro das coleções etnográficas/antropológicas e dos museus etnográficos/antropológicos existentes no país.
- Sistematização de pesquisas, teses e dissertações relacionadas ao campo de museus e patrimônios em diálogo com a antropologia.
- Atuação no sentido de garantir o cumprimento efetivo da Recomendação da UNESCO aprovada em 17 de novembro de 2015 referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade.

Aprovamos ainda as seguintes moções:

- Defendemos a autonomia do Museu Nacional enquanto museu universitário no âmbito da UFRJ e do Ministério da Educação, enfatizando a soberania do princípio da autonomia universitária, e repudiando qualquer ação que venha ferir esse princípio.
- Defendemos a permanência do Instituto Brasileiro de Museus e repudiamos a Medida Provisória 850, que prevê a criação da ABRAM, agência de direito privado cuja explícita intenção - em contradição com os princípios constitucionais do Artigo 215 que garantem a diversidade cultural - visa enfraquecer e desmontar a Política Nacional de Museus criada em 2013, fruto de históricas mobilizações de setores organizados da sociedade civil e do Estado no campo dos patrimônios e dos museus.
- Defendemos o reconhecimento e valorização da pluralidade étnico-cultural brasileira e a garantia dos direitos constitucionais relativos ao patrimônio material e imaterial das populações indígenas e tradicionais, e a continuidade da demarcação das terras indígenas e quilombolas.
- Defendemos a autonomia e a integridade dos museus comunitários, especialmente os museus de comunidades periféricas e indígenas, e repudiamos os assédios sofridos, em particular por grupos armados paramilitares e grupos fundamentalistas.
- Defendemos a permanência do Ministério da Cultura no âmbito da estrutura administrativa do Governo Federal brasileiro e a manutenção das políticas públicas relativas ao patrimônio material e imaterial e aos museus.

Distrito Federal, Brasília, 12 de dezembro de 2018

Assembléia da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia

Pré-evento Seminário *Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo*

Brasília, 7 a 9 de dezembro de 2018

Coordenação: Comitê de Patrimônios e Museus da ABA – Profa. Dra. Regina Abreu

(UNIRIO); Profa Dra. Simone Vassalo (UFF); Profa. Dra. Adriana Russi (UFF)

Parceria: IBRAM, ICOM Brasil, Curso de Museologia da UnB

Inscrições gratuitas por e-mail até 20 de novembro:

pre31rbaantropologiamuseus@gmail.com - Vagas limitadas! (informar nome completo,

titulação acadêmica, area, instituição)

Local do evento: UnB - auditório do Instituto de Ciências Sociais – Campus Darcy Ribeiro

(Asa Norte)

ANTROPOLOGIA E MUSEUS: OS DESAFIOS DO CONTEMPORÂNEO

No âmbito da Reunião Bi-Anual da Associação Brasileira de Antropologia, o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA propõe realizar em conjunto com o IBRAM e com o ICOM, um pré-evento destinado a reunir antropólogos, museólogos e interessados no tema da relação entre Antropologia e Museus, particularmente refletindo sobre novas práticas dos "museus etnográficos" no

contemporâneo e sobre o campo da Antropologia dos Museus que tangencia os cursos de Antropologia e de Museologia. O objetivo é apresentar propostas, projetos e boas práticas nesta área visando construir subsídios para enfrentar alguns desafios do contemporâneo. Particular atenção será dada à crescente participação de diferentes grupos sociais nos museus como forma de enriquecer a pesquisa, dinamizar o acervo e estimular o debate no contexto museológico, bem como chamar a atenção para a constituição de um "patrimônio etnográfico", resultado das pesquisas dos antropólogos em seus trabalhos de campo.

A Antropologia manteve desde seus primórdios forte relação com o campo dos museus. Seja como área de conhecimento no contexto das instituições museais de cunho enciclopédico, seja criando instituições museais articuladas com a prática etnográfica; seja construindo um olhar particular sobre os museus no contemporâneo. Cada um destes movimentos, expressa um certo tipo de inserção do antropólogo nas práticas da disciplina, bem como revela momentos singulares no cruzamento da História da Antropologia e da História dos Museus.

Num primeiro movimento, temos uma vertente evolucionista e positivista da Antropologia, onde a coleta de objetos e sua conservação nos museus expressavam a constituição de acervos documentais de confiabilidade para as pesquisas; num segundo movimento, temos a criação e institucionalização dos chamados "museus etnográficos" - consagrados modelos que associavam o estudo das particularidades culturais à preservação de objetos coletados durante a pesquisa de campo. Num terceiro movimento, os antropólogos passaram a se interessar por etnografar os museus como sintomas de práticas sociais e espaços de poder conjugados a regimes de valor que convertem artefatos em bens consagrados (lógicas colecionistas); expressões culturais e modos de fazer em "bens patrimoniais"; rituais em performances públicas; pessoas em "representantes" e "porta-vozes" de etnias e comunidades.

O presente evento visa propiciar o encontro de antropólogos que no seu ofício profissional participam dos museus, seja articulados às práticas específicas dos "museus etnográficos", seja realizando "etnografias de museus no contemporâneo". O encontro pretende ainda abrir uma reflexão sobre a especificidade do "museu etnográfico" e as novas modalidades de museus a ele associados ou dele decorrentes como os "museus indígenas", os "museus sociais", os "eco-museus".

Neste ano, daremos ênfase ao tema dos museus antropológicos e os patrimônios em risco com uma mesa dedicada a refletir sobre a tragédia ocorrida no Museu Nacional. O evento terá como atribuição tirar algumas propostas e sugestões para desdobramentos futuros.

PROGRAMAÇÃO

07 de dezembro – 6a. feira

9h-10h00 – Mesa de Abertura

Novos cenários sociais e o lugar dos museus etnográficos

Presidência da ABA

Presidência do IBRAM

Presidência do ICME

Presidência do ICOM Brasil

Coordenação do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA

10h00 - intervalo

10h20-12h30

Mesa 01 - *Museus de Antropologia: patrimônios em risco*

Coordenação/ introdução – Regina Abreu (UNIRIO)

Luiz Fernando Duarte (Museu Nacional/ UFRJ)

Benoît de L'Estoile (CNRS e ENS/França)

12h30-14h00 Almoço

14h00-16h30

Mesa 02 - *Quando o campo é o museu: os embaraços, os embates e as potencialidades da pesquisa*

Coordenação/ introdução - Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Edmundo Pereira (Museu Nacional/UFRJ)

Julie Cavignac (UFRN)

Priscila Faulhaber (MAST)

Dorothea Darella (UFSC)

16h30 intervalo

16h50-18h45

Mesa 03 - *A tessitura da memória coletiva - relatos de experiências dos museus com as comunidades*

Coordenação: Simone Vassallo (UFF)

Luiz Antonio Oliveira - (Museu da Maré)

Mirela Araujo - (MAI/IBRAM)

Antonio Augusto Braz (Museu Vivo de São Bento)

Karina Waleska (Museu Casa Histórica de Alcânara/ IBRAM)

8 de dezembro – sábado

9h-11h

Mesa 04- *Novos cenários sociais, coleções e experiências compartilhadas em museus*

Coordenação/ introdução: Adriana Russi (UFF)

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/ UFRJ)

Renato Athias (UFPE)

Marília Xavier (MAE/USP)

Dirce Jorge L. Pereira (liderança Kaingang, Terra Indígena Vanuïre/ SP)

11h00 intervalo

11h20 – 13h15

Mesa 05 - *Antropologia e Experiências Museais*

Coordenação/ introdução – Antonio Motta (UFPE)

Tone Cecile Karlgård (Museu de História Cultura - Universidade de Oslo/ Noruega)

Lucia Van Velthem (Museu Paraense Emílio Goeldi)

João Paulo Vieira (Projeto Historiando; Rede Indígena de Memória e Museologia Social)

Suzenalson da Silva Santos (Museu Indígena Kanindé, Rede Indígena de Memória e Museologia Social)

13h15-14h15 – almoço

14h15 – 15h00

Palestra: *Panorama sobre a Política Nacional de Museus* (auditório)

José Nascimento Junior (UNIRIO/ Fiocruz)

15h00 – intervalo

15h30-18h30

Sessões Coordenadas: *Antropologia e museus - pesquisas na Pós-Graduação*
sessões simultâneas

Coordenação: Julie Cavignac (UFRN) e Izabela Tomaso (UFG)

Alexandre Gomes (doutorando UFPE)

Daniel Reis (Museu do Folclore/SAP)

Francisca Figols (MAE/USP)

Henrique de Freitas (Centro Cultural Abajá)

Iara de Souza (mestranda UFAL)

Marcela Cabral/ Rosangela Britto (UFPA)

Marluce Magno (doutoranda UNIRIO)

Melian Gaspar (doutoranda MAE/USP)

Nádia P. Fürbringer (doutoranda UFSC)

Rosangela Britto (UFPA)

Susilene Elias de Melo (Kaingang, Terra Indígena Vanuíre/ SP)

Vera Mangas (doutoranda UNIRIO, IBRAM)

9 de dezembro - domingo

9h-11h30

Plenária e Encerramento

Os museus e suas questões - potencialidades e desafios

12h00-13h – almoço

Memórias e experiências museais (visitas com adesão individual, informações em breve)

13h00 (saída da UnB)

13h30-15h30 - Visita ao Memorial dos Povos Indígenas

16h30- 18h30

Visita ao Ponto de Memória da Estrutural (parceria com IBRAM)

Relatório do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

RELATÓRIO DO COMITÊ POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS

SUBMETIDO PELO COORDENADOR (2017-2018), STEPHEN GRANT BAINES

(em decorrência do recesso de final de ano, não foi possível recolher as informações sobre a produção acadêmica dos outros/a integrantes do Comitê, entretanto, os links para o CV LATTES de todos os integrantes do Comitê se encontram no final deste relatório).

Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: Stephen Grant Baines (UnB)

Vice-Coordenador do Comitê: Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Integrantes:

Gersem José dos Santos Luciano (Baniwa) (UFAM)

Russell Parry Scott (UFPE)
Walmir Pereira da Silva (UNISINOS)

FUTURO DO COMITÊ:

Na reunião deste Comitê durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, em Brasília, no dia 10 de dezembro de 2019, às 12:30 horas no prédio do ICS/UnB, apenas o coordenador, Stephen Grant Baines (UnB) e Russell Parry Scott (UFPE) puderam comparecer. A Vice-Coordenadora do Comitê, professora Andréa Luisa Zhouri Laschefski sofreu um atraso imprevisto do voo procedente de Belo Horizonte e não pode chegar a Brasília a tempo para a reunião. Os integrantes, Gersem José dos Santos Luciano Baniwa e Walmir da Silva Pereira também justificaram a impossibilidade de participar da RBA em Brasília em decorrência de outros compromissos urgentes. Na falta de quórum para tomar decisões relativas ao Comitê, o coordenador tentou remarcar a reunião do Comitê em outro horário durante a RBA, entretanto, nenhum dos integrantes puderam participar em outros horários em decorrência da sobreposição de horários de outras reuniões e atividades da RBA e tivemos de realizar a troca de informações por e-mail. Ao longo do período de 2017-2018, houve contatos freqüentes entre os integrantes deste Comitê e uma estreita colaboração, além da participação juntos em vários eventos científicos, além de uma colaboração estreita com a Comissão de Assuntos Indígenas - CAI e o Comitê de quilombos da ABA. O atual coordenador, vice-coordenadora e demais integrantes discutiram sobre a continuidade do Comitê e deliberou que seria muito importante dar continuidade ao trabalho. Considerando a especificidade do Comitê e a situação atual de acirramento das políticas governamentais que privilegiam a expansão da implantação de grandes projetos, apoiada pela atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ou "bancada ruralista" que visam, ao mesmo tempo, reverter os direitos conquistados dos povos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais e agredir o meio ambiente em escala sem precedentes, e sobretudo com os pronunciamentos do novo presidente eleito, Jair Bolsonaro, a tomar posse em 01 de janeiro de 2019, que se manifesta abertamente contra os direitos constitucionais e internacionais dos povos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, julga-se imprescindível manter o Comitê que pode continuar agindo como um observatório dentro da ABA para acompanhar esta situação.

Diante da impossibilidade de consultar todos os integrantes do Comitê sobre a indicação de possíveis nomes de colegas da ABA para compor o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos no período de 2019-2020, o coordenador atual está solicitando que os outros/a integrantes do Comitê enviem suas sugestões de nomes.

O PLANO DE AÇÃO

A ação do comitê no período de 2017-2018, com a ABA sob a presidência da Professora Lia Zanotta Machado, foi coordenada por Stephen Grant Baines (UnB), com o apoio da Vice-Coordenadora Andréa Zhouri (UFMG), junto com os outros integrantes do Comitê. A proposta foi de dar continuidade ao trabalho da ex-coordenadora, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE). O enfoque em povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos encontra muitas

interseções com outros comitês a comissões fazendo com que boa parte do que se planeja precisa ser feita, em colaboração com outros comitês e comissões (sobretudo a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI e o Comitê Quilombos). As ênfases principais são a atuação do Comitê como observatório dentro da ABA, no monitoramento e na divulgação de notícias, e na produção de estudos que remetem às questões de organização de grandes projetos, impactos sobre povos tradicionais e comunidades locais, a relação com o meio ambiente, e formas de resistência e de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Isto inclui trabalhos em reuniões científicas, livros e periódicos, além da participação em congressos acadêmicos na organização de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas. A mobilização sobre a divulgação dos impactos e da resistência ao licenciamento para a construção da barragem de Belo Monte no Pará, além de outras barragens na Amazônia, e o desastre social e ambiental provocado pelo rompimento das barragens de contenção da empresa Samarco Mineração em Minas Gerais foi muita intensa e bem noticiada com participação ativa de diversos integrantes.

O Comitê manifesta sua preocupação, no ano de 2018, em que assistimos a um governo alçado ao poder por um processo respaldado por um governo sobre cuja legitimidade pairam dúvidas cada vez maiores e mais assustadoras, da tomada de medidas que podem representar graves prejuízos à liberdade e aos direitos sociais e culturais, e que afetam, particularmente, os povos tradicionais cujos direitos se tornam cada vez mais vulnerabilizados diante do cenário que se apresenta, como as medidas que estão sendo tomadas para acelerar a implantação de projetos desenvolvimentistas, além das ameaças ao campo da educação, ciência e tecnologia. a perda de espaços institucionais e formas de representação de agendas de direito de minorias, como mulheres, negros, indígenas quilombolas, e outros povos tradicionais; são todas medidas que nos afastam de um projeto de sociedade mais justa, inclusiva e plural, nos aproximando de práticas ditatoriais.

Os ataques contra os direitos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais: tentativas de reverter a direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. A ofensiva legislativa da bancada ruralista junto com uma bancada constituída de alguns parlamentares evangélicos e alguns grandes consórcios de empresas, está contra os direitos indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais, por meio de Propostas de Emenda Constitucional, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei, Portarias e Decretos como: PEC 215/00, PLP 227/12, PEC 237/13, PEC 038/99 e PL 1610/96, que afrontam a Constituição brasileira, a Convenção 169 da OIT, e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Esses atos legislativos visam extinguir direitos adquiridos e dificultar o processo de demarcação de terras indígenas para favorecer sua exploração por latifundiários, e a implantação de megaprojetos (na região amazônica, sobretudo, hidrelétricas, mineração e agronegócio).

Ao longo dos anos de 2017-2018 agravou-se a situação dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais frente ao ataque nos últimos anos por meio de proposições legislativas lançadas por políticos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ou "bancada ruralista", aliados a grandes consórcios de empresas de agronegócio, mineração e hidrelétricas, como o PEC 215/2000, visando paralisar demarcações. A CPI Funai/Incrá 2, criada em 2015, cujo Relatório Final foi divulgado no dia 30 de maio de 2017,

propõe o indiciamento de antropólogos, lideranças de movimentos sociais indígenas e quilombolas e de outros profissionais que atuam na defesa dessas populações. O Parecer AGU nº 001/2017, tenta impor a tese do marco temporal para impedir demarcações de Terras indígenas. Após esboçar o quadro político de investimentos no Brasil, e o papel contraditório do Estado, ao promover o desenvolvimento e simular o respeito à legislação relativa aos direitos dos povos tradicionais, abordar-se-á estratégias do movimento indígena para enfrentar as ameaças apresentadas pelo avanço de grandes projetos desenvolvimentistas.

Nos últimos anos, presencia-se uma intensificação das violações dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. O candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, veio a ser eleito presidente da república em 28 de outubro de 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL). Nas eleições de 2018 o PSL se tornou o segundo maior partido do Brasil em número de parlamentares eleitos na Câmara dos Deputados. Ao longo dos anos antes das eleições presidenciais de outubro de 2018, Jair Bolsonaro se apresentou publicamente a favor da FPA, que vê as Terras Indígenas (TIs) e quilombolas como terras que poderiam ser ocupadas pela expansão do agronegócio, desrespeitando frontalmente os direitos dessas populações. O então presidente se declarou contra os direitos dos povos indígenas, quilombolas, divulgando depoimentos racistas que foram julgados como liberdade de expressão pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu, em 11/09/2018 rejeitar, por maioria, 3 votos a 2, a denúncia de racismo contra o deputado e presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ), resultando no arquivamento do caso¹. Após ter sido denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) em abril de 2018 em razão de falas racistas numa palestra apresentada em 2017 no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em que declarou que, se eleito presidente, não destinará recursos para ONGs de apoio a povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais e que não vai ter "um centímetro demarcado para reservas indígenas ou quilombolas". Além de ter falado, "Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. [...] Eu fui num quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles".

A Primeira Turma do STF iniciou a análise do caso em 28/08/2018, quando o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do presidente da Turma, o ministro Alexandre de Moraes. O relator, Marco Aurélio Mello, e o ministro Luiz Fux votaram para rejeitar a acusação e enterrar as investigações sobre Bolsonaro. Luís Roberto Barroso e Rosa Weber votaram para receber a denúncia e abrir uma ação penal. O Supremo Tribunal Federal. Notícias STF, 11 de setembro de 2018. Rejeitada denúncia contra o deputado Jair Bolsonaro por incitação ao racismo. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=389384>>
Acesso em 15/10/2018.

O julgamento foi retomado em 11/09/2018, com o voto de Moraes, ministro nomeado pelo governo Temer, que acompanhou o relator pela rejeição da denúncia e desempateou o placar a favor do presidente.

O ministro Moraes admitiu que as declarações de Bolsonaro, eram "grosseiras" e "vulgares", entretanto, reforçou as declarações ao dizer que não extrapolaram para um discurso de ódio. Nas palavras de Moraes, na contextualidade da imunidade, não me parece que, apesar da grosseria, apesar

do erro, da vulgaridade, do desconhecimento das expressões, não me parece que a conduta do denunciado tenha extrapolado os limites da liberdade de expressão qualificada e abrangida pela imunidade material. Não teria a meu ver extrapolado um verdadeiro discurso de ódio, de incitação ao racismo ou à xenofobia.

O ministro ainda complementou que as declarações do Jair Bolsonaro, "em momento algum tiveram intuito [...] de negar o sofrimento ou ser contra, o sofrimento causado aos negros e seus descendentes pela escravidão". Moraes afirmou ainda que as declarações do presidente foram dadas em um contexto de crítica a instrumentos e políticas governamentais. Na avaliação do magistrado, "quem deve analisar [as falas] é o eleitor" e os cidadãos. O presidente, Bolsonaro, já era réu em duas ações penais no STF por injúria e incitação ao crime de estupro. Embora o STF já tenha decidido que réus não podem ocupar a linha sucessória da presidência, não há impedimento legal para concorrerem nas eleições.

Em 14 de julho de 2017, uma semana antes da publicação do Parecer 001/17 no Diário Oficial da União (DOU), a FPA publicou, em uma de suas redes sociais, um vídeo onde o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS) atesta a existência de um acordo político com o governo Temer para a elaboração e adoção de um parecer vinculante antidemarcação de terras indígenas no Brasil. acordo político que foi assinado durante o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Às vésperas da votação do impeachment, a FPA e cerca de 40 associações do agronegócio, representantes de produtores de commodities agrícolas destinadas fundamentalmente à exportação, finalizaram o Parecer 001/17 (BUZATTO, 2018, p. 11).

A vigência do Parecer 001/17 elevou, de forma sem precedentes, o grau de ameaças, violações de direitos e violências contra os povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais. O objetivo de paralisar as demarcações, alguns processos em fase avançada de tramitação, é um retrocesso enorme e anticonstitucional, além de provocar conflitos e violências contra os povos nos seus territórios. Em um esforço de frear as mobilizações dos povos indígenas e tradicionais em defesa de seus direitos, os ruralistas investiram no processo de criminalização de lideranças indígenas e de seus aliados, usando como arma principal a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Na conjuntura atual, outra ameaça às terras indígenas é a proposta de lei que tramita no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei (PL) 1610, que tenta regulamentar a mineração em terras indígenas. A discussão sobre o Projeto de Lei 1610/1996, que trata da exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas, foi reaberta em 2011. O PL 1610 de autoria de Romero Jucá (RR) tem como objetivo cumprir com a exigência estabelecida na Constituição Federal de 1988, que admite a atividade de pesquisa e lavra de mineração em Terras Indígenas, desde que se crie um dispositivo constitucional que regule essa atividade por meio de lei. Considerando que este PL não pode ser avaliado antes da aprovação do Estatuto do Índio, paralisado desde 1994, ainda está em tramites. Entretanto, Bolsonaro vem propondo que os povos indígenas podem viver de *royalties* da exploração de minérios, da biodiversidade, e de possíveis hidrelétricas que poderiam ser construídas em

TIs, sinalizando que pretende abrir o caminho para a exploração predatória das TIs, o antigo projeto da ditadura militar.

Diante esta situação grave que vem se configurando ao longo dos últimos anos, a continuação da ação do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA é imprescindível.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E EVENTOS CIENTÍFICOS DO COORDENADOR DO COMITÊ (2017-2018)

As atividades do Comitê se concentraram na realização de seminários, mesas redondas, e painéis em reuniões científicas com participação significativa de antropólogos.

Stephen Grant Baines (Coordenador do Comitê 2017-2018)

1. Conferencista no(a) **1o Seminário do Labes-LIBRAS Desafios Interculturais e Bilíngues na Educação de Surdos.**, 2018. (Seminário) Interculturalidade, etnicidade e relações interétnicas..

2. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Apresentação do trabalho: Territórios Indígenas negados pelo Estado: a Comunidade do Anzol, Roraima.

3. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Co-coordenador de Sessões 1, 2 e 3 em GT 56. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional..

4. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Debatedor em Mesa Redonda 21, O ataque sem precedentes aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, e outros povos tradicionais.

5. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Debatedor em GT 56 Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional..

6. Apresentação na **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018 Debatedor em Sessão 2 do Simpósio Especial SE 08. Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença.

7. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Coordenador de Mesa Redonda 08, O ataque sem precedentes aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, e outros povos tradicionais.

8. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Coordenador do GT 56. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional..

9. **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Coordenador da Sessão 2, Simpósio Especial 08, em 11.12.2018.

10. Apresentação **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Coordenador do Simpósio Especial SE 08 Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença.
11. Apresentação Oral **31a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2018. Projetos desenvolvimentistas, o Estado, o indigenismo empresarial, e a violação dos direitos dos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.
12. **42o Encontro Anual da ANPOCS**, 2018. Apresentação de trabalho. Povos indígenas e a não demarcação de territórios indígenas - quando os direitos são negados pelo Estado.
13. **42o Encontro Anual da ANPOCS**, 2018. Povos indígenas e o não reconhecimento pelo Estado - as comunidades do Anzol e Lago da Praia no município de Boa Vista, Roraima.
14. **42o Encontro Anual da ANPOCS**, Debatedor em GT 20 ANPOCS 2018, em sessões 1, 2, e 3..
15. **42o Encontro Anual da ANPOCS**, 2018. Coordenador Geral do GT20 Os direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais e as políticas do Estado: eixos de desenvolvimento e resistências sociais na América Latina.
16. **42o Encontro Anual da ANPOCS**, 2018. Coordenador das 3 sessões do GT 20, Os direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais e as políticas do Estado: eixos de desenvolvimento e resistências sociais na América Latina.
17. **56o Congresso Internacional de Americanistas**, 2018. Debatedor em Simpósio, Antropologia 01/57. The National Contexts of Anthropology with Indigenous Peoples: Indigenous and National Affirmations and Disciplinary Practice.
18. **56o Congresso Internacional de Americanistas (56o ICA)**, 2018. Coordenador do Simpósio 01/57. The National Contexts of Anthropology with Indigenous Peoples: Indigenous and National Affirmations and Disciplinary Practice.
19. Apresentação Oral **56o Congresso Internacional de Americanistas (56o ICA)**, 2018. Anthropology with Indigenous Peoples in Brazil, Australia, Canada and Argentina - styles of anthropology in national contexts.
20. I **Seminário Internacional Povos e Saberes Indígenas e Afrodiasporicosdi**, 2018. Mesa Redonda Arte e Cultura Indígena em Debate.
21. I **Simpósio Integrado de Estudos Territoriais - dinâmicas territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**, 2018. Território e identidade no Cerrado do Norte do Brasil - a Comunidade do Anzol, Roraima, uma terra indígena ainda não reconhecida pelo Estado.

22. **I Simpósio Integrado de Estudos Territoriais - dinâmicas territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**, 2018. Moderador, Mesa Redonda 4, Produção do Território e Redes Geográficas.

23. **TALLER ETNOGÉNESIS EN CHILE Y EN AMÉRICA LATINA**, 2018. TALLER ETNOGÉNESIS EN CHILE Y EN AMÉRICA LATINA.

24. **V Colóquio Internacional de Turismo, Pueblos Indígenas, Comunidades Tradicionales y Afrodescendientes (CTurTI): derechos indígenas, território y desarrollo en contextos turísticos**, 2018. Mesa Redonda 3, Turismo, Extractivismo y Proyectos de Desarrollo - contradicciones y conflictividades en los territorios de pueblos indígenas, comunidades tradicionales y afrodescendientes.

25. **XVIII Semana Universitária, UnB**, 2018. OBIND Diálogos - Memória e Verdade para os Povos Originários - entre silêncios e omissões.

26. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 2017. Coordenação do GT 20 Os direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais e as políticas do Estado: eixos de desenvolvimento e resistências sociais na América Latina.

27. **41o Encontro Anual da ANPOCS** (Encontro)

Grandes Projetos, os territórios de povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, e estratégias de resistência diante da violação dos seus direitos na atualidade, em Mesa Redonda 21 Grandes projetos e conflitos ambientais.

28. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 2017. (Encontro)

A remoção forçada do povo indígena Waimiri-Atroari dentro do seu território. Em MR36 - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano.

29. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 2017. (Encontro)

2o debatedor na 3a Sessão, Políticas públicas, educação e conflitos, no GT 20, em 26.10.2017.

30. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 2017. (Encontro)

Coordenador da 3a Sessão, Políticas Públicas, educação e conflitos, em 26.10.2017.

31. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 2017. Coordenador da 2a sessão Demarcação de terras e retomadas do GT 20, em 25.10.2017.

32. **41o Encontro Anual da ANPOCS**, 1o Debatedor na 1a sessão - Projetos de desenvolvimento e alternativas, do GT 20, em 24.10.2017.

33. **Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira e e o Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran**, 2017. Povos Indígenas em Roraima - identidade nas fronteiras internacionais e indígenas no sistema prisional., 13/02/2017.

34. **Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira e e o Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran**, 2017. Antropologia e Povos Indígenas - estudos comparados Brasil, Austrália e Canadá, 10/02/2017.
35. Avaliador no **Simpósio Internacional de Antropología de los Procesos de Patrimonialización en el Mercosur**, 2017. Debatedor sobre o filme.
36. Conferencista **IV Simpósio Nacional e VII Simpósio do NURBA/UFT**, 2017. Territórios dos Povos Indígenas na Fronteira Brasil-Guiana.
37. Conferencista **O Turismo, o Ecoturismo e o Etno-turismo em Terras Indígenas**, 2017. Turismo em Terras Indígenas - os casos dos Tremembé e Jenipapo-Kanindé no Ceará.
38. Apresentação na **Oficina de Trabalho**, 2017. Representando a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).
39. Simposista **Peregrinações Wixárica - II Encontro de Saberes: Diálogos, Desafios e Alianças.**, 2017. Roda de Conversa com os Estudantes Indígenas da UnB.
40. Conferencista na **Sala de Bate-Papo do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras e o Centro de Ciências Humanas da UFRR**, 2017. Grandes Projetos na Amazônia e a Questão Indígena.
41. Avaliador **Seminários de Sociologia**, 2017. Passagens e Fronteiras - entre Brasil e Guiana as vidas se desenham.
42. Apresentação Oral, **V Congreso Asociación Latinoamericana de Antropología**, 2017. Estratégias de grandes empresas em relación a territórios indígenas, de quilombolas y de otras comunidades tradicionales: resistencias y desmovilizaciones políticas en Brasil.
43. **V Congreso Asociación Latinoamericana de Antropología**, 2017. Debatedor em Mesa de trabajo, Proyectos de modernización del estado nacional y los derechos culturales y territoriales de los pueblos indígenas, cimmarones y otros pueblos tradicionales en contextos latinoamericanos.
44. **VI MINGA DO LAEPI / 2017**, 2017. debatedor na apresentação, Capitalismo Global, Pobreza e Povos Indígenas..
45. **XII Reunión de Antropología del Mercosur (XII RAM)**, 2017. GT 42 Pueblos Indígenas en el ámbito del Mercosul: Estados, fronteras, etnicidades, nacionalidad y transnacionalidad.
46. Moderador, **XII Reunión de Antropología del Mercosur (XII RAM)**, GT 42 Pueblos Indígenas en el ámbito del Mercosul: Estados, fronteras, etnicidades, nacionalidad y transnacionalidad.

47. **XII Reunión de Antropología del Mercosur (XII RAM)**, 2017.MR 21
"Pueblos indígenas, procesos de expansión del capital y procesos de transición:
transformaciones y conflictos".

PUBLICAÇÕES

A publicação de trabalhos referentes à produção do Comitê, além dos que foram divulgados como anais e/ou resumos de trabalhos apresentados em eventos, continua como objetivo do Comitê. A maioria dos integrantes do Comitê está publicando seus trabalhos individualmente em periódicos e em livros. Os resultados de alguns GTs e Simpósios estão sendo submetidos a periódicos como dossiê (disponível no CV LATTES de cada integrante do Comitê).

ATIVIDADES ACADÊMICAS DE STEPHEN GRANT BAINES 2017-2018

Atuação profissional, Universidade de Brasília - UnB

2015 – Atual Professor Titular, Regime: Dedicção exclusiva. Aprovado em promoção funcional docente para a Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira de magistério Superior em 25.11.2015, no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

Atividades

01/2017 – Membro da Banca Examinadora para a Classe de Professor Associado – BEPA, UnB

01/2018 – **Atual** Membro da Comissão para Progressão Funcional do Instituto de Ciências Sociais - ICS, Universidade de Brasília

2015 até o presente: Membro da Comissão de Ações Afirmativas do Departamento de Antropologia da UnB

11/2015 a 2017 – DAC/DEG UnB Membro do GT Políticas para Estudantes Indígenas DAC/DEG, UnB.

03/2012 – **Atual** Extensão Universitária, Departamento de Antropologia. Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI), DAN/UnB Decanato de Extensão

Associação Brasileira de Antropologia - ABA

2017 - 2018 Coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA

2015 – 2016 Vice-coordenador do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA - Biênio 2015-2016.

Projetos de Pesquisa

2016 – 2021 A Etnologia Indígena em Países Diversos: Brasil, Canadá, Austrália (com pesquisas etnográficas). Alunos envolvidos: Graduação (4); Mestrado acadêmico (6); Doutorado (9). Número de orientações: 19. Bolsa de Produtividade em Pesquisa 1A, CNPq.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. **BAINES, S. G.** Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI): 20 anos de atuação. INTERETHNIC@ - REVISTA DE ESTUDOS EM RELAÇÕES INTERÉTNICAS. , v.20, p.1 - 13, 2017.

2. **BAINES, S. G.**; ALVES, L. C.; OLIVEIRA, A. R.; SOUZA, J. M. A.; LISBOA, J. F. K.; PASCOAL, W. V.; FELZKE, L. F. Organização do Dossiê 'LAGERI 20 ANOS' Interethnic@ - Revista de estudos em relações interétnicas. INTERETHNIC@ - REVISTA DE ESTUDOS EM RELAÇÕES INTERÉTNICAS. , v.20, p.1 - 128, 2017.

3. **BAINES, S. G.** Apresentação do Dossiê - Resumo. INTERETHNIC@ - REVISTA DE ESTUDOS EM RELAÇÕES INTERÉTNICAS. , v.20, p.11 - 13, 2017.

4. **BAINES, S. G.** Projetos de desenvolvimento na Amazônia e as estratégias de grandes empresas. Abya-Yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas. ,v.1, p.297 - 314, 2017.

5. **BAINES, S. G.**

Territorios y movilizaciones indígenas en Brasil: la situación de las tierras indígenas en Brasil, el movimiento indígena, y proyectos de desarrollo en tierras indígenas en la Amazonia. PERFILES DE LA CULTURA CUBANA. , v.20, p.20 - 29, 2017.

6. LUSTOSA, I. M. C.; **BAINES, S. G.**

Turismo, Carcinicultura, Usinas Eólicas e Outros Projetos em Territórios Indígenas – a luta dos povos indígenas no litoral do Ceará para a demarcação de suas terras. Ruris (Campinas). , v.10, p.75 - 100, 2017.

7. **BAINES, S. G.**; SILVA, C. T. Apresentação. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS. , v.12, p.37 - 48, 2018.”, *publicado em 14/09/2018..*

8. IBERE, D.; **BAINES, S. G.** M'BARAKÁ - A Palavra que Age Novas territorialidades e conflitos na Amazônia Indígena: A IIRSA e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia. REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS. , v.12, p.176 - 203, 2018.

9. Homenagem a Wallace Coelho de Sousa, discente de graduação em Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) 2014 - 2018. Interethnic@ Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 21, n. 3, set/dez 2018, p. 27 - 28.

Capítulos de livros publicados

1. **BAINES, S. G.** "Um Estado dentro do Estado": protagonismo indígena e os programas da Eletronorte - o Programa Waimiri-Atroari In: Protagonismos Indígenas na História do Norte do Brasil.1 ed.Palmas : Nagô Editora, 2018, v.1, p. 55-72.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. **BAINES, S. G.** Anthropology with Indigenous Peoples in Brazil, Australia, Canada and Argentina: styles of anthropology in national contexts In: 56.º Congreso Internacional de Americanistas, 2018, Salamanca. **Memória del 56.º Congreso Internacional de Americanistas ANTROPOLOGÍA.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. v.1. p.62 - 68

2. **BAINES, S. G.** Indígenas em cidades no Brasil: invisibilização e reafirmação étnica In: II Congreso Internacional Los Pueblos Indígenas de América Latina. Siglos XIXXXI. Avances, perspectivas y retos, 2016, Santa Rosa. **Los pueblos indígenas de América Latina : actas del II CIPIAL.** Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2018. v.1. p.sn - sn

3. **BAINES, S. G.** Políticas governamentais e grandes projetos de desenvolvimento em territórios tradicionais: ataques contra os direitos indígenas e estratégias de resistência In: IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, 2018, Fortaleza. **Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2018. v.1. p.111 - 127

4. **BAINES, S. G.** Povos Indígenas em fronteiras internacionais, indianidade, nacionalidade e transnacionalidade In: XII Reunión de Antropología del Mercosur Experiencias Etnográficas, 2017, Posadas. **Libro de Actas: XII Reunión de Antropología del Mercosur Experiencias Etnográficas: desafíos y acciones para el Siglo 21.** Posadas: Universidad de Posadas, Libro digital, PDF/A, 2018. v.1. p.6075 – 6089

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. **BAINES, S. G.** Resumo Políticas governamentais e grandes projetos de desenvolvimento em territórios tradicionais: ataques contra os direitos indígenas e estratégias de resistências In: IV Colóquio de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais - CTurTI, 2018, Fortaleza. **Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais IV CTurTI.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2018. v.1. p.43 – 43

2. **BAINES, S. G.** Estratégias de grandes empresas em relación a territórios indígenas, de quilombolas y de otras comunidades tradicionales: resistencias y desmovilizaciones políticas en Brasil. In: V Congreso Asociación Latinoamericana de Antropología, 2017, Bogotá. **Resúmenes de simposios, mesas de trabajo, ponencias.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2017. v.1.

3. **BAINES, S. G.;** SOUZA, V. R. F. D. P. E. Os direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais e as políticas do Estado - eixos de

desenvolvimento e resistências sociais na América Latina In: 41o Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu. **41o Encontro Anual ANPOCS 23 a 27 de outubro de 2017 – Hotel Glória, Caxambu - MG.** São Paulo: ANPOCS, 2017. v.1. p.121 – 122

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

BAINES, S. G. Território e identidade no Cerrado do Norte do Brasil – a Comunidade do Anzol, Roraima, uma terra indígena ainda não reconhecida pelo Estado. In: I Simpósio Integrado de Estudos Territoriais - dinâmicas territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo, 2018, Goiânia. **Dinâmicas territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Goiânia: Kelps, 2018. v.1. p.350 – 354

Apresentação de trabalho e palestra

1. **BAINES, S. G. Anthropology with Indigenous Peoples in Brazil, Australia, Canada and Argentina - styles of anthropology in national contexts,** 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho) Trabalho apresentado no Simpósio 01/57 "The National Contexts of Anthropology with Indigenous Peoples: Indigenous and National Affirmations and Disciplinary Practice" (Traducción – Aula 15). Coordenação: Stephen Grant Baines. Universidade de Brasília, Brasil; William Fisher. College of William and Mary, Estados Unidos, em 20 de julho de 2018, 16:30 a 17:15 horas.; Local: Traducción, Aula15, Universidad de Salamanca; Cidade: Salamanca; Evento: 56o Congresso Internacional de Americanistas (56o ICA); Inst.promotora/financiadora: Universidad de Salamanca
2. **BAINES, S. G. Etnologia Indígena: Brasil e Canadá desde uma perspectiva comparativa,** 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
3. **BAINES, S. G. Interculturalidade, etnicidade e relações interétnicas.,** 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
4. **BAINES, S. G. La Etnogénesis y Pueblos Indígenas en Brasil,** 2018. (Seminário,Apresentação de Trabalho)
5. **BAINES, S. G.; ZELIC, M.; MOREIRA, E.; XUKURU, J.; AURORA, B. Os Waimiri-Atroari e a Ditadura Militar,** 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
6. **BAINES, S. G. Povos indígenas, ameaças de grandes projetos desenvolvimentistas e afirmação cultural indígena,** 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)
7. **BAINES, S. G. Povos indígenas e a não demarcação de territórios indígenas - quando os direitos são negados pelo Estado.,** 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)
8. **BAINES, S. G. Povos indígenas e o não reconhecimento pelo Estado - as**

comunidades do Anzol e Lago da Praia no município de Boa Vista, Roraima, 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

9. BAINES, S. G. Projetos desenvolvimentistas, o Estado, o indigenismo empresarial, e a violação dos direitos dos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais, 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

10. BAINES, S. G. Território e identidade no Cerrado do Norte do Brasil - a Comunidade do Anzol, Roraima, uma terra indígena ainda não reconhecida pelo Estado, 2018.

11. BAINES, S. G. Territórios Indígenas negados pelo Estado: a Comunidade doAnzol, Roraima, 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

12. BAINES, S. G. Tierras Indígenas, Proyectos de Desarrollo, Turismo y Participación Indígena en Proyectos de Turismo Comunitário, 2018. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

13. BAINES, S. G. A remoção forçada do povo indígena Waimiri-Atroari dentro do seu território, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

14. BAINES, S. G. Antropologia e Povos Indígenas - estudos comparados Brasil, Austrália e Canadá, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

15. BAINES, S. G. Debatedor sobre o filme documentário, 'Más allá del Rio das Mortes', 2017. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

16. BAINES, S. G. Estratégias de grandes empresas em relación a territórios indígenas, de quilombolas y de otras comunidades tradicionales: resistencias y desmovilizaciones políticas en Brasil, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

17. BAINES, S. G. Grandes Projetos na Amazônia e a Questão Indígena, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

18. BAINES, S. G. Grandes Projetos, os territórios de povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, e estratégias de resistência diante da violação dos seus direitos na atualidade, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

19. CARRETEIRO, T. C.; NUNES, C. G. F.; BAINES, S. G. Passagens e Fronteiras - entre o Brasil e Guiana as vidas se desenham, 2017. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

20. BAINES, S. G. Políticas governamentais e grandes projetos de desenvolvimento em territórios tradicionais -:ataques contra os direitos indígenas e estratégias de resistência, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

21. **BAINES, S. G. Povos Indígenas e processos de expansão do capital: a violação dos direitos e estratégias de resistência**, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

22. **BAINES, S. G. Povos Indígenas em Roraima - Identidade nas fronteiras internacionais e indígenas no sistema prisional**, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

23. **BAINES, S. G. Pueblos Indígenas en fronteras internacionales: indianidad,nacionalidad y transnacionalidad**, 2017. (Comunicação,Apresentação de Trabalho)

24. **BAINES, S. G. Territórios dos Povos Indígenas na Fronteira Brasil-Guiana**, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

25. **BAINES, S. G. Turismo em Terras Indígenas - os casos dos Tremembé e Jenipapo-Kanindé no Ceará**, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Demais produções bibliográficas

1. **BAINES, S. G. DOSSIÊ: Derechos Territoriales, proyectos de desarrollo de gran escala y alternativas indígenas de desarrollo**. Brasília:Abya Yala, ELA, Universidade de Brasília, 2017. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Organização de evento

1. **BAINES, S. G.; FISHER, W. Coordenação do Simpósio 1/57, ICA, The National Contexts of Anthropology with Indigenous Peoples: Indigenous and National Affirmations and Disciplinary Practice**, 2018.

2. **BAINES, S. G. Coordenador da Mesa Redonda 21, RBA 2018, O ataque sem precedentes aos direitos dos povos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais**, 2018.

3. **BAINES, S. G.; COSTA FILHO, A. Coordenador da Simpósio Especial SE 8 RBA 2018 Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil Contemporâneo**, 2018.

4. **BAINES, S. G. Coordenador do GT 20 Os Direitos do Povos Indígenas e de outras Populações Tradicionais e as Políticas do Estado - eixos de desenvolvimento e resistências sociais na América Latina.**, 2018.

5. **BAINES, S. G.; CAMPOS, L. E. Coordenador do GT 56, RBA 2018 - Povos Indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional**, 2018.

6. **BAINES, S. G. Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI) no 1o semestre de 2018**,

7. **BAINES, S. G. Coordenador no 2o semestre de 2018 do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI), 2018.**
8. **BAINES, S. G. Membro Comissão Organizadora Local do 3o Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL) 2019., 2018.**
9. **BAINES, S. G. Membro da Comissão Científica do V CTurTI., 2018.**
10. **BAINES, S. G. Membro da Comitê Científico Internacional do 3o Congresso Internacional Povos indígenas de América Latina, 2019., 2018.**
11. **BAINES, S. G. Miembro de la Comisión Organizadora del V CTurTI, 2018**
12. **BAINES, S. G.; VALVERDE, S. Co-coordenação do Simpósio Pueblos Indígenas, políticas públicas, procesos de expansión del capital. Respuestas y estrategias locales, 2017**
13. **BAINES, S. G.; MUÑOZ, L. E. C.; VALVERDE, S. Coordinador do Grupo de Trabalho 42 "Pueblos Indígenas en el ámbito del Mercosur: Estados, fronteras, etnicidades, nacionalidad y transnacionalidad, 2017**
14. **BAINES, S. G. Coordenador no 1o semestre de 2017 do Laboratório e Grupocde Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI), 2017.**
15. **BAINES, S. G. Coordenador no 2o semestre de 2017 do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI), 2017.**
16. **BAINES, S. G.; O'DWYER, E. C. Coordinación de la Mesa de Trabajo Proyectos de modernización del estado nacional y los derechos culturales y territoriales de los pueblos indígenas, cimarrones y otros pueblos tradicionales en contextos latino-americanos, 2017.**
17. **BAINES, S. G. Membro da Comissão Científica do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais (IV CTurTI): ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento. Fortaleza/CE, 2017.**
18. **BAINES, S. G. Membro da Comissão Científica do IV Simpósio Nacional e VII Simpósio do NURBA/UFT, 2017.**
19. **BAINES, S. G. Membro da Comissão Executiva do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais (IV CTurTI): ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento., 2017**
20. **BAINES, S. G. Moderador na Mesa 1: Políticas governamentais e povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: a conjuntura atual na América Latina, no IV CTurTI., 2017. (Outro, Organização de evento)**

Coordenador: Stephen Grant Baines (UnB)

Link para CV LATTES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783996J8>

Vice-coordenadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

Link para CV LATTES:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785541E7>

Integrantes:

Gersem José dos Santos Luciano Baniwa (UFAM)

Link para CV LATTES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4718119T5>

Russell Parry Scott (UFPE)

Link para CV LATTES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787514P8>

Walmir Pereira da Silva (UNISINOS)

Link para CV LATTES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727902E6>

31 de dezembro de 2018

Stephen Grant Baines (UnB) Coordenador (2017-2018)

16

Relatório do Comitê Quilombos

Coordenadora:

Profa. Raquel Mombelli (UFSC/NEPI)

Vice-coordenador: Aderval Costa Filho (UFMG)

Consultores

Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM)

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Ilka Boaventura Leite (UFSC)

Rosa Elisabeth Acevedo Marin (UFPA)

Integrantes do Comitê:

Aderval Costa Filho (UFMG)

Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB)

Cíntia Beatriz Müller (UFBA)

Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

Emmanuel Almeida (UEMA)

Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Sandro José da Silva (UFES)
Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Vimos pelo presente relatório apresentar resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da ABA ao longo dos anos de 2017 e 2018. Inicialmente, gostaríamos de dizer que este período foi marcado pela retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2004, quando foi ajuizada pelo antigo PFL (hoje DEM), que questionava a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/2003. Em 8 de fevereiro de 2018, os ministros do STF votaram definitivamente pela sua constitucionalidade, significando uma das mais importantes vitórias para os direitos de mais de 3 mil comunidades quilombolas no país. Os trabalhos produzidos desde a década de 1970, pela ABA e membros do Comitê quilombos, sobretudo de seus consultores, foram fundamentais para esta vitória. Desde o ajuizamento da ADI, várias ações foram realizadas na tentativa de subsidiar os ministros com informações sobre o tema, que incluíram a entrega de livros, resultado de pesquisas e reflexões realizadas pela academia sobre o tema, cartas, documentos de moções, pareceres, assim como a realização de reuniões e debates, com objetivo de esclarecer academicamente e sensibilizar os ministros do STF sobre a importância do Decreto 4887 no combate ao racismo e em prol da democracia no país. Como parte desta trajetória de ação, o Comitê organizou uma Moção acompanhada de documento apresentando argumentos científicos contrários às teses centrais contidas na ADIn, entre estas a contestação do direito de autoidentificação e a imposição de marco temporal regulatório, que se aplicados, poderiam aniquilar os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e restringir os procedimentos de regularização dos territórios quilombolas.

Entretanto, mesmo com a vitória do Decreto 4887, continua em muitas situações o descumprimento de normas legais e a franca expropriação territoriais. As mudanças dos rumos políticos do país a partir de 2016, favoreceram as articulação de determinados grupos econômicos para atender aos interesses de expansão do agronegócio e de projetos de crescimento econômico, como o de promoverem o desmantelamento das políticas públicas e alterações nos marcos legais e na própria Constituição Federal. Este contexto tem potencializado significativamente os conflitos de terra e o assassinato de lideranças quilombolas no país (como registramos abaixo neste documento). Agrega-se a este quadro, as ações deliberadas no âmbito da CPI FUNAI INCRA, visando a intimidação e criminalização do exercício científico e dos profissionais de antropologia, como parte das estratégias de restringir os direitos territoriais, indígenas e quilombolas assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O número inexpressivo de titulações realizadas, a reedição das engenharias políticas conservadoras, a nova emergência de antigas forças antiaboliconistas e a gravidade dos conflitos impulsionaram o Comitê Quilombos à produção e disseminação de conhecimentos para o aprimoramento da formação profissional e, sobretudo, para a reflexão sobre as situações sociais das comunidades dos quilombos, a implementação dos seus direitos e os desafios impostos à antropologia e ao exercício antropológico. Neste sentido, o Comitê atuou em estreita relação com as Assessorias Especiais de Apoio à

Presidência da ABA, notadamente com a Assessoria Especial de Laudos Periciais, contando também com a interlocução direta com a Prof^a Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Secretária Adjunta da Diretoria e Consultora do Comitê, bem como com a Comissão de Assuntos Indígenas – CAI e Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, e Direitos Humanos.

AÇÕES EM DEFESA DO DECRETO 4.887/2003

1) **MOÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4.887/2003 - A ADI 3239/2004 E AS AMEAÇAS AO DIREITO QUILOMBOLA DIANTE DA APLICAÇÃO DO 'MARCO TEMPORAL'**. Enviada para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Edson Fachin (referente a Votação da ADI 3239/2004/ Brasília, 8 de fevereiro de 2018).

2) **CAMPANHA PELA CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4887/2003**. Direito Quilombola: a ABA defende! O Decreto 4.887 é Constitucional!

Iniciamos a gestão do Comitê Quilombos com a atividade de campanha/convite, com ampla divulgação através do site da ABA e por e-mail aos associados, para a promoção de debates públicos nas universidades, escolas, instituições, associações, divulgando a nossa campanha nas suas redes de contato e, sobretudo encaminhando carta de manifestação aos ministros do STF diante da iminência da votação da ADI 3239/2003, que questiona a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003. Abaixo material produzido pelo Comitê para a campanha:



EVENTOS CIENTÍFICOS:

As atividades do Comitê se concentraram na realização de GTs, Mesas Redondas, e painéis em reuniões científicas, com participação significativa de antropólogos, elencadas a seguir. É importante ressaltar que houve diversas participações em eventos científicos de antropólogos e antropólogas integrantes

do nosso Comitê, como propostas independentes, as quais divulgamos e estimulamos, mas que não estão elencadas aqui.

Mesa Redonda: Crise social, supressão de direitos e ataques ao conhecimento científico. Promovida pelos Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP. Auditório do IFCH---UNICAMP, Campinas (SP). 17 de agosto 2017. Com a profa. Raquel Mombelli, o prof. João Pacheco de Oliveira (Mn---UFRJ) e prof. Henyo T. Barreto Filho. (UnB) e mediação do Prof. José Mauricio Arruti.

Evento “Ética, ciência e direitos: por uma sociedade civil soberana”, dias 20 e 27 de setembro de 2017, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenação da Profa. Ilka Boaventura Leite. Objetivo de enfatizar a autonomia científica e a legitimidade dos estudos antropológicos nos processos jurídicos e administrativos referentes aos direitos territoriais e discutir as questões relativas à CPI FUNAI INCRA e suas graves consequências para a efetivação dos direitos quilombolas e indígenas. A ABA foi representada pelo prof. Henyo Barreto Filho. Participaram do evento: Alfredo Wagner B. de Almeida (PNCSA/UFAM), Representantes do Ministério Público Federal, Câmara dos Deputados, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), universidades, Carlos Marés (PUC-PR), Alceu Castilho (jornalista, autor de “O Partido da Terra”), Paulo Gilberto Cogo Leivas (Procurador Regional da República/RS), ONGs, lideranças indígenas e quilombolas. **41 Encontro Anual da ANPOCS (23 a 27 de outubro de 2017) MR21 - Grandes Projetos e Conflitos Ambientais: (des)governança da terra e recursos, violação de direitos, estratégias de resistência de comunidades atingidas e atuação do(a) antropólogo(a).** A Mesa Redonda ocorreu dia 24/10, terça-feira, das 8h30 às 10h30, e abordou conflitos deflagrados por grandes projetos em regiões e territórios, explicitando violações de direitos, estratégias de empreendedores e gestores, atuação do sistema de proteção aos direitos - Ministérios Públicos, Defensorias, Organizações de apoio -, estratégias de resistência e advocacy de comunitários, povos indígenas, quilombos e comunidades tradicionais, além de problematizar a atuação do(a) antropólogo(a) nesses contextos. A MR foi coordenada por Aderval Costa Filho (UFMG – Comitê Quilombos da ABA) e contou com a participação de Stephen Grant Baines (UnB), Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) e Ana Flávia Moreira Santos (UFMG).

41 Encontro Anual da ANPOCS (23 a 27 de outubro de 2017) - FR6 - Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos, sob a Coordenação de Lia Zanotta Machado (UnB, ABA) e Antonio Carlos de Motta Lima (UFPE, ABA), que problematizou o fazer antropológico em contexto de crise, com antropólogos passando a ser alvo de frequentes ataques que, inclusive, ameaçam e depreciam o exercício de suas expertises. O Fórum refletiu sobre o papel da antropologia e dos antropólogos face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de ações do Estado. Além disso, envolveu cientistas sociais e de áreas afins, bem como representantes de instituições públicas governamentais e não governamentais para refletir coletivamente sobre que tipo

de conhecimento tem sido produzido, como isso tem impactado questões de interesse público (conflitos ambientais, territoriais, gênero e sexualidade, raça, etnicidade, patrimônio, educação, entre outros) e seus reflexos em políticas voltadas para os direitos fundamentais. Por fim, ampliou a discussão sobre novos cenários éticos e políticos a partir dos quais a produção do conhecimento científico tem sido, muitas vezes, depreciada ou até mesmo criminalizada. O Comitê Quilombos esteve representado por Aderval Costa Filho (UFMG) e Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) na sua 2ª Sessão – Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: populações indígenas, quilombolas, tradicionais, questões ambientais, ocorrida em 25.10.17, das 17:30 às 19:30.

18º IUAES/UFSC/Florianópolis (16 a 20 de julho de 2018). Organizing Committee, colaborando com as atividades acadêmicas e experiências antropológicas, referentes aos povos e comunidades tradicionais.

18º IUAES/UFSC/Florianópolis (16 a 20 de julho de 2018)- Grupo de Trabalho: Cimarrones, Cumbes, Palenques, Marrons, Quilombos, comunidades afrodescendentes: dinâmicas territoriais, formas de resistências e desafios antropológicos. Proponentes: Raquel Mombelli (UFSC), Aderval Costa Filho (UFMG), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) e Vladimir Montoya Arango (Universidad de Antioquia/Colombia)

18º IUAES/UFSC/Florianópolis, 18 de julho de 2018. Sala 306 CFH/UFSC. Coordenação do Workshop 01: Anthropological practices and Riths of tradicional populacions in Brazil: Thirty years of the Federal Constitution of 1988". Com Flávia de Mello (???), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Aderval Costa Filho (UFMG), Procurador Darlan Dias (MPF/SC), Maria Inês Martins Ladeira (CTI), lideranças indígenas e quilombolas.

18º IUAES/UFSC/Florianópolis. 18 de Julho de 2018, auditório EFI/UFSC. Coordenação de Simpósio - Session 2- Contra-Narrativas quilombolas. Contra-narrativas Indígenas e quilombolas: território, conflitos, identidades e protagonismos. Com a participação de Eviges Ioris (???), João Pacheco de Oliveira (Mn), Johana Herrera Arango (Colômbia), Maria Alice Machado Aires (???), Vanda Gomes Pinedo (Movimento Negro Unificado de SC).

18º IUAES/UFSC/Florianópolis 18 de Julho de 2018, sala 301 CFH/UFSC. Coordenação Workshop 26. Quilombola narratives, social cartographies and territorial autonomies. Com Rosa Acevedo Marin (UFPA), Johana Herrero Arango (Colombia), Emmanuel Farias Junior (UEMA).

42º Encontro Anual da ANPOCS (22 a 26 de outubro de 2018). FR04 - Uma antropologia e uma ciência social da emergência: Dilemas e desafios para

o conhecimento acadêmico em tempos de neoconservadorismo - (ABA/ANPOCS), sob a coordenação geral de Lia Zanotta Machado (UnB/ABA) e Antonio Motta (UFPE/ABA). 1ª Sessão: A Antropologia e a produção de conhecimento sobre os povos tradicionais e políticas ambientais - Dia 23/10, das 17h30 às 19h30. A Coordenação de sessão ficou a cargo de Antonio Motta (UFPE/ABA), e contou com a participação de Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP/ANPOCS), Aderval Costa Filho (UFMG – Comitê Quilombos da ABA) e Thereza Menezes (CPDA/UFRRJ). O Fórum, dando continuidade às discussões iniciadas no último Fórum ABA/ANPOCS 2017, refletiu e discutiu coletivamente questões relacionadas a atual conjuntura política do país e seu impacto no âmbito da ciência, da pesquisa e produção de conhecimentos.

42º Encontro Anual da ANPOCS (22 a 26 de outubro de 2018). MR38 - Povos Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e o não-reconhecimento pelo Estado. Dia 25/10, das 8h30 às 10h30. A Mesa Redonda problematizou o não-reconhecimento de povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais pelo Estado como característica que marca a história do colonialismo e se tornou mais evidente nas últimas décadas, sobretudo em decorrência de pressões econômicas de grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais nos seus territórios, sendo um dos fatores que leva muitas dessas comunidades a reafirmar sua identidade étnica e exigir proteção. A questão do reconhecimento foi tematizada pela sua alta relevância neste momento histórico marcado por tentativas de desconstrução de direitos e deslegitimação de reivindicações das populações tradicionais. Sob a coordenação de Aderval Costa Filho (UFMG – Comitê Quilombos da ABA), a MR contou também com a participação de Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Andrea Zhouri (UFMG), Stephen Grant Baines (UnB) e Ana Flávia Moreira Santos (UFMG - debatedora).

31 RBA/ Brasília. 5 a 7 de dezembro de 2018. Grupo de Trabalho n. 50. Os trinta anos da Constituição Federal de 1988 e os direitos dos quilombos: dinâmicas territoriais, formas de resistências e desafios antropológicos
Propositores: Raquel Mombelli (UFSC) e Aderval Costa Filho (UFMG).

31 RBA/ Brasília. 5 a 7 de dezembro de 2018. Simpósio Especial n. 08. Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença. Coord Aderval Costa Filho (UFMG; Comitê Quilombos da ABA), Stephen G. Baines, UnB, Russel Parry Scott (UFPE); Ana Beatriz Vianna Mender (UFMG); Vania Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE); Walmir da Silva Pereira (UNISINOS); Raul Mombelli (UFSC); Osvaldo Oliveira (UFES)

31 RBA/ Brasília. 5 a 7 de dezembro de 2018. Mesa Redonda 010. Direitos Culturais e Territoriais, Práticas Estatais e Empresariais e Desenvolvimento. Coord profa. Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF). Com Raquel Mombelli (UFSC); Andrea Zhouri (UFMG); Jorge Eremites de Oliveira (Universidade de Pelotas) Debora Bronz (UFF).

NOTAS TÉCNICAS, MOÇÕES E MANIFESTAÇÕES:

Tendo em vista os constantes riscos aos marcos regulatórios, bem como de violação de direitos das comunidades dos quilombos no Brasil, foram elaboradas as seguintes notas técnicas, moções e manifestações pelo Comitê, muitas delas divulgadas na página da ABA. Por ocasião da retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 contra o Decreto Federal 4887/2003 (que regulamenta os procedimentos do Estado para titulação dos territórios Quilombolas e promoção do seu desenvolvimento), foi elaborada e encaminhada (aos Ministros do Supremo, Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Sociedades e Associações congêneres, Departamentos de Antropologia e Programas de Pós Graduação em Antropologia de IES, etc) e divulgada na página da Associação Brasileira de Antropologia.

1) **MOÇÃO DA ABA E SEU COMITÊ QUILOMBOS PELA CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4.887/2003 A ADI 32329/2003 E AS AMEAÇAS AO DIREITO QUILOMBOLA DIANTE DA APLICAÇÃO DO 'MARCO TEMPORAL'** Brasília, 07 de fevereiro de 2018. Ofício nº 004/2018/ABA/Excelentíssimo Ministro Luis Edson Fachin. Supremo Tribunal Federal (STF)

2) **NOTA Em defesa da Comunidade Quilombola Indígena Cupuaçu/Boa Vista, Barcarena (PA)**, Brasília, 07 de novembro de 2017. Ofício nº 021/2017/ABA/PRES. Procurador Patrício Menezes Colares

3) **Manifestação de Pesar e comoção diante do assassinato da liderança quilombola Maria Trindade da Silva Costa - Comunidade Santana do Baixo Jambuaçu (PA)**

4) **CARTA ABERTA Morte do jovem quilombola de Baixa da Linha (BA)**, revela a violência alimentada pela paralização da regularização fundiária no país 14/03/2018.

5) **MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ACAUÃ (RN)** 9 de Junho de 2017. RN NO TRF 5ª REGIÃO Processo: n. 0009091-41.2012.4.05.840001 AC 81189301 – RN. Ao Desembargador Federal Relator Excelentíssimo Sr. Dr. Edilson Nobre Júnior e demais membros do Pleno do TRF 5ª Região.

6) **CARTA em Defesa dos direitos da Comunidade Quilombola Kalunga contra a concessão de Licenciamento Ambiental da PCH Santa Mônica em sitio histórico do território quilombola Kalunga, no municípios de Cavalcante, Goiás (GO)**. Brasília (DF), 6 de março de 2018. Ministério Público Federal (MPF)6ª. Câmara de Coordenação e Revisão-Populações Indígenas e Quilombolas Dr. Luciano Mariz Maia.

7) **CARTA em defesa da profa. Rosa Acevedo Marin**. A Antropologia não vai calar: Repúdio às agressões ocorridas no evento científico "Veias Abertas da Volta Grande do Xingu". Veias Abertas da Volta Grande do Xingu", no campus da UFGA, em 29 de novembro de 2017. Neste seminário, os pesquisadores foram insultados e impedidos por agentes administrativos do município de Senador José Porfírio (PA) de exporem os resultados de suas pesquisas sobre

os impactos da instalação de um projeto de mineração a céu aberto pela empresa canadense Belo Sun na região da hidrelétrica de Belo Monte.

8) **Manifesto de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI-INCRA 2 e de apoio aos indiciados.** (Repúdio aos indiciados pela CPI no dia 30 de maio de 2017 e o indiciamento de antropólogos, lideranças de movimentos sociais indígenas e quilombolas e outros profissionais que atuam na defesa dessas populações. 2 de junho de 2017.

9) **MANIFESTAÇÃO DA ABA SOBRE O DECRETO nº. 1.969** de 24 de janeiro de 2018 do Governo do Pará que institui Grupo de Estudos incumbido de sugerir normas procedimentais voltadas à realização de consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais. 15 de fevereiro de 2018. (Simão Robison Oliveira Jatene, Governado Governador do Estado do Pará; Luís de Camões Lima Boaventura, Procurador da República no Ministério Público Federal em Santarém. Em parceria com a CAI, Laudos Antropológicos, Comitê Povos tradicionais Meio Ambiente e Grandes Projetos, Direitos Humanos.

10) **Resposta da ABA à Declaração e Nota Pública sobre o Quilombo do Tingu, Santarém (PA)** publicada no Estadonet de 16 de outubro de 2018. Em apoio a profa. Eliane Cantarino. Novembro de 2018.

PARECERES

1) **Parecer Antropológico, a pedido do Movimento Negro Unificado (MNU/SC) sobre processo de Ação de Destituição Tutelar nº 090010080201480.8.24.0167 - promovida pelo do MP/SC. Processo denominado popularmente Caso Gracinha - MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS** - mãe da comunidade quilombola Toca/ Santa Cruz, município de Paulo Lopes (SC). O Parecer questiona direitos desconsiderados pela justiça catarinense no processo, como o **direito à auto-identificação** que não foi respeitado, ferindo o que garante a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aos povos e comunidades tradicionais provocando **grave agressão ao Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 28**, sobretudo o inciso 6º: (§ 6º **Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo**, é ainda obrigatório: I – **que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições**, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta lei e pela Constituição Federal; II – que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia. O processo correu repleto de irregularidades e desdobrou na "adoção compulsória" das duas filhas da Gracinha – eu foram levadas sumariamente para longe da mãe e da comunidade quilombola, sem eu a Ação tivesse finalizada. O caso permanece sendo monitorado pelo Comitê Quilombos e Direitos Humanos da ABA.

SITUAÇÕES EM ANDAMENTO:

1) **Solicitação de indicação de perito Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Comunidade Remanescente quilombo São Miguel.** Procedimento comum n. 5006987-66.20.4.04.702/RS Ofício n. 7i0006787266. (4/09/2018).

2) **Acervo quilombos** - Proposta de abrigar no site da ABA os resultados parciais da pesquisa nacional denominada Quilombos no Brasil, realizada entre os anos de 2013-2015, pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) em parceria com SEPPPIR/PNUD, e coordenada pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. A intenção é organizar um acervo com pesquisas produzidas por diferentes universidades do Brasil, de forma a suscitar o interesse de pesquisadores(as) que trabalham com o tema quilombola, reunindo os acervos científicos produzidos no país (dissertações, teses, projetos etc), as situações de conflitos, registros das memórias jurídicas e administrativas dos processos de regularização territorial. Propõe apresentar uma visão ampla e qualitativa, sobretudo diante do atual quadro de retrocessos quanto à efetividade de direitos.

3) Monitoramento das execuções de lideranças quilombolas

Desde 2016 o acirramento dos conflitos de terra, morosidade dos processos de regularização dos territórios quilombolas e a expansão do agronegócio, tem resultado em graves violências contra as comunidades quilombolas, com a execução de lideranças e o registro de várias formas de agressões. Estes casos têm se intensificado assustadoramente. Acreditamos que o registro destes eventos possam contribuir e possibilitem monitorar a apuração dos casos como denunciar as múltiplas e graves violação de direitos dos quilombolas. Abaixo apresentamos um quadro demonstrativo destes dados, e do qual pretendemos dar continuidade.

QUADRO - MONITORAMENTO DE EXECUÇÕES DE LIDERANÇAS QUILOMBOLAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

COMITÊ QUILOMBOS (ABA) (2017-2018)

N.	Quilombo	Liderança	Situação	Data
1	Baixa da Linha (BA)	Edvaldo dos Santos Santos (18 anos)	Execução por tiros por Policiais	3/3/2018
2	Quilombo do Alto Acaráno município de Acará, nordeste paraense (PA)	Nazildo dos Santos Britoda (33 anos)	Execução por tiros (empresa Biopalma – Vale)	14/04/2018
3	Caboclos Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) (PA)	Fernando Pereira	Execução	12/03/2018
4	Caboclos Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) (PA)	Paulo Sérgio Almeida Nascimento	Executados (denúncias crimes ambientais das mineradoras e conflitos fundiários na região)	22/12/2017
5	Quilombola de Jiboia, em Antônio Gonçalves(BA)	José Raimundo Mota de Souza Júnior	Execução e cabeça decepada	13/7/2017
6	Baixa da Linha (BA)	Edvaldo dos Santos Santos (18 anos)	Execução por tiros por Policiais	3/3/2018
7	Pitanga da de Palmares (BA)	Flavio Gabriel Pacifico dos Santos, “Binho do Quilombo” (36 anos)	Execução - 10 tiros	20/9/2017
8	Santana da Baixo Jambuaçu, município Moju (nordeste do Pará).	Maria Trindade da Silva Costa , “Dona Trindade” (70 anos)	Tiros e violência sexual	25/06/2017
9	Quilombo Marobá dos Teixeira (município de Almenara), Baixo Jetiquinhonha (MG)	Maria Rosa e Jurandir Teixeira (60 anos)	Espancamento de casal, tortura e tentativa de envenenamento	24/03/2017

10	Quilombo Santa Justina e Santa Izabel (RJ)	Edevaldo da Conceição	Regime de escravidão Ameaça, barricada, (empresa Ecoinvest)	08/01/2018
11	Quilombo Macacu (BA)			
12	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA),	Lindomar Fernandes	Execução	6/2017 e 7/ 2017
13	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Adeilton Brito de Souza	Execução	
14	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Amauri Pereira Silva,	Execução	
15	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Cosme Rosário da Conceição	Execução	
16	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Martins Gildásio Bispo das Neves,	Execução	
17	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Marcos Pereira Silva	Execução	
18	Quilombo de Lúna, em Lençóis (BA)	Valdir Pereira Silva.	Execução	

*Segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) em 2014 14 líderes quilombolas foram assassinados. Estima-se que aproximadamente 70 lideranças quilombolas estejam ameaçadas de morte hoje no Brasil. A chacina em Lúna fez com que o estado da Bahia concentrasse mais de 70% dos assassinatos de quilombolas em 2017

Nos dois anos do golpe (2016/2017) já são 131 mortos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2017 foram 70 assassinatos, um número que não se via desde 2003. Os números da CPT: bit.ly/MortosNoCampo

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/violencia-contra-quilombolas-dispara-em-2017>

** Fontes: comunidades quilombolas, manifestações da ABA, jornais e redes sociais.

4) **Oficina de trabalho. Terras de Quilombo: o fazer antropológico no reconhecimento de direitos constitucionais e questões de ética na prática profissional da disciplina.** Público alvo: antropólogos do INCRA, antropólogos do MPF e representação das organizações quilombolas. Proponentes: coordenação do Comitê Quilombos e membros da diretoria da ABA. Proposta de Pré-evento para a 31ª ABA/Brasília (Atividade transferida - data ainda a confirmar com a diretoria da ABA).

PROPOSTAS E DESAFIOS PARA O BIÊNIO 2019-2020

1) Publicação de livro reunindo uma coletânea de artigos e reflexões de pesquisadores, lideranças quilombolas e movimentos negros, apresentados ou não em eventos científicos sob o Título provisório: **Quilombos: das ameaças às garantia de direitos.**

2) Finalizar a migração dos dados sobre quilombos para a web da ABA para construção do link **ACERVO QUILOMBOS/ABA**, contendo dados sobre as comunidades quilombolas no Brasil, identificando a etapa do reconhecimento territorial, principais especificidade, e violação de direitos humanos;

3) Estimular a formação teórica dos antropólogos através de disciplinas curriculares nos cursos universitários, minicursos e oficinas que articulem conteúdos relacionados: a) contextualização do assunto; b) trabalho de campo etnográfico; c) perícia antropológica e ética; d) teorias antropológicas; e) metodologias de pesquisa compatíveis aos relatórios sócio-antropológicos. Cabe salientar que esta ação não enseja custos pela ABA, tendo em vista tratar-se de estímulo e apoio (organização/divulgação) a eventos realizados pelos membros do Comitê nas suas respectivas Instituições e Núcleos de Pesquisa.

4) Elaborar e executar o Projeto de Formação de Lideranças com a CONAQ. Esse projeto começou a ser acordado entre a coordenação do Comitê Quilombos/ABA, CONAQ e Fundação Ford. Trata-se de formação para lideranças com ênfase em jovens e mulheres. Além da CONAQ e suas subsidiárias estaduais, sugere-se incluir outras entidades de apoio às comunidades dos quilombos, visando ampliar a formação sobre os direitos culturais e territoriais de comunidades quilombolas e sobre os desafios à implementação desses direitos a outros profissionais, tais como defensores públicos, promotores, procuradores e operadores do direito em geral, associações e instituições públicas, ONG's e movimentos sociais. Esta ação provavelmente demandará celebração de Termo Aditivo ao Convênio com a Fundação Ford, visando realização das reuniões preparatórias, oficinas de formação, bem como avaliação.

5) Criar espaços de debates e proposições para o fortalecimento a autonomia do exercício antropológicos e de legitimidade dos estudos que fundamentam os processos administrativos e jurídicos referentes ao direitos territoriais das comunidades tradicionais; monitorar os processos de criminalização e ataques aos colegas indiciados promovido pela CPI FUNAI INCRA; Estimular debates sobre o tema Perícia Antropológica através da promoção de seminários, oficinas, palestras, etc;

6) Solicitar a liberação dos direitos de publicação de laudos e relatórios produzidos para instituições públicas e privadas, desvinculando-os exclusivamente dos processos e propiciando que o seu conteúdo alcance o domínio público. Esta ação demandará também constituição de comissão editorial especializada na temática, e resultará na implementação do link “Laudos” do item “Bibliotecas” do portal da Associação Brasileira

de Antropologia. Proposição e criação de uma linha editorial da ABA que propicie a divulgação dos melhores laudos e relatórios realizados no Brasil, escolhidos através da comissão editorial supracitada, divulgado através do ACERVO QUILOMBOS ABA.

7) Retomar as negociações com o BNDES, para aplicação dos recursos do “Fundo Amazônia” para elaboração de Relatórios Antropológicos e implementação de projetos de formação das populações envolvidas, visando contribuir para uma maior celeridade aos processos de regularização fundiária, sob o abrigo do Termo de Cooperação ABA/INCRA. A participação da ABA poderia se dar na constituição de rede de antropólogos para elaboração dos referidos relatórios, realização de cursos de capacitação para os mesmos, assessoria aos mesmos na elaboração dos relatórios, avaliação processual, elaboração de notas técnicas avaliativas e propositivas visando aprimoramento dos produtos finais, avaliação final do projeto. Quanto aos processos formativos, os recursos poderiam contribuir para um maior entendimento dos marcos, etapas e procedimento legais e teórico-metodológicos de regularização fundiária, suprimindo necessidades de capacitação de lideranças, organizações representativas e de apoio e estabelecendo condições propícias à realização dos trabalhos técnicos nas comunidades/territórios contemplados.

8) Dar continuidade ao diálogo da ABA com o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal Federal através de renovação do convênio, trocas de informações e documentos públicos, assim como a proposições de parceria de eventos relacionados ao tema da autonomia científica, criminalização dos movimentos sociais, desmonte das políticas públicas e combate aos retrocessos quanto à efetividade de direitos territoriais quilombolas.

9) Divulgar permanentemente a Campanha pela titulação dos territórios dos quilombos, com ampla divulgação aos associados, Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Departamentos e associações científicas, inclusive com solicitação de adesão dos mesmos.

10) Divulgar editais e chamadas e solicitar proposição de ações de eventos, pesquisa e extensão pelos membros do Comitê Quilombos, pulverizando assim as ações do mesmo por meio dos projetos de seus integrantes em diferentes estados do Brasil, com o apoio da ABA/Comitê (organização/divulgação), capitaneando ações desenvolvidas pelos membros durante a gestão.

11) Articular politicamente para que a questão quilombola seja incluída nos debates da Comissão da Verdade.

12) Propor ao MPF 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais a organização de eventos para promoção do debate sobre o tema **Aplicação do ECA e comunidades quilombolas**;

Considerações Finais:

As ações previstas pela atuação do Comitê quilombos visaram dar consecução aos objetivos propostos pela ABA. Diante da atual conjuntura de retrocessos de direitos e desmonte das políticas públicas voltadas para os comunidades quilombolas e de

desmonte das universidades, acreditamos ser de máxima urgência a retomada urgente das articulações e o fortalecimento das relações de pesquisa e de atuação com o MPF, DPU para fortalecimento do diálogo interinstitucional, de forma a combater os retrocessos ocorridos tanto no que diz respeito aos direitos quilombolas quanto à atuação dos profissionais em antropologia. Tal esforço será assegurado com o envolvimento direto da Diretoria da ABA, dos seus Conselhos, Comissões e Comitês envolvidos, sobretudo das Assessorias Especiais de Apoio à Presidência (Laudos Periciais e Assessoria sobre Meio Ambiente).

Para finalizar, informo à presidência da ABA que na última reunião do Comitê Quilombos realizada no decorrer da 31ª RBA em Brasília de 05 a 07/12/2018, a coordenação do Comitê para o biênio 2019-2020 ficou composta como segue: Coordenador – Ana Paula Comim; Vice-coordenadora – Raquel Mombelli e Sandro Silva (UFES). Houve ainda a aprovação de um novo integrante no Comitê, o do Prof. Emmanuel Almeida (UEMA).

Cordialmente,

Raquel Mombelli

Aderval Costa Filho

Comitê de Assuntos Internacionais

O Comitê de Assuntos Internacionais teve uma muito boa atuação no biênio, focando sua atividade em temas relacionados a organização do Congresso Mundial da IUAES/Florianópolis e do VI Encontro Bienal da WCAA/Florianópolis. A participação no Global Survey of Anthropological Practice foi outra atividade desenvolvida. Também incrementamos (especialmente Miriam Grossi e eu) o diálogo com uma importante instituição global - Wenner-Gren Foundation e sua presidente Danilyn Rutherford – o que abre a possibilidade de financiamentos para antropólogos pesquisadores brasileiros (divulgares os calls no informativo).

Além dessas atividades, reforçamos a inserção internacional de colegas, incentivando sua participação em comitês da IUAES (Felipe Fernandes criou um de Sexualidade, Luis Rojo um de Esporte) e em Panels em diversos congressos internacionais (EASA, AAA, RAI, RAM, ALA, APA entre outros). Como é de conhecimento, Miriam Grossi coordenou o Congresso da IUAES, eu mesma juntamente com Chandana Mathur o VI Encontro Bienal da WCAA/Florianópolis. Cornéia Eckert tem participado ativamente das articulações com colegas latino americanos e da organização da RAM. Gustavo L. Ribeiro com colegas mexicanos. Ele foi um dos keynotes do Congresso Mundial da IUAES/Florianópolis. Renato Athias atuou mais em relação a intercâmbio com Museus, especialmente na Inglaterra e França.

Registro a minha eleição para Presidente (Chair) da WCAA (2018-2020), e, co-Presidir a WAU recém criada (dividindo o encargo com Junji Koizumi). Também ingressei

no Conselho Editorial do Open Anthropological Research Repository, da AAA, a ser lançada no próximo mês, sendo que as atividades envolvendo a criação do OARR foram muitas, até chegarmos a um acordo (MoU) que será assinada em breve pela WAU/AAA.
Carmen Rial

OUTROS RELATÓRIOS

Relatório da Reunião de Posse do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Março/2018)



Após a realização da Segunda Reunião Extraordinária dos representantes governamentais do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND**, realizada em 19 de março de 2018, quando estiveram presentes, Marluce Braz (SEC); Rosani Ferraz de Araújo Staneck (EMATER); Felipe Branco Venâncio (SEEDUC); Ludmila Maria Moreira Lima (ABA); Rosângela Maria Nunes (FUNAI); Cristino Machado (FUNAI) e Monalyza Alves (SEDHMI), foi finalmente realizada, no dia 17 de maio de 2018, no Plenário José Ribeiro de Castro Filho, na sede da CAARJ/OAB-RJ, a posse do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas/CEDIND**. Instituído pelo DECRETO governamental Nº 46.218 DE 11 DE JANEIRO DE 2018, o CEDIND é um órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI). Trata-se de um Conselho composto por representantes da administração pública direta e indireta, organizações não

governamentais e pela comunidade indígena, perfazendo um total de 24 representantes com direito a voto e com a seguinte composição: 50% (cinquenta por cento) dos representantes neste Conselho serão indígenas, dentre os quais caciques e lideranças indicadas pelas aldeias Guarani situadas nos Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, bem como de associações e organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Durante o rito de posse, ocorreram: (1) o credenciamento das associações, movimento e organizações da sociedade civil, cujo inscrição fora anteriormente aprovada pela Comissão Eleitoral para participar da Assembleia de Eleição; (2) a Assembleia de Eleição, durante a qual lideranças e representações indígenas do Estado decidiram que, no Conselho, deveriam ter assento não somente um, porém, dois presidentes, representando os indígenas aldeados e não-aldeados; e, por fim, (3) a Cerimônia de Posse dos Membros do CEDIND. Vale destacar, durante a Assembleia e por parte das lideranças presentes, o tom de denúncia em relação às condições de vida em que vivem os Guarani e outros parentes, tanto nas aldeias, quanto nas principais cidades do Estado, bem como a reivindicação de urgência na solução de diversos problemas que, ao longo do tempo, impuseram às famílias aldeadas e não-aldeadas, um viver marcado por precariedade material e abandono. Todavia, foi surpreendente a politização e teor das reflexões críticas ali compartilhadas e a determinação de manter mobilização para transformar o CEDIND num espaço efetivo de lutas e conquistas para a população indígena do Rio de Janeiro. A primeira reunião do CEDIND, já empossado, ocorrerá na cidade de Paraty/RJ, provavelmente no dia 07 de julho de 2018, com visita prevista às aldeias mais próximas. A representante da ABA no CEDIND, Prof^ª Ludmila Moreira Lima, que assina esse informe, esteve presente e registrou, em vídeo, os principais momentos do evento que, em breve, estará disponível, nos arquivos da ABA, para consulta dos interessados. Longa vida ao CEDIND que, sem dúvida, representa um passo à frente no fortalecimento da luta dos indígenas do Rio de Janeiro, em tempos que lhes são tão hostis e desfavoráveis.

Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Novembro/2018)

No âmbito das lutas do movimento indígena - e das entidades parceiras que o amparam - no Rio de Janeiro, podemos considerar a criação do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND**, como um importante passo trilhado em prol dos direitos das comunidades indígenas aldeadas e não aldeadas do nosso Estado.

Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o **CEDIND** é órgão colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI). Trata-se de um Conselho composto por representantes da administração pública direta e indireta, organizações não governamentais e pela comunidade indígena, perfazendo um total de 24 representantes com direito a voto e com a seguinte composição: caciques e lideranças indicadas pelas aldeias Guarani situadas nos Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, bem como de associações e organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano residentes no Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo do primeiro semestre, foram realizadas duas reuniões preparatórias para a posse do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas/CEDIND**, finalmente realizada no dia 17 de maio de 2018, no Plenário José Ribeiro de Castro Filho, na sede da CAARJ/OAB-RJ.

Após a posse do Conselho, ocorreram, no segundo semestre, dois encontros e incessantes trocas de mensagens entre os conselheiros para a elaboração do Regimento Interno, com o objetivo de estabelecer as competências, atribuições e finalidades do CEDIND. Este documento pactua, portanto, as linhas gerais e formas de atuação; normativas imprescindíveis ao funcionamento e continuidade do Conselho, bem como a definição de Comissões, propostas e organizadas como frentes de ação em diversas áreas, de acordo com o que as representações indígenas definissem como prioridades.

Em 22 de novembro de 2018, os integrantes do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro** reuniram-se na Biblioteca Parque Estadual, localizada na Avenida Presidente Vargas e, finalmente, aprovaram o seu Regimento Interno: documento-base de afirmação de compromissos imprescindíveis, assumidos pelos conselheiros, a fim de assegurar a existência e permanência institucional do CEDIND, principalmente, num contexto e conjuntura sociopolítica e econômica que apontam para o acirramento de tensões e conflitos no campo do debate público face às agendas governamentais sugeridas para o tratamento dos direitos indígenas e de grupos vulneráveis. Considerando o que vem sendo anunciado pelos futuros governantes - e grande parte dos parlamentares eleitos - em esferas estaduais e federais, sobre o que entendem como prioridade, cabe, desde já, fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos.

A representante da ABA no CEDIND, prof^a Ludmila Moreira Lima, que assina esse informe, esteve presente na elaboração e acertos finais para a formalização do Regimento Interno do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro**, bem como se disponibilizou a participar de uma das Comissões Permanentes (Comissão de Educação e Cultura) que, juntas definirão as políticas do CEDIND e atuarão de forma integrada ao Plenário. São elas: a) Planejamento, monitoramento e avaliação; b)

Educação e Cultura; c) Saúde e Saneamento; d) Território, Meio-ambiente e Habitação; e) Economia Solidária, Trabalho e Renda; f) Orçamento; g) Comunicação.

A próxima reunião do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro** ocorrerá no dia 13 de dezembro e tem como pauta a definição do eixo central do que será discutido com os integrantes da equipe de transição do futuro governador do Estado do Rio de Janeiro, em reunião a ser brevemente agendada. É de se esperar uma nova configuração da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro (SEDHMI), à qual o Conselho está articulado, no próximo governo, com impactos imprevisíveis no que diz respeito às reivindicações históricas do movimento indígena no Estado, bem como a tudo o que foi recentemente pactuado a partir da criação do CEDIND.

Seguimos juntos. E como me disse Carlos Tukano, um dos presidentes, “para os parentes, a luta nunca parou”...



Relatório da Reunião do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (Janeiro/2019)

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO- CEDIND

INFORME ABA-JAN 2019

A criação do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro – CEDIND**, em 2018, foi um importante passo para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano dos municípios e estado do Rio de Janeiro. Instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, o **CEDIND** é órgão

colegiado permanente e de caráter consultivo, vinculado, no momento de sua instalação, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), onde possuem assento: lideranças e representantes das comunidades indígenas aldeadas; organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano do Estado do Rio de Janeiro; representantes da administração pública direta e indireta; representantes de universidades e de instituições, públicas ou privadas, com atribuições afetas à questão indígena.

A posse do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas** ocorreu em 17 de maio de 2018, no Plenário José Ribeiro de Castro Filho, na sede da CAARJ/OAB-RJ. Na seqüência, os Conselheiros elaboraram o Regimento Interno, aprovado em novembro de 2018, com o objetivo de estabelecer as competências e atribuições do CEDIND e de afirmar compromissos imprescindíveis para assegurar a existência institucional do órgão, principalmente, num contexto e conjuntura sociopolítica e econômica que apontam para o acirramento de tensões e conflitos no que refere à garantia dos direitos indígenas e de grupos vulneráveis. Considerando o que vem sendo anunciado e protocolado, desde o início de 2019, pelos governantes e parlamentares eleitos, em esferas estaduais e federais, cabe fortalecer, articular e dar organicidade aos espaços coletivos de defesa de direitos daqueles que sempre estiveram, no Brasil, em situação de maior vulnerabilidade.

Sobre a atual conjuntura sociopolítica desfavorável aos grupos mais vulneráveis, vale destacar que, no dia de sua posse, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, editou a MP Nº 870, determinando, entre diversos atos, o esvaziamento das competências da FUNAI, mediante a transferência dos assuntos afetos aos direitos e saúde indígenas para o Ministério da Mulher, do Idoso e dos Direitos Humanos, assim como a transferência da responsabilidade e dos procedimentos de regularização fundiária e de licenciamento ambiental em terras indígenas, da FUNAI para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além dessa medida, no início de 2019, fomos surpreendidos com pronunciamentos racistas e intoleráveis, publicamente afirmados em várias mídias, do deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL/RJ) contra os povos indígenas e sobre a Aldeia Maracanã, julgada por ele um “lixo urbano”.

Para responder a tais ataques, o CEDIND e a Associação Indígena Aldeia Maracanã-AIAM se mobilizaram para a elaboração de uma moção de repúdio e pedido de providências contra crimes de apologia ao ódio e preconceito racial cometidos pelo referido deputado, exigindo respostas imediatas das instâncias cabíveis. Além disso, com o apoio do CEDIND, a AIAM apresentou, ao Ministério Público Federal, representação por Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental-ADPF, contra o governo federal, em razão da publicação da MPº 870, que veio autorizar ações e alterações fortemente lesivas aos direitos constitucionais dos índios e com impactos

incontornáveis para o agravamento dos conflitos e desgastes ambientais em terras indígenas. Simultaneamente o CEDIND também elaborou nota pública de protesto e repúdio ao fatiamento da FUNAI pelo governo Bolsonaro.

Em 31 de Janeiro de 2019, dia nacional de mobilização pelos direitos constitucionais indígenas, foram realizados atos de protesto e manifestações indígenas em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, representantes do CEDIND estiveram presentes, nas escadarias da ALERJ, no Ato Público organizado pela AIAM em articulação com a APIB.

No início de fevereiro, havia a sinalização de possível encontro dos integrantes do CEDIND com a nova Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SDSDH, Dra. Fabiana Bentes. A SDSDH veio substituir a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro - SEDHMI, à qual o CEDIND estava articulado, na ocasião de sua criação, no governo anterior.

Todavia, fomos todos surpreendidos pela ocorrência de um incêndio - dito criminoso - na aldeia indígena Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita), localizada na Restinga de Maricá, RJ.

Ficou agendada, para o dia 6/2/2019, visita de representantes da Subsecretaria de Desenvolvimento Social (Sra. Luana Braz e Sra. Monalysa Alves/CEDIND) e da Defensoria Pública (Dr. Thales Arco Verde/CEDIND), acompanhados por representantes da Prefeitura de Maricá, para apuração dos fatos relacionados ao incêndio e de denúncias de violações locais de direitos humanos. De acordo com o que foi relatado até o presente momento no grupo de WhatsApp do CEDIND, após essa visita, ficou decidido que tudo o que ocorrera na Aldeia Mata Verde Bonita seria registrado na Polícia Federal de Niterói.

Além disso, sobre a garantia do território para os que hoje habitam a Aldeia Mata Verde Bonita na Restinga de Maricá ficou estabelecido que os aldeados iriam chamar uma reunião com a “IDB/Brasil - Iniciativas e Desenvolvimento Imobiliário” - empresa ligada ao grupo/holding espanhol Cetya - responsável pelo empreendimento “Fazenda São Bento da Lagoa” e proprietária da área em que a Aldeia está localizada. Vale ressaltar que a criação da Aldeia Mata Verde Bonita resultou de impasses, contestações e, finalmente, de um acordo entre os índios, a Prefeitura Municipal de Maricá e a IDB Brasil, em que ficou pactuado que a aldeia permaneceria ali e faria parte do complexo turístico e residencial previsto para a área. Sobre o processo de territorialização dos índios da Aldeia Mata Verde Bonita, convém pontuar que, ao longo do tempo, estes vivenciaram vários deslocamentos pelo estado e sucessivas negociações até chegarem à Restinga de Maricá, quando passaram a ocupar uma área que parece ter sido objeto de várias disputas. No site da IDB/Brasil, o empreendimento turístico “Fazenda São

Bento da Lagoa” é apresentado como *“colaboração decisiva para o desenvolvimento sustentável da cidade de Maricá”, “por aliar, numa área de 840 hectares, de forma inovadora, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social, num complexo turístico, esportivo, comercial, empresarial e residencial”*.

Segundo o que foi informado pelos que estiveram presentes na reunião do dia 06/02/2019 há algum tempo lideranças indígenas locais dialogam com a IDB/Brasil sobre a incorporação da Aldeia Mata Verde Bonita ao empreendimento.

A representante da ABA no CEDIND, prof^a Ludmila Moreira Lima, que assina esse informe, se disponibilizou para acompanhar a equipe na visita ocorrida no dia 6/02/2019, mas, segundo informaram, não haveria necessidade. A próxima reunião do **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro** ocorrerá, em princípio, no dia 26/02, na Aldeia Mata Verde Bonita-Maricá. A ABA estará representada.